



Caroline Gonçalves Coutinho Gomes

**Corpos à margem: o controle da circulação de
corpos negros e a produção da orla como símbolo
da identidade carioca**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Paula Orrico Sandrin

Co-orientadora: Profa. Manuela Trindade Viana

Rio de Janeiro,
Abril de 2022



Caroline Gonçalves Coutinho Gomes

**Corpos à margem: o controle da circulação de
corpos negros e a produção da orla como símbolo
da identidade carioca**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio
como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Relações Internacionais

Profa. Paula Orrico Sandrin

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais — PUC-Rio

Profa. Manuela Trindade Viana

Co-orientadora

Instituto de Relações Internacionais — PUC-Rio

Profa. Marta Regina Fernandez y Garcia

Instituto de Relações Internacionais — PUC-Rio

Prof. Henrique Tavares Furtado

University of the West of England, Bristol

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2022

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Caroline Gonçalves Coutinho Gomes

Graduou-se em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Seus principais interesses de pesquisa são Segurança Pública, estudos raciais e estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro. Seu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado como “Um estudo sobre a relação universidade e sociedade civil: o que a sociedade espera de nós?”, conquistou o Prêmio Gerson Moura de “Melhor Trabalho de Conclusão de Curso na área de Cooperação Internacional e Desenvolvimento do ano de 2020”.

Ficha Catalográfica

Gomes, Caroline Gonçalves Coutinho

Corpos à margem : o controle da circulação de corpos negros e a produção da orla como símbolo da identidade carioca / Caroline Gonçalves Coutinho Gomes ; orientadora: Paula Orrico Sandrin ; co-orientadora: Manuela Trindade Viana. – 2022.

149 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2022.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Turismo. 3. Dispositivo de segurança (pública). 4. Rio de Janeiro. 5. Raça. 6. Nexos segurança-desenvolvimento. I. Sandrin, Paula Orrico. II. Viana, Manuela Trindade. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

CDD: 327

Aos meus pais, que nunca me deixaram
desistir.

Agradecimentos

Escrever essa Dissertação não é apenas uma conquista pessoal, mas a quebra de um ciclo de baixa escolaridade e analfabetismo geracional. Dito isso, vamos aos agradecimentos. Agradeço, primeiramente, a Deus e Nossa Senhora por me guiarem e me darem as forças necessárias para escrever esse trabalho.

Agradeço à mulher da minha vida, minha mãe, que me proveu todas as bases e estruturas de amor e apoio. Todo o seu trabalho de mãe me permitiu ser quem sou. O seu incentivo é belo e essencial para mim, especialmente, quando eu duvido de mim mesma. Obrigada por tudo. Agradeço ao meu pai, meu herói, obrigada por ser tão sábio e cuidadoso comigo. Você e mamãe me ensinaram a importância de fazer as coisas no meu tempo e aprender a descansar. Essa é uma lição valiosa sobretudo aqueles que exigem demais de si mesmos.

Agradeço ao meu Dudu. Obrigada por ser aquele quem aumenta o tamanho do mundo em mim, meu bem. Todo o seu carinho e amor tornam qualquer tarefa mais leve, obrigada por ser o meu colo. Agradeço à Camila por ser a irmã que eu nunca tive. Obrigada por me acompanhar em mais uma aventura. Agradeço a todos os meus familiares, em especial ao meu tio Ernesto, não há palavras que descrevam a felicidade de o ter aqui, depois de um ano tão deturpado.

Dedico esse trabalho também à Camilla. Obrigada por ser a minha companheira nessa loucura que foi fazer o mestrado no meio de uma pandemia. Você me faz me sentir menos sozinha nessa empreitada acadêmica. Agradeço à Louise e a nossa parceria de anos. Está sendo lindo te ver crescer, amiga, você me ajuda a acreditar que meus sonhos são possíveis. Agradeço à minha amiga mais antiga, Luísa, você sempre disse que eu combinava com a vida acadêmica. Resolvi testar e, sinceramente, estou gostando da trajetória. Agradeço à Alice, obrigada por ler a "Introdução" do meu trabalho. Você é uma das mulheres mais inteligentes que eu conheço.

Agradeço a todos os meus colegas de mestrado. A nossa base de apoio e incentivo é linda, vocês me ajudaram a entender que o meio acadêmico pode e deve ser humano. Agradeço a Pedro, além de ser um excelente amigo para conversar sobre as mazelas do mestrado; você também me ajudou a olhar as relações (inter)nacionais de maneira diferente. Você verá que nossas conversas serviram de incentivo em vários momentos da argumentação deste trabalho. Agradeço à Elaine e toda equipe da Pastoral da PUC. Somente a fé me ajudou a passar pelos momentos difíceis no último ano.

Não posso deixar de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, sem o qual a presente pesquisa não poderia ter sido realizada.

Agradeço a Paulo Chamon, pois foi a *sua* tarefa em Fundamentos Teóricos II, no ano de 2018, que me fez querer escrever. Obrigada por me ensinar que pesquisa pode ser divertida. Por fim, agradeço à Paulinha e Manu. Obrigada pela orientação excepcional, vocês são maravilhosas e uma inspiração para mim. O cuidado de vocês para comigo me faz crer que existe felicidade e humanidade na pós-graduação, sim. Acredito, ao fim, que esta Dissertação foi escrita por nós três.

Resumo

Gomes, Caroline; Paula Sandrin (Orientadora) e Manuela Viana (Co-orientadora). **Corpos à margem: o controle da circulação de corpos negros e a produção da orla como símbolo da identidade carioca.** Rio de Janeiro, 2022, 149p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A partir da premissa de que zonas turísticas não são naturais, e sim produzidas, este trabalho busca compreender a relação entre a imagem oficial do Rio de Janeiro no circuito (inter)nacional do turismo e a produção de violências contra corpos negros no urbano. Para isso, pretendo investigar como a identidade carioca — um dos nossos principais bens turísticos — é produzida através do controle dos modos de circulação do corpo negro. A Dissertação se debruça, em especial, no estudo sobre como o regime de trabalho (in)formal regula a movimentação da população negra no Rio de Janeiro, de forma que circulações outras do corpo negro são continuamente desestimuladas pelo dispositivo de segurança (pública) em nome da manutenção de uma ordem estético-político de como a cidade deveria ser. A pesquisa investe tais indagações sobre a orla carioca, tomando-a como uma instância que expressa, simultaneamente, a identidade carioca e uma zona turística emblemática. Com isso, o trabalho busca engajar criticamente com o campo de estudos do nexos segurança-desenvolvimento com vistas a explorar como a narrativa tradicional do nexos se constitui enquanto uma racionalidade do (inter)nacional moderno. Em suma, o trabalho examina como hierarquias raciais (re)produzem o espaço urbano no mundo pós-colonial desde um estudo do Rio (turístico).

Palavras-chave:

Turismo; dispositivo de segurança (pública); Rio de Janeiro; raça; nexos segurança-desenvolvimento.

Abstract

Gomes, Caroline; Paula Sandrin (Advisor) and Manuela Viana (Co-Advisor). **Bodies at bay: the control over the circulation of black bodies and the production of the shore as the symbol of the "carioca" identity.** Rio de Janeiro, 2020, 149p. Master's Dissertation – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Considering touristic zones as non-natural, but produced, this Dissertation aims to understand the relationship between the official image of Rio de Janeiro in the (inter)national tourism circuit and the violence produced against black bodies in the urban area. I investigate how the carioca identity is produced by the constant control of the modes of circulation of the black body. Also, the dissertation studies how the (in)formal work regime regulates the movement of black people in Rio. Based on that, I advocate how any movement of the black body outside of the (in)formal work regime is continually discouraged by the operation of the (public) security *dispositif*. The research thinks, specially, about the carioca beach as an instance which express the carioca life style and an iconic touristic zone. Moreover, the dissertation engages critically with the development-security nexus field of study in order to explore how the traditional narrative of the nexus can be read as a rationality operating in the modern (inter)national. Thus, the research examines the (re)production of the urban space by racial hierarchies in a post-colonial world since the study of the tourist Rio.

Key-words:

Tourism; (public) security *dispositif*; Rio de Janeiro; race; development-security nexus.

Sumário

Introdução: o mesmo Rio, um olhar diferente.....	11
1. O Rio de Janeiro no circuito (inter)nacional de turismo.....	22
1.1 Desenhando um Rio: o papel da Riotur.....	30
1.1.1 O Rio (turístico) e a modernidade carioca: uma construção imbricada	35
1.2 O outro constitutivo: a não-Zona Sul e o não-branco.....	44
1.2.1 O olhar imperial: a co-constituição entre Rio (turístico) e as zonas do (não) ser.....	51
1.3 Conclusão.....	56
2. Dispositivo enquanto método, segurança (pública) enquanto dispositivo.....	59
2.1 Dispositivo de segurança (pública).....	63
2.2 A formação do Rio turístico através do dispositivo de segurança (pública).....	77
2.2.1 Entre fronteiras: O policiamento da Operação Verão.....	87
2.3 Conclusão	92
3. Para além da “armadilha do conflito”: amarrando nós.....	95
3.1 Nexo segurança-desenvolvimento: um olhar tradicional.....	107
3.2 Para além da “armadilha do conflito”: nexo (<i>in</i>)segurança-desenvolvimento.....	113
3.2.1 Para além da “armadilha do conflito”: Nexo segurança-(<i>sub</i>)desenvolvimento.....	119
3.3 Conclusão	123
Conclusão: mazelas de <i>um</i> Rio, uma breve conclusão.....	126
Referências Bibliográficas.....	131

Lista de Figuras

Figura 1 — Arpoador - Rio de Janeiro - Foto: Alexandre Macieira | Riotur

Figura 2 — Praia de Ipanema - Rio de Janeiro - Foto: Alexandre Macieira | Riotur

Figura 3 — Mapa turístico oficial do Rio de Janeiro (frente)

Figura 4 — Mapa turístico oficial do Rio de Janeiro (verso)

Figura 5 — Arpoador - Rio de Janeiro - Foto: Alexandre Macieira | Riotur

Figura 6 — Praia de Ipanema - Rio de Janeiro - Foto: Alexandre Macieira | Riotur

Figura 7 — Praia de Ipanema - Rio de Janeiro - Foto: Alexandre Macieira | Riotur

Figura 8 — Parque do Flamengo - Foto: Alexandre Macieira | Riotur

Figura 9 — Arquivo Estadão (2021) - Notícia: “Arrastão apavora a classe média”

Figura 10 — Arquivo Estadão (2021) - Notícia: “Barreiras policiais isolam bairros e praias da Zona Sul.”

Em Hegel há a reciprocidade, aqui o senhor despreza a consciência do escravo. Ele não exige seu reconhecimento, mas seu *trabalho*.

Frantz Fanon

Introdução: o mesmo Rio, um olhar diferente

É através de perguntas não feitas e ideias não imaginadas que a hegemonia trabalha (KRISHNA, 2015, p. 152 — tradução minha).

Início essa Dissertação com a citação de Sankaran Krishna, pois acredito que ela sumariza os esforços e incômodos trabalhados nesta empreitada investigativa. Essa pesquisa começou a partir dos meus primeiros contatos com o álbum de fotografia da empresa oficial de turismo do Rio de Janeiro — a Riotur — presente em uma rede social chamada *Flickr*. O nome desse álbum é Rio Lifestyle, o qual objetiva apresentar o “estilo de vida carioca” a quem desejasse vê-lo¹. Uma breve análise das fotografias já nos faz deduzir que o lugar onde podemos encontrar o “carioca da gema” é a praia, visto vez que a maioria de suas fotos representam pessoas a praticar esportes, se divertir ou simplesmente relaxar no espaço da orla. Compreendo, portanto, que as imagens (re)produzem o que Daflon (2007) diagnostica como “jeito de viver no Rio de Janeiro”, pois estas expressam um conjunto de significantes como hedonismo, espontaneidade e informalidade. Um olhar mais atento, todavia, depara-se com uma ausência gritante no álbum Rio Lifestyle: a pouca — ou, muitas vezes, nenhuma — presença do corpo negro nessas fotografias. Quando presentes, as pessoas negras se encontram em posição de serviçal; não são aqueles que vão desfrutar da praia enquanto um espaço de lazer, mas sim um lugar de trabalho destinado a servir quem, de fato, experiencia o estilo (hedonista) de vida carioca. A visibilidade condicionada da negritude em um álbum, que representaria o cotidiano da vida carioca ao (inter)nacional, instigou-me e orientou as duas principais perguntas norteadoras dessa pesquisa: qual imagem oficial o Rio de Janeiro almeja passar ao (inter)nacional sobre si mesmo, e como esta se produz?

¹ Caso seja de interesse da leitora, ver: <https://www.flickr.com/photos/riotur/albums/72157717938824121>

Diante disso, dediquei-me a analisar os elementos constitutivos das imagens do álbum Rio Lifestyle em duas frentes: quais lugares e quais corpos (não) eram representados nessas fotografias. Um diagnóstico foi construído a partir de uma análise das fotos, em que se observou um padrão de locais e tipos de corpos aparentes nas imagens. Em termos quantitativos, as fotos revelam que a Zona Sul² e o corpo branco são os principais elementos convidados a representar a imagem do Rio de Janeiro ao (inter)nacional. O peso da Zona Sul nessas imagens pode parecer, a qualquer uma que tenha conhecimentos geográficos básicos do Rio de Janeiro, algo extremamente esperado. Isso porque a Zona Sul é a região da cidade onde se localizam os principais cartões postais do Rio, como o Corcovado, a Praia de Copacabana e a Lagoa Rodrigo de Freitas — os lugares responsáveis por dar o título de "Cidade Maravilhosa" ao Rio de Janeiro. O meu ponto é pensar, todavia, que esses espaços não são *naturalmente* turísticos, a despeito da presença de elementos naturais — como praias, morros e lagoas.

Pelo contrário, enxergo que a Zona Sul é constantemente fabricada e regulada para que se torne um espaço desejável e vendível ao circuito (inter)nacional de turismo. Detenho essa percepção, pois valho-me do alerta de Gomes (2011) sobre a não existência de lugares naturalmente turísticos; segundo a autora, a cidade é feita por meio de cortes abissais que a dividem em duas: o lado turístico e o não turístico. No primeiro, há lugares, pessoas, costumes e práticas entendidos enquanto suficientemente atrativos para representarem uma cidade. Enquanto o “outro lado”, marcado pela carência desses elementos urbanos, é considerado como um lado que não vale a visita — e que pode ser até perigoso, pois foge do circuito tradicional de turismo de uma cidade. Assim sendo, Gomes (2011, p. 1) considera que a cidade turística é construída a partir de “processos de seleção e visibilização de certas características do lugar e de esquecimento ou menosprezo de outras”. Nesta Dissertação, advogo que a geografia esplêndida (BARBOSA, 2012) da Zona Sul não é suficiente para construir a cidade turística, vendida ao (inter)nacional; esta se desenvolve através de inúmeros processos de ordenamento urbano, os quais orientam o que deve ser visto, ouvido e

² A Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro é reconhecida por ser um dos metros quadrados mais caros da cidade (MONTEIRO, 2014).

compreendido na cidade. De outro modo, orientam o regime estético-político almejado pelo Rio de Janeiro (TELLES, 2020).

Em termos corpóreos, a leitora pode estar um pouco surpresa sobre a hiper-visibilidade dos corpos brancos em detrimento dos não-brancos, especialmente se lhe veio em mente a figura da “mulata”. Não entrarei em uma discussão profunda sobre as violências causadas por essa folclorização da mulher negra, mas sabe-se que a figura da “mulata” foi, durante muito tempo, utilizada para demonstrar um dos porquês de se vir ao Brasil (GOMES, 2009)³. Aventuro-me a pensar que a ausência da “mulata” para representar o cotidiano do estilo de vida carioca possa estar interligado ao desejo da Riotur em construir uma imagem do Rio de Janeiro enquanto uma cidade moderna (RIOTUR, 2019, p. 29). O Rio moderno seria aquele que se constitui tanto como um ambiente de lazer quanto para negócios— ou negócio do lazer, se pensarmos no mercado turístico em geral. Em sua Dissertação, Martinez (2018, p. 48) afirma que a construção do Rio enquanto uma cidade turística parece ser uma das apostas para entrada da cidade — e do Brasil — na comunidade internacional dos países desenvolvidos. De maneira que, a “mulata” pode ir de encontro a esse objetivo, uma vez que constrói uma imagem do Rio, e do Brasil como um todo, enquanto um lugar, sobretudo, destinado ao turismo sexual (GOMES, 2009). Reproduzindo assim, uma antiga concepção do Sul Global enquanto espaço exótico onde são realizados os desejos e vontades, particularmente, sexuais de visitantes provenientes do Norte. Se a “mulata” é deixada de lado para representar o Rio em seu *cotidiano* ao (inter)nacional, pergunto-me: em que termos o corpo negro é convidado a estar visível na imagem oficial do Rio (turístico)?

Olhar as fotografias do Rio Lifestyle foi o caminho encontrado para responder a essa pergunta. O Capítulo “O Rio de Janeiro no circuito (inter)nacional de turismo” analisa essa questão. Identifica-se que este corpo é convidado a estar na imagem oficial do Rio, sobretudo, em posição de trabalhador

³ As “mulatas” não desapareceram por completo dos “produtos turísticos” oficiais do Rio de Janeiro. Há diversos álbuns destinados a demonstrar o carnaval na cidade pela Riotur em sua conta na rede social *Flickr*. Essa visibilidade condicionada à mulher negra faz eco ao que fora discutido por Lélia Gonzalez (1984) sobre como a mulher negra é chamada para ser protagonista em momentos específicos — como o carnaval. Processo este que não deixa de ser violento, pois (re)produz a hiper-sexualização da mulher negra (hooks, 2019)

precário. Pois, é ele quem vai — na maioria das vezes — servir seja um mate, um biscoito globo ou montar o guarda-sol no espaço da orla; ele quem torna, ao final, a economia do lazer no ambiente da praia possível. Nessas imagens, o corpo negro não faz parte, portanto, da identidade carioca: ele seria assumido como sua diferença — ao representar, por exemplo, o trabalho exaustivo, ao invés da diversão e leveza. Apresentar a negritude enquanto alteridade não é, contudo, uma marca exclusiva do processo identitário do Rio de Janeiro veiculado pela Riotur. Mbembe (2018) discorre que a modernidade foi construída através da alocação do não-branco enquanto a alteridade por excelência. Esse processo nega a identidade ao não-branco, em que para esses grupos só lhe é restado a condição do *não ser*, da alteridade. Nestas fotografias, o corpo negro aparece como não integrante do estilo de vida carioca, porém este é condição de possibilidade para que o jeito de viver (de alguns) se materialize.

A imagem oficial do Rio de Janeiro circulante no (inter)nacional é uma representação, isto é, é um conjunto de práticas discursivas (DOTY, 1996) que colocam em circulação *uma* imagem possível sobre o Rio. Não me interesso em diagnosticar a veracidade dessa imagem, se esta é uma representação real ou não da cidade, pois acredito que toda representação se realiza através de arbitrariedades, de forma que certos elementos são exaltados, outros não (Ibid, 1996, p. 7). Dedico-me, no entanto, a pensar não apenas os desdobramentos simbólicos, mas também materiais dessa representação uma vez que esta orienta um padrão estético-político sobre como a cidade deveria ser. De acordo com Telles (2020, p. 73), os processos de ordenamento social do Rio de Janeiro não escapam desse regime estético ao definir quem deve ser visto, ouvido e percebido no urbano.

Esta percepção me levou à seguinte pergunta: como o Rio (turístico) é construído? Ao considerar que a alteridade aparece de maneira regulada na imagem oficial da cidade, desenvolvi a hipótese de que *o controle da circulação do corpo negro é condição de possibilidade à produção do Rio (turístico)*. O

Capítulo "Dispositivo enquanto método, segurança (pública)⁴ enquanto dispositivo" foi destinado a estudar esta hipótese a partir de um olhar expandido sobre policiamento. Lanço mão da ideia de "dispositivo de segurança (pública)" com vistas a investigar como policiamento se dá por meio de inúmeras tecnologias de poder, e não apenas pela ação da instituição policial *per se* (NEOCLEOUS, 2000; 2014; FOUCAULT, 2008; BRODEUR, 2010). Desenvolve-se que a produção de segurança (pública) acontece por diversos atores e instituição não-óbvias, como a Secretaria de Transporte. Dessa forma, escolhi o conceito de "dispositivo" como ferramenta analítica, porque este tem a capacidade de conectar elementos heterogêneos que, à primeira vista, não teriam ligação (LEMKE, 2018). Para além do esforço teórico neste Capítulo, veremos que uma leitura da segurança (pública) enquanto dispositivo pode ser respaldada pela própria ação do governo municipal do Rio de Janeiro através de uma análise sobre como a Secretária Municipal de Ordem Pública (SEOP) justifica sua posição privilegiada entre as práticas de governo nessa esfera.

Nesta Dissertação, entende-se que a constituição de uma ordem urbana depende que cada corpo tenha um lugar (social e geográfico) no espaço e esteja ciente deste (ROLNIK, 1988). Diante disso, argumento como o dispositivo de segurança (pública) participa da produção da ordem urbana por meio do controle das movimentações de corpos negros. A partir de uma análise das fotografias da Riotur e leituras críticas de segurança (pública), sustento que quaisquer movimentações do corpo negro fora do regime de trabalho são continuamente desestimuladas. Aciona-se aqui, a "economia do estereótipo" (MORRISON, 2020), que posiciona este corpo, sobretudo, em dois lugares *naturais* de negro (GONZALEZ, 1982) — este é entendido enquanto serviçal e/ou criminoso por excelência. A presença do corpo negro fora do regime disciplinar de trabalho é

⁴ Explicarei com maior cuidado porque coloco a palavra pública entre parênteses no Capítulo 2. Todavia, de antemão, apresento que o uso do termo segurança (pública) sobrevoa um olhar crítico a cerca da produção de segurança, pois parto de uma perspectiva que compreende segurança enquanto inerentemente seletiva e não como um bem público/comum. Deste modo, a promoção de segurança não consegue — e nem objetiva — proteger a todos (FIERKE, 2007; BIGO, 2009)

facilmente lida como uma ameaça à segurança⁵, que, por ventura, pode ser disruptiva à ordem estética-política almejada pelo Rio de Janeiro (turístico). Dessa forma, o lugar de servente é a forma como o corpo negro é chamado a participar da imagem oficial do Rio (turístico), pois essa posição causaria menos distúrbios à ordem racial de um lugar majoritariamente branco (ANDERSON, 2015, p. 13).

Nota-se que durante toda esta Dissertação, escrevo a palavra internacional de forma a salientar o “inter”, fazendo uso de parênteses. Isso não é por acaso: o intuito é chamar atenção da leitora sobre a imbricação entre o global e local na construção do Rio (turístico), na medida em que as fronteiras entre o internacional e o doméstico não são fixas e naturais (CAMPBELL, 1992; WEBER, 1994; ASHLEY, 1989; WALKER, 2006). Sendo assim, não há como dizer que a construção do Rio de Janeiro enquanto uma cidade turística é uma questão meramente interna. Em “The Double Outside of the Modern of World”, Walker (2006, p. 58) nos convida a pensar o “duplo-fora” como ideal regulativo da modernidade, uma vez que este orienta a produção do internacional. Walker compreende que o internacional moderno se (re)produz através de fronteiras, que não separam apenas o que está dentro e fora de um Estado-nação; o internacional moderno também se (re)produz por meio de um *outro* fora, de forma que o mundo da subjetividade e objetividade modernas se constrói através da sua distinção em relação a “outro mundo distante”. O internacional moderno torna-se, portanto, menos um sinônimo da política entre Estados, e mais como o resultado do “desenho de linhas” — para utilizar os termos de Walker — em que se estabelece certas subjetividades, objetividades, corpos e culturas como não-modernos. Nesta Dissertação, interessei-me por uma linha em especial: a linha global de cor. Em outras palavras, concentro os meus esforços a pensar como a construção da modernidade perpassa por processos de racialização, os quais estruturam a política (inter)nacional (ANIEVAS et al, 2015), a partir dos sujeitos de estudo deste trabalho: o Rio (turístico) e os corpos negros.

⁵ De acordo com relatório “Elemento Suspeito” (2022), 66% das pessoas abordadas por polícias, no Rio de Janeiro, são negros. Neste relatório, usou-se uma base quantitativa e qualitativa (entrevista) para entender qual o padrão de pessoas abordadas por policiais na cidade.

O conceito de "linha global de cor" é produtivo, pois ele consegue encapsular os múltiplos efeitos dos processos de racialização. A marcação dos corpos enquanto inferiores ou superiores por meio da racialização (GROSFOGUEL, 2016, p.11) impacta não apenas as suas subjetividades, mas questões políticas, sociais, geográficas e psicológicas (ANIEVAS et al, 2015). Nesta Dissertação, será explorado como hierarquias raciais participam da constituição do Rio (turístico), pois entende-se que a racialização corta a cidade em duas linhas abissais: uma geográfica e outra corpórea. A análise das fotografias do Rio Lifestyle conclui que a região da Zona Sul e os corpos brancos — dourados de sol — são hiper-visibilizados, configurando assim os elementos entendidos como suficientemente atrativos para representar o Rio de Janeiro ao (inter)nacional. Ou seja, são os elementos que devem ser vistos, ouvidos e compreendidos pelo (inter)nacional (TELLES, 2020). Em contraste, os espaços do Rio (não) turístico e os corpos negros têm a sua visibilidade constantemente regulada. Esta Dissertação compreende que o olhar imperial (FANON, 2008) disciplina os cortes feitos pelas linhas abissais, ou seja, considero que o processo de identificar o que e quem (não) deve ser visto no Rio (turístico) é orientado por hierarquias raciais, que colocam o não-branco enquanto inferiorizado. As fotos do Rio Lifestyle provocam essa reflexão, pois o que lembra a negritude é constantemente apagado, desfocado ou tem a sua presença condicionada ao espaço de serviçal. Assim sendo, argumentarei como essas fotos (re)produzem um imaginário da Zona Sul enquanto um lugar de branco.

No Capítulo “Para além da ‘armadilha do conflito’: amarrando nós”, dedico-me a uma revisão bibliográfica do nexos segurança-desenvolvimento. Mais especificamente, trabalho com uma crítica realizada por Barkawi (2016, p. 6) sobre a academia Ocidental, em que o autor diagnostica que a herança iluminista nos induz a pensar que o desenvolvimento só ocorre em condições pacíficas. O estudo do Rio (turístico) me ajuda a desafiar essa perspectiva — cujo campo de estudos tradicional do nexos segurança-desenvolvimento continuamente (re)produz ao identificar uma relação sequencial entre segurança e desenvolvimento (TSCHIRGI, 2018). Percebe-se segurança e desenvolvimento como pré-condições

um do outro, pois o desenvolvimento só pode ocorrer em um ambiente seguro (e vice-versa) (COLLIER et al, 2003). Investigar a formação do Rio (turístico), tendo raça enquanto categoria analítica, nos faz compreender como o desenvolver dessa cidade é violento (TELLES, 2020). Nesse contexto, o trabalho apreende violência para além da agressão física e/ou da produção de morte, pois, entende que o Rio se forma por meio de *sutilezas da violência* que não são totalmente captadas quando concentramos nossas análises na descartabilidade do corpo (FURTADO, 2021). Argumentarei como a violência se mostra presente independente de qual lugar o corpo negro seja alocado — seja enquanto serviçal e/ou criminoso por excelência — porque o próprio devir negro é violento *per se* (MBEMBE, 2018). Deste modo, reflito como o desenvolvimento de um Rio de Janeiro competitivo no mercado (inter)nacional do turismo sobrevém de práticas de (in)seguranças múltiplas para com o corpo negro.

O estudo do Rio (turístico) possibilitou observar a separação entre o mundo branco e o não-branco em uma escala cidadina. Ao invés de tomar Norte e Sul Global e a relação entre essas duas entidades como não-problemáticas, onde o Norte Global se apresenta como sinônimo de mundo (branco) e desenvolvido, e o Sul Global representaria o mundo (não-branco) subdesenvolvido; compreendo, com Doty (1996), os encontros entre Norte e Sul enquanto produtivos de suas identidades. A percepção da autora nos ajuda a conceber Norte e Sul Global não como um imaginário cartográfico, mas como uma *categoria de análise*. Reconhece-se, portanto, a heterogeneidade do Norte e do Sul Global para além de uma visão que estabelece as duas entidades como o antônimo uma da outra⁶. Falar sobre Norte e Sul Global não é olhar para um mapa mundi⁷ ou entender a relação entre essas duas entidades de forma dicotômica, mas reconhecê-las como uma produção discursiva constituída pela história do colonialismo e imperialismo travada em sua relação (DADOS; CONNELL, 2012, p. 13). Esse movimento já

⁶ Esta percepção foi construída após uma conversa com o meu grande amigo e pesquisador Pedro Paulo Da Silva. Pedro me fez pensar nas implicações e problemas quando pensamos sobre Norte e Sul Global enquanto entidade homogêneas em suas dinâmicas internas. Mas, como, na verdade, esses dois mundos se sobrepõem onde o Rio de Janeiro se mostra exemplar desse fenômeno. Não trabalharei essa questão com tanto afínco *teórico* nesta Dissertação, deixo esse desafio a Pedro.

⁷ Onde o Norte Global seria resumido enquanto os espaços da Europa e dos Estados Unidos, enquanto o Sul Global seria o resto do mundo (DADOS; CONNELL).

foi realizado em outras pesquisas, especialmente naquelas que procuram investigar pobreza no Norte Global (MAXWELL, 2009), mas que também estudam outros fenômenos, como racismo ambiental (NEWELL, 2005). Diante disso, advogo que Norte e Sul Global — o mundo branco e o não-branco — não são construídos por uma distância irreconciliável; ao contrário, eles se sobrepõem. Dessa forma, podemos ver pessoas, lugares e costumes que se assemelham ao que imaginamos como próximo ao padrão — racial e de classe — do Norte Global em certos espaços do Sul (e vice-versa). O Rio (turístico) é uma instância desse fenômeno, um mapa racial da cidade revela, por exemplo, quanto mais próximo à região Atlântica — das praias — mais branca e mais rica a população se torna (DESIGUALDADES ESPACIAIS, 2019).

Nesta Dissertação, investigarei como a sobreposição entre Norte e Sul Global ocorre por meio da movimentação de corpos. O turismo pressupõe a circulação de pessoas, que saem de suas casas em busca de uma experiência diferente do seu entorno. Enloe (2014) discorre como a história do turismo carrega uma mobilidade específica dos corpos desde tempos coloniais, em que viajantes (brancos) se deslocam à procura por destinos "exóticos", cuja população majoritária é racializada como não-branca. Aqui, não tenho como foco essa mobilidade "mais tradicional"; interessa-me a movimentação do corpo não-branco através do urbano, que torna a construção da cidade turística possível. Reconheço que é necessário um grande número de trabalhadores — com baixa qualificação e mal remunerados — cruze a cidade para que um dos nossos produtos turísticos (o estilo de vida carioca) aconteça (DA SILVA, 2014, p. 61). Tal questão será trabalhada a partir de uma outra leitura sobre o nexo segurança-desenvolvimento no Rio de Janeiro: como desenvolvimento do Rio (turístico) é condicionado pelo *subdesenvolvimento* de outras áreas da cidade. Dessa forma, uma pesquisa sobre a construção do Rio (turístico) passa, invariavelmente, pelo reconhecimento da divisão internacional e racial do trabalho (QUIJANO, 2005). Isso porque a alocação do negro enquanto um corpo destinado a servir um senhor (MBEMBE, 2018) — que, por vias de regra, é branco — não é circunscrita às dinâmicas do Rio de Janeiro, mas é inerente à modernidade. Ao olhar para movimentação do

corpo negro através do urbano, reforço a crítica realizada por Barbosa (2012) em “O novo carioca”, em que este questiona a percepção do Rio de Janeiro enquanto uma cidade partida. O Rio nunca fora uma cidade partida ao lado pobre, favelado e negro, que por meio de práticas de circulação, sobrevive na cidade à procura de oportunidades de trabalho, estudo e lazer.

Comecei este trabalho com uma citação de Sankaran Krishna que expõe a importância de termos uma mente inquieta ao pensar sobre o mundo. Não aceitar o rótulo de “Cidade Maravilhosa” ao Rio de Janeiro como natural me permitiu observar como esta cidade se produz por meio da violência (TELLES, 2020). Esta pesquisa foi formulada através de “questões do como” — *how questions* (DOTY, 1996, p. 4) —, pois o meu objetivo é pensar como se dão os significados produzidos aos sujeitos de estudo dessa Dissertação — o Rio (turístico) e os corpos negros. Ao sustentar a minha pesquisa em “questões do como”, ressalto o caráter produtivo do poder. Olhar para o Rio (turístico) enquanto não natural nos permite compreender como as relações de poder mediadas pela raça constituem a cidade e as subjetividades que lhe acompanham. Este trabalho reconhece a existência de outros Rios de Janeiro (BARBOSA, 2012). No entanto, debruço minhas análises a uma imagem tradicional sobre o Rio de Janeiro — o Rio que todos conhecem ou são convidados a conhecer —, vista por outro ângulo. Através deste, a violência é estabelecida como produtiva, no sentido que constrói ao mesmo tempo uma cidade competitiva ao mercado (inter)nacional de turismo e subjetividades racializadas. Em outras palavras, considero que a construção de um Rio de Janeiro (turístico) impacta não somente na produção — por meio de ordenamentos urbanos — de uma cidade vendível ao (inter)nacional, mas também participa da racialização de corpos e de espaços cariocas.

Antes de adentrarmos nesta Dissertação, peço licença à leitora para me posicionar. Este posicionamento abre espaço para pensar que dinâmicas raciais atravessam a cidade do Rio de Janeiro, mas estas não são circunscritas apenas ao espaço da Zona Sul. Diante disso, escrevi essas palavras em paralelo ao Capítulo “O Rio de Janeiro no circuito (inter)nacional de turismo”, a fim de atentar para como dinâmicas raciais atravessam toda a cidade. Este trabalho é sobre a Zona Sul

enquanto o lócus por excelência da zona do ser, mas, assim como Fanon, me recuso a ser maniqueísta. Experiencio a zona do ser por ser a pesquisadora branca, que ao pedir um café superfaturado em uma cafeteria, este é feito e entregue por uma funcionária negra. Recuso-me a entender essa zona do ser enquanto monolítica: ela é complexa, assim como eu; que moro na Zona Norte⁸ do Rio de Janeiro, mas experiencio a zona do ser em meus enclaves fortificados⁹ — sejam os *shoppings centers* onde passeio, o condomínio onde habito, ou o Uber que me busca e evita o meu andar sozinho em ruas perigosas do bairro. Esse parágrafo é uma tentativa de não produzir a ciência colonial, aquela que não se posiciona. Ao contrário, me considero como inteiramente produtiva de zonas do (não) ser toda vez que coloco o pé para fora de casa e naturalizo as relações desiguais de poder em minha cidade.

⁸ A Zona Norte é considerada o subúrbio do Rio de Janeiro, caracterizada por um menor poder aquisitivo e por uma população principalmente negra (RIBEIRO; LAGO, 2001).

⁹ O conceito de enclaves fortificados pode ser traduzido como "espaços privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho que, sobretudo em função do medo da violência, vêm atraindo as classes média e alta, enquanto a esfera pública das ruas se destinaria aos pobres." (DE ALMEIDA, 1997, p. 155).

O Rio de Janeiro no circuito (inter)nacional do turismo

O Rio de Janeiro *continua lindo* (GIL, 1969 — grifo meu).

Enquanto carioca e brasileira, cresci ouvindo “Aquele Abraço”, mas essa música foi apreendida de maneira diferente quando me debrucei em estudos sobre a cidade do Rio. Quando escuto “Aquele Abraço” hoje em dia, não consigo deixar de pensar na força do verbo “continuar” nessas estrofes. Se digo que o Rio de Janeiro continua lindo, significa que há chances de tornar-se feio? A beleza do Rio de Janeiro estaria em risco? Por sua vez, o adjetivo “lindo” também ressoa em meus ouvidos; afinal, o que consideramos de tão lindo nessa cidade? Essa pergunta pode parecer um tanto absurda, à primeira vista, pois o Rio de Janeiro é entendido enquanto sinônimo de beleza “natural” devido à sua geografia esplêndida, razão de ser o destino turístico dos sonhos e dos desejos de milhões de pessoas. Peço a leitora, no entanto, que seja paciente e a convido a não pensar a “Cidade Maravilhosa” enquanto simplesmente espontânea e natural.

Como discorrido no Capítulo introdutório desta Dissertação, foi a partir do encontro com o álbum Rio Lifestyle disponibilizado pela Riotur que as minhas inquietações enquanto pesquisadora começaram. As nossas belezas “naturais” são o cenário da maioria das fotografias, que contornam e constroem uma cidade entendida como essencialmente bela; cidade esta desenhada e agraciada por Deus, sem muitos esforços para ser linda (BARBOSA, 2012). A geografia do Rio de Janeiro é o que sustenta o discurso cujo pensamento identifica uma vocação *natural* da cidade ao turismo (RIOTUR, 2019; RIO PREFEITURA, 2021). Todavia, a escrita desta Dissertação é voltada a argumentar o quanto a presença de elementos naturais — como morros, praias e lagoas — em nossas zonas turísticas não impedem que estas sejam alvos de constantes intervenções e processos de ordenamento urbano. A partir de uma análise das fotografias do álbum Rio

Lifestyle, veiculado pela Riotur, elaboro como o Rio de Janeiro (turístico) é construído através de duas linhas abissais (raciais) que dividem a cidade em termos geográficos e corpóreos. Apesar do termo abissal fazer referência ao abismo, uma distância irreconciliável entre dois mundos, pretendo argumentar ao longo desta Dissertação o quanto esse apartamento é contextual, uma vez constituído por um regime de condições dentro das quais a circulação do corpo negro é admitida no espaço urbano.

Mesmo que esse álbum seja o início das minhas indagações e um material essencial à minha análise, esta não poderia ser construída sem um estudo mais cauteloso sobre o papel da Riotur na promoção do turismo no Rio de Janeiro. Graças aos questionamentos das minhas orientadoras sobre quem era o público alvo dessas fotografias — quem as acessava —, pude melhor explorar a imagem passada pela Riotur sobre o Rio de Janeiro ao (inter)nacional. No projeto de pesquisa, o meu foco estava direcionado a pensar quem e quais lugares (não) eram representados nas imagens da Riotur, todavia essa percepção me possibilitava riscar apenas a superfície do discurso apresentado pela empresa sobre o Rio. Segui o conselho das minhas orientadoras e também de Cynthia Enloe em “The Curious Feminist (2004)”, e saí da minha zona de conforto ao abordar uma nova pergunta: para quem são essas fotografias? Nas palavras de Enloe, eu estava conservando a minha energia — sendo preguiçosa, como a própria autora coloca — quando tomava os turistas enquanto o único público alvo das imagens. Ao abrir espaço para o novo na minha pesquisa, consegui encontrar outros materiais discursivos da Riotur sobre o Rio de Janeiro, o que contribuiu enormemente à análise.

Com essa nova pergunta em mente, comecei a pesquisar sobre o funcionamento da Riotur com um olhar diferente sem me deter apenas ao seu *site*¹⁰. Diante disso, encontrei dois documentos integrais à construção da análise deste Capítulo. O primeiro é sobre a existência dos *press kits*¹¹ — kit de imprensa

¹⁰ Caso seja de interesse da leitora, ver: <http://visit.rio>

¹¹ Caso seja de interesse da leitora, ver: <https://www.flickr.com/photos/Riotur/collections/72157717943210087/>

— distribuídos pela empresa com vistas a divulgar a cidade do Rio de Janeiro a possíveis parceiros econômicos e financeiros. Esse kit é composto por diversos materiais imagéticos, entre eles, as fotografias do álbum Rio Lifestyle. Portanto, a rede *Flickr* não tem necessariamente — e somente — os turistas enquanto o seu público alvo, mas também funciona como uma espécie de depósito onde são colocadas as fotografias utilizadas na fabricação de materiais a investidores da cidade, como o *press kit*.

O segundo documento foi o Planejamento Estratégico da Riotur 2017-2020¹², que me ajudou a compreender quais são os objetivos, visões e estratégias da empresa na construção de um Rio de Janeiro competitivo no mercado (inter)nacional de turismo a médio e longo prazo. O período pós mega-eventos e pós Eduardo Paes¹³ da escrita deste Planejamento é particularmente importante, pois o reaquecimento da indústria turística é o principal objetivo da gestão à época. Dentre as metas do Planejamento, chamou minha atenção o objetivo de apresentar ao (inter)nacional uma imagem do Rio de Janeiro enquanto uma cidade moderna (RIOTUR, 2019, p. 29). Diante dos múltiplos significados existentes para modernidade (ROJAS, 2016), decidi depreender o que a Riotur compreende enquanto modernidade a partir de uma análise das fotografias do álbum Rio Lifestyle. De outra maneira, as imagens serão um caminho para especular o que a Riotur identifica como moderno e, ao almejar esse status, também nos possibilitaria observar sua perspectiva sobre como a cidade *deveria* ser.

À luz desse arquivo da Riotur, tenho como hipótese que a construção da imagem de um Rio de Janeiro moderno e palatável ao turismo é tornada possível por uma dimensão racial. Para desenvolver esta análise, valho-me da teorização de Boaventura Santos (2008) sobre a modernidade ocidental cujo pensamento é construído através de linhas abissais que produzem as nossas percepções para

¹² Este foi, por ora, o último plano estratégico divulgado pela empresa. Acredita-se que não foi atualizado em 2020 por conta da pandemia global de COVID-19.

¹³ Eduardo Paes é o atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, além de ter sido prefeito da cidade por dois mandatos (2009-2016). Para mais informações, ver: <https://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/ccnlep/eduardo-paes>

entendermos o mundo em dois universos sociais distintos: o "deste lado da linha" e do "outro lado da linha" — de maneira dicotômica. A relação entre esses dois lados é assimétrica, pois enquanto "este lado da linha" é marcado por presenças, e é a norma na ordem social, "o outro lado" é caracterizado por ausências e por ser o desvio da normatividade. Gomes (2011) trabalha com essas duas categorias para pensar a produção da cidade turística, apontando que a ação do turismo constrói duas cidades a partir da linha abissal, que exclui e torna invisível elementos, lugares e modos de ser nos espaços urbanos considerados insuficientemente atrativos para representarem a cidade no mercado turístico.

Embora Gomes (2011) tenha contribuído enormemente a esta pesquisa, o material divulgado pela Riotur sobre o estilo de vida carioca mostra que seu argumento não é suficiente às minhas questões. No caso do Rio de Janeiro, penso que a cidade não é cortada apenas por uma linha abissal de cunho geográfico, que divide os espaços do urbano; a cidade é também cortada por outra linha abissal *racial* com vistas a tornar invisível certos sujeitos circulantes no espaço. Em “What is racism?”, Grosfoguel (2016, p. 10) nos convida a olhar o racismo a partir dessa perspectiva abissal, em que os corpos “do outro lado da linha” do humano são considerados subumanos ou não-humanos; em que a sua humanidade é questionada e, portanto, negada. Nesse contexto, o racismo de cor — embora seja uma dentre várias expressões de racismo¹⁴ — coloca corpos de pele não-branca do “outro lado da linha” a partir da sua constante inferiorização. Por meio de uma análise do álbum Rio Lifestyle, argumentarei que duas linhas abissais constroem o Rio (turístico) ao colocarem a não-Zona Sul — o Rio (não) turístico — e o não-branco “do outro lado da linha”.

A partir da análise das fotografias da Riotur, veremos quais são as posicionalidades permitidas aos corpos negros em espaços predominantemente brancos — como a Zona Sul do Rio de Janeiro (PEREIRA, 2015). As fotos sugerem que a posição de serviçal é uma das condições que torna possível a

¹⁴ Dependendo das diferentes histórias coloniais, a hierarquia de superior/inferior em termos de humanidade pode ser construída por diferentes marcadores raciais, como cor de pele, etnicidade, língua, religião ou cultura (GROSFOGUEL, 2016, p.10). Fanon também trata dessa questão em *Pele Negra, Máscaras Brancas* quando discorre sobre os outras formas de racismo sofridas por certos povos, como os judeus (2008, p. 98).

presença do corpo negro naquele espaço. Neste momento, os vasos comunicantes entre essas linhas abissais se tornam evidentes ao propor como o bem-viver dos bairros nobres — do espaço, por excelência, do branco — é condicionado pelo trabalho duro dos corpos não-brancos. Tais condições encontram-se expressadas nas palavras de Memmi (1974, p. 32) quando este nos alerta que “a tranquilidade do colonizador é resultado da miséria do colonizado”¹⁵. Assim sendo, neste Capítulo, argumenta-se que o Rio (turístico) vendido pela Riotur é produzido através de um padrão-estético racial que torna hiper-visíveis elementos da branquitude¹⁶ na cidade, ao mesmo tempo que condiciona as formas com que o devir negro pode ser visto em uma imagem oficial do Rio de Janeiro, que simbolizaria o carioca em seu cotidiano.

A partir dessa análise fotográfica, expõe-se que a modernidade carioca apresentada pela Riotur é possibilitada desde que todos saibam o seu lugar na sociedade. O conceito lugar natural de negro (GONZALEZ, 1982) é central a esta Dissertação, pois trato como a estética-racial do Rio (turístico) é construída por meio da alocação de corpos não-brancos em seus “devidos lugares”. Mais precisamente, argumento que o lugar do corpo negro na modernidade reivindicada pela Riotur está na posição de serviçal: se o corpo negro aparece nas fotografias, este se encontra majoritariamente representado como trabalhador precário, e não de um cidadão que goza do hedonismo e diversão marcantes do estilo de vida carioca (DAFLON, 2007). É possível dizer, por conseguinte, que a modernidade carioca expressada pela Riotur faz referência à própria modernidade da brasilidade à la Freyre (2019), visto que a Casa Grande e a Senzala coexistem, sob a condição de que todos saibam qual é o seu lugar nessa “harmônica” ordem social.

¹⁵ Utilizo os termos colonizador e colonizado para expressar como uma hierarquia racial manifestada pelos lugares de negro e de branco na sociedade carioca transbordou o período colonial tal qual como conhecemos. A partir de uma olhar pós-colonial, esta Dissertação trará como esses lugares se (re)produzem no contemporâneo, sobretudo pela divisão racial do trabalho.

¹⁶ “A branquitude significa o pertencimento étnico-racial atribuído ao branco, em que este é o lugar mais elevado da hierarquia racial cujos outros não-brancos são considerados inferiores a ele” (MÜLLER; CARDOSO, 2017).

Neste Capítulo, também começo a trabalhar a hipótese central desta Dissertação: *de que o controle da circulação do corpo negro é condição de possibilidade à produção do Rio (turístico)*. Desse modo, considero que o lugar pensado como natural para o negro orienta os modos de circulação permitidos a essa população, sendo a posição de serviçal compreendida como uma boa circulação desse corpo no/atraves do espaço urbano. Ao longo da Dissertação, apresentarei que as más circulações do corpo negro seriam, por conseguinte, quaisquer movimentações não condicionadas pela disciplina do regime (in)formal de trabalho. Aqui, aciona-se a "economia do estereótipo" (MORRISON, 2020) que identifica um corpo negro — em especial, de homens jovens¹⁷ negros — enquanto um sempre criminoso em potencial. Dessa forma, o corpo negro que se movimenta sem estar inclinado às vias produtivas é rapidamente associado à vadiagem e vagabundagem, em que este é considerado uma ameaça à segurança da ordem social (DE AZEVEDO, 1987).

Quando lançamos luz às diferentes posições ocupadas entre brancos e não-brancos na sociedade brasileira, vemos que a busca pela representação do Rio enquanto uma cidade moderna não anula uma das motivações do fazer turismo: o exótico. Segundo VL et al (2010), o turista tem a sua viagem motivada pelo encontro com a alteridade, com a diferença, e isso orienta as escolhas dos seus destinos turísticos. Neste trabalho, apresento que a construção de um Rio (turístico) pautado na estética política-racial permite a existência dessa alteridade — desse exotismo — desde que seja controlada a partir da (re)produção dos lugares naturais de brancos e negros. Essa demarcação de lugares garante que a diferença se apresente de maneira controlada. Os destinos turísticos do Sul Global se estabelecem como “paraísos na terra” diante da sua abundante natureza e a sua população majoritária de não-brancos (GOMES, 2009), que, em sua maioria, assumem a posição de serviçais — aquele quem vai servir. No caso do Rio de Janeiro, percebo que o corpo negro não é apenas o serviçal do turista, mas quem torna o estilo de vida carioca possível, seja por ser o "outro constitutivo" — como

¹⁷ O Capítulo 2 trata essa questão da juventude, este recorte da idade, com maior cuidado quando trata do ECA e da Operação Verão.

veremos nas próximas páginas — e/ou por ser quem vai, de fato, trabalhar e construir esse bem-viver a alguns (brancos)¹⁸.

Antes de prosseguirmos, cabe um adendo sobre a folclorização do negro (NASCIMENTO, 2016), embora não seja o foco das representações do Rio Lifestyle e o interesse principal desta Dissertação, a Riotur possui outros materiais com esse caráter. Ganha-se destaque aqui a figura da "mulata" como exemplo de alteridade controlada. Pois, embora as propagandas turísticas expondo o corpo feminino tenham sido proibidas no Rio de Janeiro, com a promulgação de uma lei reivindicada pelo movimento negro e feminista¹⁹, a percepção do Brasil enquanto um país das “mulatas” não se desfaleceu do imaginário (inter)nacional. A figura da “mulata” é utilizada como uma representação do exótico que pode ser perseguido e alcançado ao desembarcar no Rio de Janeiro, e no Brasil como um todo. Essa representação não anula a modernidade carioca e brasileira, mas anda ao seu lado, ao não quebrar o padrão de posicionamento dos corpos brancos e não-brancos. O corpo da mulher negra é mantido no lugar de objetificação sexual e animalização (GONZALEZ, 1984); a "mulata" (re)produz a ordem social, pois ela está “lá para entreter os convidados com a imagem nua do Outro” (hooks, 2019, p. 131).

Ademais, aventuro-me a dizer que a modernidade carioca não faz eco apenas à realidade do país, os seus processos constitutivos e os seus efeitos transpassam o local e interagem com uma lógica global. Dessa forma, o desejo de compreender violências constitutivas do Rio de Janeiro (turístico) abre uma porta para pensarmos o debate da *linha global de cor*. Esta linha é não apenas produzida e produtiva dos habitantes do Rio de Janeiro, mas também dos visitantes (inter)nacionais, pois estes consomem um espaço urbano organizado através dos termos que separam o lugar do branco e do não-branco na Cidade Maravilhosa²⁰.

¹⁸ A seção 1.2 se dedica a refletir sobre a relação negro e "estilo de vida carioca"

¹⁹ A lei número 4642, sancionada em 2005 pelo Estado do Rio de Janeiro, proíbe a venda de cartões postais que utilizam imagens de mulheres com pouca roupa. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/>

²⁰ Esta questão será melhor elaborada ao longo do Capítulo, em especial na seção que trata sobre a zona do ser e do não-ser no Rio de Janeiro.

A linha global de cor percebe a dimensão racial da política (inter)nacional ao interpretar sua estruturação através de linhas/divisões que produzem o branco e o não-branco. Essas linhas possuem um caráter multidimensional, isto é, elas impactam questões políticas, mas também geográficas, psicológicas e emocionais a partir da divisão racial de grupos humanos (ANIEVAS et al, 2017). Para esta pesquisa, percebo que atentarmos à linha global de cor é um caminho para compreender como a produção de violências para com o corpo negro se estende em todas as posições sociais que lhe são permitidas, seja em termos econômicos, políticos ou geográficos. Como argumentarei, essas posições estão constantemente alocando o corpo negro na "região estéril e árida da zona do não-ser" (FANON, 2008, p. 26), que o invisibiliza a tal ponto de desumaniza-lo.

O processo de colocar o corpo negro em determinados lugares é violento por si, pois pressupõe a reprodução das próprias linhas raciais que inferiorizam o não-branco em relação ao branco (GROSFOGUEL, 2016). Em termos mais concretos, o trabalho pensa violência e questões de (in)segurança para com a população negra não só quando o negro é enquadrado como um sempre criminoso em potencial, mas também em outras localidades, como a posição de serviçal, tal apresentado. Ou seja, é um caminho para pensar que todos os lugares de negro — para usar o termo de Lélia Gonzales (1982) — produzem violências, pois o próprio devir negro pressupõe a inferiorização e abjeção desse sujeito (MBEMBE, 2018). Nesse contexto, considero que o Rio de Janeiro (turístico) se produz de maneira mútua àquilo que compreendemos como “internacional moderno”. Assim como a cidade, o internacional é feito a partir de hierarquizações categóricas, que produzem certos aspectos sociais como superiores em relação a outros (WALKER, 2002). De outra forma, tanto o (inter)nacional moderno quanto o Rio de Janeiro são construídos através de hierarquias raciais cujo olhar imperial — o olhar branco — que nega, coisifica e inferioriza os corpos não-brancos, também os relegam à existência em termos subalternizados.

Em suma, o Capítulo convida a leitora a desnaturalizar o discurso que identifica uma vocação nata do Rio de Janeiro ao turismo a partir do apontamento das violências constitutivas à produção dessa cidade como “a Cidade

Maravilhosa”. O arquivo da Riotur é, portanto, o começo de nosso caminho investigativo, em que depreenderemos qual cidade é apresentada ao (inter)nacional pela empresa. Esse processo faz referência à mercantilização do espaço urbano diante da atividade turística – tópico já bem discutido na literatura acadêmica e, no caso do Rio de Janeiro, a pesquisa de Martinez (2018) sobre a restauração da Zona Portuária é exemplar. Trago, no entanto, uma outra perspectiva sobre a *turistificação* do Rio e do carioca a partir das (porosas) linhas abissais geográficas e raciais. Ao fim, a circulação (inter)nacional desse destino turístico acaba por (re)produzir uma das marcas mais identificáveis da modernidade: como a raça opera determinando lugares e papéis nas nossas estruturas sociais (DE RUJITER, 2020, p. 88), e como esse processo pressupõe a violação de corpos não-brancos.

1.1

Desenhando um Rio: o papel da Riotur

Historicamente, o Sul Global se comporta enquanto uma região de oferta turística; um espaço onde serão recebidos os visitantes do Norte em busca de experiências "exóticas". Segundo V.L et al (2010), o turismo participa da produção de relações assimétricas de poder entre países do Norte e do Sul Global, em que estes se (re)produzem enquanto uma versão menos desenvolvida e moderna daqueles. No caso do mercado turístico, esta relação desigual se demonstra pela dependência do Sul, que precisa alinhar sua economia de serviços aos desejos, ações e objetivos do Norte. Esta relação assimétrica entre Norte e Sul Global em termos de turismo pode ser traçada desde tempos coloniais ao marcarem um padrão na relação entre raça e mobilidade dos corpos, em que viajantes (brancos) se deslocam à procura por destinos "exóticos" cuja população majoritária é racializada como não-branca (ENLOE, 2014).

Embora o turismo Sul-Sul tenha crescido consideravelmente no Rio de Janeiro nos últimos anos, em que a maioria dos seus visitantes são do próprio

continente²¹; os visitantes europeus aparecem em segundo lugar na demanda pelo produto turístico do Rio, sendo 31,62% dos visitantes internacionais (OBSERVATÓRIO FLUMINENSE DE TURISMO, 2019)²², reforçando assim o padrão comentado por V.L et al (2010). Essa demanda do Norte Global aos países do Sul pode ser explicada ao entendermos o turismo enquanto uma atividade marcada pelo desejo do encontro com a alteridade, a busca pelo exótico. Isto é, o turista é motivado pela vontade de conhecer novos lugares, culturas e pessoas que não estão presentes em seu cotidiano. A busca pelo diferente na atividade turística, entretanto, não deixa de demarcar — e produzir — relações de poder (V. L et al, 2010). Essa questão é bem contextualizada pelo trabalho de Enloe (2014), em que a autora discorre sobre o papel das *world's fairs* e dos cartões postais na fabricação do imaginário popular durante a empreitada colonial. As representações dos povos nativos participaram da própria construção do ideal de modernidade europeu, em que as populações não-brancas eram colocadas na posição mais inferior da escala da modernidade, associadas ao atraso e à incivilidade em relação aos padrões ocidentais.

Dessa forma, pode-se dizer que o turismo sempre envolvera processos representativos, pois a produção da atratividade de zonas turísticas passa pelo agrupamento de uma série de características identificáveis a um determinado povo e lugar (V.L et al, 2010). Tais contornos de representação na atividade turística são de particular interesse a essa pesquisa e aos meus questionamentos sobre o papel da Riotur. Quando levamos em consideração os processos representativos históricos das populações não-brancas, produzidas pelas impressões de viajantes do Norte Global, podemos considerar um *relativo* empoderamento no papel da Riotur, na medida em que uma empresa local passa a ser responsável pela produção e divulgação de uma imagem do Rio de Janeiro enquanto destino turístico (RIO PREFEITURA, 2021). Em outras palavras, é uma empresa nacional

²¹ Estima-se que 47,57% dos turistas sejam provenientes do próprio continente (OBSERVATÓRIO FLUMINENSE DE TURISMO, 2019)

²² Esses percentuais podem variar conforme a temporada. Em alguns feriados, por exemplo, o número de visitantes europeus supera os provenientes da América do Sul. Para mais informações, ver: <https://diariodorio.com/conheca-o-perfil-dos-turistas-que-visitam-o-rio-de-janeiro-na-alta-temporada/>

e regional que constrói o imaginário sobre a cidade do Rio de Janeiro oficialmente, e não mais (apenas) as impressões do estrangeiro. Apesar disso, considero esta autonomia relativa, pois argumento que o olhar imperial²³ (FANON, 2008) continua a orientar a indústria turística na construção imaginária sobre um Rio de Janeiro a ser vendido ao (inter)nacional.

Para explorar a hipótese acima, cabe investigar a história e o papel da Riotur em nossa cidade. Em termos históricos, a empresa foi criada em 1972 e foi inicialmente nomeada como Empresa de Turismo do Estado da Guanabara cuja sede era no centro da cidade. Com o fim do Estado da Guanabara, a instituição foi rebatizada como Empresa de Turismo do Rio de Janeiro S.A e incorporada à Secretaria Municipal de Turismo (SANTIAGO; LANÇA, 2019). Sendo a empresa oficial de turismo do Rio de Janeiro, a Riotur é a responsável pelo marketing sobre a cidade — a construção de uma imagem sobre/do Rio. Dentre os seus inúmeros materiais, a estratégia da empresa é que o próprio turista seja o principal divulgador do Rio (turístico). Questiono-me, contudo, sobre os efeitos dessa estratégia a partir da seguinte proposição: a instrumentalização da experiência do turista está dentro do conjunto de esforços da (re)produção de uma narrativa que apresenta o Rio de Janeiro como uma cidade essencialmente bela e turística. Em outras palavras, essa estratégia participa da naturalização de uma série de processos de organização e ordenamento urbanos, que a experiência turística não consegue — e nem deve — captar. Afinal, essa vivência é condicionada a partir do ocultamento das condições de possibilidade para a existência do Rio (turístico), como veremos ao longo desta Dissertação. Para além disso, encobre-se o enorme esforço por parte da Riotur em produzir uma representação oficial do Rio de Janeiro através de suas estratégias e planos de marketing.

Em termos de capital, a Riotur é uma empresa pública e trabalha com recursos distribuídos pelo município e por patrocinadores privados (RIOTUR, 2019), o que explica a sua considerável procura por investidores e parceiros. No

²³ O olhar imperial divide o mundo em dois: o mundo do colono e aquele do colonizado; a zona do ser e a do não-ser. Este olhar é produto do colonialismo e o seu processo de racialização. A partir deste olhar, o corpo não-branco é desumanizado e inferiorizado: mesmo que enxerguemos o corpo negro, este olhar é carregado de estereótipos que lhe retiram a subjetividade e a humanidade (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 511-512).

site da Prefeitura do Rio de Janeiro, encontramos a seguinte justificativa sobre o papel da Riotur :

A Riotur é a empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro, e tem como finalidade a criação, execução e o acompanhamento das políticas de turismo da Cidade Maravilhosa. Dentre elas, o planejamento e a promoção das atividades turísticas, além de criar e gerir canais de comunicação com nossos visitantes, com plataformas como sites e aplicativos. Estamos aqui para garantir que no Rio você seja mais que um turista, seja nosso hóspede. Além de cuidar de toda a organização do calendário de eventos, também faz parte da nossa missão fomentar, criar e executar programas e projetos, que visam o desenvolvimento do Rio através da sua vocação *natural*: o turismo [...] (RIO PREFEITURA, 2021, p. 1 — grifo meu).

Existem dois aspectos que eu gostaria de trabalhar a partir do excerto acima: o primeiro diz respeito ao funcionamento da Riotur — a quem e o que ela serve — e o segundo discute a chamada vocação natural ao turismo da cidade do Rio de Janeiro²⁴. À primeira vista, a Riotur pode parecer apenas uma empresa de prestação de serviços em que o seu relacionamento principal é ser um porto seguro de informações sobre o Rio de Janeiro ao visitante (inter)nacional. O próprio site da empresa reflete essa expectativa, uma vez que não encontramos informações sobre a instituição em si, e sim uma série de conteúdos destinados a divulgar “o que fazer no Rio de Janeiro”²⁵. Podemos observar esse mesmo comportamento em outras redes sociais da empresa, como suas páginas do *Instagram* e do *Facebook*²⁶

Essa apresentação que a Riotur faz de si tornou o meu trabalho enquanto pesquisadora mais desafiador. Afinal, como discorrido na seção introdutória, me perguntava: para quem são aquelas fotografias disponíveis em uma rede social tão pouco usada como o *Flickr*? Em meio a esse emaranhado de emoções que é o pesquisar, acabei me deparando com informações sobre um evento realizado pela

²⁴ Trabalho este ponto na subseção 2.1.2 "Rio turístico e modernidade carioca: uma construção imbricada"

²⁵ Caso seja de interesse da leitora, ver: <http://visit.rio>

²⁶ Caso seja de interesse da leitora, ver: <https://www.instagram.com/riotur.rio/> e <https://www.facebook.com/riodejaneiro>

Riotur chamado *Road Show*²⁷, cujo intuito é divulgar e levar a "marca" Rio a outras regiões do Brasil em busca por novos investidores e parcerias. Nos *Road Shows*, são distribuídos materiais informativos oficiais de divulgação do Rio de Janeiro com vistas a gerar negócios e incrementar a indústria turística carioca, como o nosso mercado hoteleiro²⁸ (RIO PREFEITURA, 2017). A descoberta desses *press kits* (kits de imprensa) foram um ponto de virada em minha investigação, uma vez que esses materiais utilizam as fotografias da Riotur expostas em sua conta da rede social *flickr*. E mais, o álbum Rio LifeStyle — onde minhas curiosidades de pesquisa começaram — faz parte de seu conteúdo.

A partir disso, é possível deduzir que o estilo de vida carioca — o Rio Lifestyle — é vendido como um dos pontos fundamentais para a construção do Rio de Janeiro como uma cidade atrativa ao mercado turístico (inter)nacional. O estilo de vida carioca é um produto turístico, figurando entre os principais motivos de se viajar ao Rio (DAFLON, 2007; IRVING et al. 2011), mas também uma razão para se investir na cidade. Esse estilo de vida seria, portanto, a marca distintiva da “Cidade Maravilhosa”, que faria desta um destino competitivo no mercado (inter)nacional do turismo. Outro ponto integral ao meu argumento é o mais recente Planejamento Estratégico da Riotur (2017-2020), que delineia os objetivos, as expectativas e as ações da empresa em relação ao turismo no Rio de Janeiro para aquele período. É necessário estar atenta a temporalidade da escrita desse documento, uma vez que todo o plano de ação da empresa foi construído com o objetivo de manter o Rio de Janeiro enquanto um destino turístico competitivo, mesmo após os mega-eventos. Nesse Planejamento, o que mais me chamou atenção foi o seguinte objetivo: “Posicionar o Rio como cidade *moderna*, hospitaleira, de *natureza exuberante* e de grande diversidade cultural, que tem produtos e serviços para todos os gostos, do museu ao futebol, da praia ao teatro, da floresta aos grandes shows” (RIOTUR, 2019, p. 29 — grifos meu).

²⁷ Os *Road Shows* são realizados desde o início da década de 2000 (TCMRJ, 2005) e tornaram-se especialmente importantes depois dos mega-eventos realizados no Rio de Janeiro, contexto entendido como chave para o reaquecimento da indústria turística na cidade.

²⁸ Um dos principais parceiros da Riotur é a RCVB (Rio Conventions & Visitors Bureau), que representa empresas da indústria turística no Rio de Janeiro, dentre elas o mercado hoteleiro. Ver: <https://rcvb.com.br/o-rio-cvb/quem-somos>

Convido a leitora para atentar à palavra “moderna” ali utilizada, pois esse apelo à modernidade será importante aos movimentos argumentativos futuros deste trabalho. Ao conferir destaque a esse termo, a Riotur parece buscar o rompimento com o próprio imaginário ocidental acerca dos espaços do Sul Global — espaços não-brancos, por excelência. Em outras palavras, suponho que o trabalho de construção da imagem sobre/do Rio de Janeiro pela Riotur procura se afastar das representações coloniais presentes, por exemplo, nas primeiras feiras de viajantes, que (re)produzem uma perspectiva linear do progresso a partir da comparação entre culturas ditas “civilizadas” e “selvagens” (ENLOE, 2014). Nesse jogo de representações, os “povos nativos” — como os próprios brasileiros — eram colocados como atrasados em termos civilizacionais.

A partir dessas investigações, proponho depreendermos o que a Riotur compreende como moderno a partir de uma análise das suas fotografias. Nesse sentido, as próximas páginas examinam as fotos do álbum Rio Lifestyle, que, como vimos, além de servir como ilustração para consulta de turistas, constitui a base do material utilizado pelo governo municipal do Rio de Janeiro para angariar novos parceiros e investidores. Esse exercício terá o intuito de trabalhar outra hipótese desenvolvida neste trabalho: *como o olhar imperial ainda orienta a construção do imaginário sobre o Rio de Janeiro, promovido pela sua empresa oficial de turismo, a Riotur*. Diante disso, acredito que podemos compreender melhor a imbricação entre o global e o local na construção de um Rio de Janeiro (turístico), no sentido de observar o quanto a produção da modernidade carioca sobrevém de relações (pós-)coloniais (TELLES, 2020).

1.1.1

Rio turístico e modernidade carioca: uma construção imbricada

Nosso exercício começa com uma análise de fotografias selecionadas a partir do álbum Rio Lifestyle. Essas imagens constroem uma correlação entre carioquice — identidade carioca — e a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, dada a recorrência com que morros, praias e outros pontos localizados nessa parte da cidade são estampados nas imagens da Riotur. Em outros termos, a Zona Sul

pode ser compreendida como o lócus por excelência do carioca nato, onde poderíamos ver a genuína identidade carioca em ação. Essa seleção da Zona Sul nas representações da Riotur pode ser interpretada pela relação entre natureza e civilização na constituição do Rio de Janeiro. Em diversos momentos, ao invés de existir em atrito com a civilização, a natureza convive em harmonia com aquela, pois a paisagem emoldura a vida do “carioca da gema”, aquele cuja caracterização é marcada por uma alegria nata e uma alma naturalmente encantada (BARBOSA, 2012, p. 29). Como mostram as Imagens 1 e 2, essa identidade é construída em cima de uma cadeia de significantes composta por elementos como o hedonismo, a diversão e a espontaneidade (DAFLON, 2007; IRVING et al. 2011

Figura 1



Fonte: Rio Lifestyle — Flickr (RIOTUR, 2016)

Figura 2



Fonte: Rio Lifestyle — Flickr (RIOTUR, 2016)

O significado de modernidade não é algo monolítico e estático. Ao contrário: varia de acordo com o contexto, e certos autores pós-coloniais reivindicam a ideia da existência de múltiplas modernidades (BHAMBRA, 2007; ROJAS, 2016). Diante disso, a proposta do exercício é depreender o entendimento de “modernidade” mobilizado pela Riotur em referência ao Rio de Janeiro. Podemos investigar a modernidade carioca em dois processos, os quais se entrelaçam e fazem eco à relação entre o estilo de vida carioca e o espaço onde este é encontrado. Se, como vimos, a promoção (inter)nacional de um Rio de Janeiro moderno pela Riotur coexiste com a recorrência da Zona Sul no repertório de imagens de que lança mão a empresa, pode-se deduzir a existência de uma dimensão geográfica na localização da modernidade na cidade — ou seja, a presença da cadeia de significantes relacionadas ao moderno no Rio de Janeiro está localizada na Zona Sul.

Percebo esse aspecto geográfico tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. No álbum Rio Lifestyle, por exemplo, há 267 fotos em que apenas 10 fotografias não têm a Zona Sul da cidade como cenário — as imagens são de

algumas praias da Zona Oeste²⁹: Praia da Macumba, São Conrado, Praia do Secreto e Praia da Barra da Tijuca (Riotur, 2021); a Zona Norte do Rio de Janeiro sequer aparece nesse álbum. Em termos qualitativos, cabe ressaltar que a expansão do Rio de Janeiro em direção ao Atlântico não apenas acompanhou um processo de especulação financeira, mas também carregou significados simbólicos. É nessa expansão que a construção social da Zona Sul, principalmente do Bairro de Copacabana, passa a circunscrever categorias identitárias fundamentais do Rio de Janeiro e representativas da elite carioca (O' DONNELL, 2013).

Segundo O' Donnell (2013), a região sul da cidade — em especial, as partes próximas às praias do Oceano Atlântico — era pouco habitada e frequentada até o final do século XIX. O significado da praia enquanto um espaço de lazer e diversão não é algo inato a esse espaço; ao contrário, por muito tempo, a praia significava apenas um local de trabalho — enquanto região portuária e de atividade pesqueira —, onde também era um lugar de descartes, seja dos corpos de pessoas escravizadas e/ou dejetos. O significado da praia como um espaço de beleza e desfrute foi construído ao longo do século XX, especialmente, por influência europeia a partir da associação entre mar e salubridade (FARIAS, 2000). No caso do Rio de Janeiro, esse discurso médico foi determinante para expansão da cidade à região sul, uma vez que o centro da cidade e os subúrbios eram identificados como "o lócus de doenças e do atraso" (O' DONNELL, 2013, p. 75). Com forte discurso civilizatório, uma nova elite começou a incentivar a expansão da cidade em direção ao sul, em busca dos ares frescos e saudáveis do Atlântico. Nas palavras da autora:

Ao discurso terapêutico se somaria, sem demora, o desfrute hedonístico, fazendo com que o espaço da praia coordenasse, sem maiores contradições, os princípios da cura e do prazer, deixando, aos poucos, de ser o "território do vazio" para adentrar, irreversivelmente, o itinerário da civilização (O' DONNELL, 2013, p. 92).

²⁹ A Zona Oeste é uma região de habitação relativamente recente no Rio de Janeiro, remontando à década de 1960. Nas regiões atlânticas, encontram-se os bairros nobres e bem quistos dessa região. O restante da Zona Oeste é negligenciado pelo poder público, especialmente no que toca à prestação de serviços públicos, como o transporte (DE OLIVEIRA, 2018).

Nesse contexto, Copacabana passa a ser construída como a referência da civilização no Rio, onde poderíamos encontrar a modernidade, especialmente, nos costumes de seus moradores. O discurso em relação a esse novo bairro era que os habitantes resguardavam a elegância e a distinção da antiga aristocracia, porém comportavam — e produziam — a modernidade necessária ao novo século (Ibid, 2013, p. 68). A relação entre natureza e civilização se apresenta enquanto um significativo marcante na construção da modernidade carioca e também brasileira. Nos estudos de Barbosa (2012), o autor discorre que as paisagens naturais do Rio de Janeiro são uma promessa civilizatória, que nega e afirma permanentemente "a presença da natureza como uma expressão de uma civilização" (Ibid, 2013, p. 30). Portanto, a presença marcante da Zona Sul nas fotos no álbum Rio Lifestyle não pode ser reduzida à afirmação dessa região como *naturalmente* turística, uma vez congregando ícones como Corcovado, Pão de Açúcar e Lagoa Rodrigo de Freitas. O fato de que nossa geografia é o principal cartão-postal da cidade não dispensa a importância dos processos de ordenamento urbano investidos nessas áreas. Nossas zonas turísticas são constantemente (re)produzidas, mesmo que elas sejam notoriamente marcadas por elementos ditos como “naturais”, pois tais áreas também são sujeitas ao ordenamento urbano³⁰.

O trabalho de Gomes (2011) adquire relevância aqui, ao nos alertar que a promoção do turismo em qualquer cidade é condicionada pelo esquecimento e a invisibilidade de outras características físicas, lugares e modos de viver do espaço urbano. Diante disso, o desenvolvimento do turismo constrói duas cidades cortadas por uma linha abissal, em que tudo que está do “outro lado da linha” do espaço turístico é caracterizado pela ausência de elementos suficientemente atrativos para representarem a cidade ao/no (inter)nacional (Ibid, p. 8). No caso do Rio de Janeiro, a Zona Sul é construída como o lugar das presenças: das belas paisagens, da natureza, da civilidade e do carioca nato. Enquanto as outras partes da cidade são marcadas pela ausência de todos esses elementos, sendo assim

³⁰ Retomarei essa discussão com maior profundidade no Capítulo sobre Dispositivo de Segurança Pública, nesta dissertação.

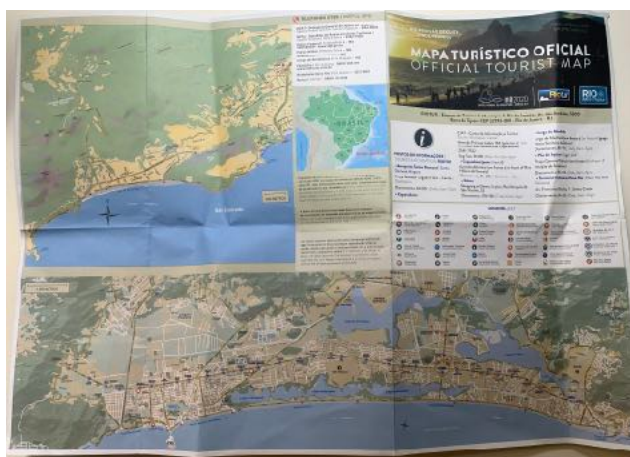
lugares onde a visita se mostra desnecessária e *perigosa*. Esse argumento de Gomes (2011) é particularmente produtivo quando nos deparamos com o mapa turístico oficial distribuído pela Riotur, conforme vemos nas Figuras 3 e 4:

Figura 3



Fonte: Riotur - Mapa turístico Oficial³¹

Figura 4



Fonte: Riotur - Mapa turístico Oficial³²

³¹ Tomei posse deste mapa quando fui a um balcão de atendimento ao turista da Riotur localizado na Praia de Copacabana, ver endereço: <https://www.google.com.br/maps/place/TicketCenter+Rio+de+Janeiro+-+Vendas+de+Atrativos+Tur%C3%ADsticos+e+Tours/@-22.9692174,-43.2367906,12z/data=!4m5!3m4!1s0x9bd551ac2f161d:0xf5a2bc3f8a6a8a96!8m2!3d-22.9650362!4d-43.1725207>

³² Tomei posse deste mapa quando fui a um balcão de atendimento ao turista da RioTur localizado na Praia de Copacabana, ver endereço: <https://www.google.com.br/maps/place/TicketCenter+Rio+de+Janeiro+-+Vendas+de+Atrativos+Tur%C3%ADsticos+e+Tours/@-22.9692174,-43.2367906,12z/data=!4m5!3m4!1s0x9bd551ac2f161d:0xf5a2bc3f8a6a8a96!8m2!3d-22.9650362!4d-43.1725207>

Uma breve análise do mapa revela a preocupação da Riotur em apresentar os contornos da cidade do Rio de Janeiro (turístico) como se esta fosse formada principalmente pela Zona Sul e pelo centro histórico da cidade. A Zona Oeste é reduzida à região Oceânica do Bairro de São Conrado e Barra da Tijuca, além de representar duas favelas que foram turistificadas: a Rocinha e o Vidigal³³. A Zona Norte da cidade, por fim, é resumida ao Maracanã e algumas partes do bairro de São Cristovão e da Tijuca. Em termos conceituais, a cartografia da Riotur aplica o pensamento abissal da modernidade (SANTOS, 2009) ao cortar o Rio de Janeiro em dois onde a região Atlântica — em especial a Zona Sul — aparece como o lado visível e, portanto, válido para a circulação turística. Enquanto do outro lado da linha, não há o que se ver; invisibilidade esta que apaga outros Rio(s). Assim sendo, observo que o Rio de Janeiro (turístico) (re)produz uma relação entre civilização, modernidade e a Zona Sul. Em outras palavras, o discurso oficial da Riotur sobre um Rio moderno reforça algo bem expressado por Julia O'Donnell: “o recado não poderia ser mais claro: a cidade civilizada crescia rumo ao sul, e as práticas condizentes deveriam acompanhar o novo mapa da elegância” (O'DONNELL, 2013, p. 92-93).

O estilo de vida carioca aparece como segundo traço distintivo dessa modernidade, e é essa identidade que está na raiz de meus incômodos na confecção da presente pesquisa. Como já apresentado, o estilo de vida carioca é identificável por sua leveza, diversão e hedonismo. Podemos notar, sem dificuldades, a presença dessa cadeia de significantes nas fotografias expostas acima, mas também nas Figuras 5 e 6 (abaixo).

³³ Embora não seja o foco dessa dissertação, não podia deixar o tema do “turismo nas favelas” fora dessa discussão, pois é uma prática em ascensão aos turistas que “esperam enxergar a realidade” do Rio. Para uma discussão mais profunda sobre essa temática, ver: (WISE, 2019) em “*User-generated insight of Rio's Rocinha favela tour: Authentic attraction or vulnerable living environment?*”

Figura 5



Fonte: Rio Lifestyle — Flickr (RIOTUR, 2013)

Figura 6



Fonte: Rio Lifestyle — Flickr (RIOTUR, 2013)

A alma encantada do carioca (BARBOSA, 2012) não é apenas fortemente demarcada em termos espaciais. Essa mesma alma também se encontra, de acordo com as imagens, em corpos racializados enquanto brancos. Faço esse argumento

como fruto de um desconforto pessoal causado após o primeiro contato com as fotografias do álbum Rio Lifestyle: "onde está o corpo negro?" – indagava, diante das imagens. Convido a leitora a procurar corpos negros nessas fotografias, uma vez que podemos perceber um padrão fotográfico cujo foco é um tipo de corpo específico — isto é, o corpo branco queimado de praia. E, ao deparar-me com algumas exceções: presentes, sim, mas qual visibilidade é permitida a esses corpos?

Não podemos dizer que a hiper-visibilidade dos corpos brancos na fotografia da Riotur obedeça apenas a uma demanda interna da empresa ou da aqui estudada modernidade carioca; não se restringe à questões locais. Pois, de acordo com Molloy (2019), a branquitude é uma prática normativa dentro da produção visual contemporânea. Segundo Linke (1999), a hiper-visibilidade do corpo branco constrói uma estética de valorização dos elementos da branquitude em que estes são considerados a norma e o senso comum em nossas relações sociais. Esse processo produz, ao mesmo tempo, a construção do branco enquanto uma categoria vazia, isto é, os corpos brancos não são nomeados e reconhecidos como tal. Estes são apenas corpos, não havendo necessidade de anexar o adjetivo “branco” para identificá-los, pois a branquitude se apresenta como referente principal na construção das nossas instituições sociais (Ibid, 1999, p.131). Ao não nomearmos a branquitude — produtiva e produtora do internacional moderno (ANIEVAS et al, 2015) — a naturalizamos e, portanto, não questionamos a sua visibilidade exacerbada em nossas percepções e subjetividades políticas e culturais.

A relação íntima entre Zona Sul e a identidade carioca construída nessas fotografias participa, deste modo, da racialização da cidade (TELLES, 2020). Dentro de uma discussão estética, considera-se que esse processo de racialização distribui o sensível no Rio de Janeiro³⁴. De outra maneira, a raça se apresenta enquanto um orientador que condiciona *o que* e *quem* pode ser visto e ouvido na cidade (Ibid, 2020, p. 70). Quando nos deparamos com as fotos da Riotur,

³⁴ Para saber mais dessa discussão, recomendo a leitura da tese de Ana Clara Telles (2020), a autora apresenta e critica o conceito de sensível de Rancière.

podemos interpretar que a região da Zona Sul e os corpos brancos são apresentados como a realidade existente no Rio de Janeiro e, nesse sentido, são aqueles que precisam ser vistos, ouvidos, compreendidos e exaltados ao viajarmos à cidade. Em outras palavras, enquanto a Zona Sul e o corpo branco são hiper-visíveis na representação do Rio de Janeiro, o outro lado — o não branco e a não Zona Sul — tem a sua presença condicionada a certos termos, como veremos à frente neste Capítulo e ao longo da Dissertação.

Dessa forma, argumento que a (re)produção do Rio de Janeiro como uma cidade moderna a ser vendida no (inter)nacional passa não apenas por uma linha abissal, mas duas. A primeira é a linha que corta e produz a cidade em termos geográficos, a Cidade Maravilhosa onde a Zona Sul é hiper-visibilizada em relação às demais áreas urbanas. A segunda linha abissal divide a cidade em termos raciais, em que os elementos da branquitude, e por consequência, os corpos — dourados do sol de Ipanema³⁵ — são os que merecem ser vistos, ouvidos e compreendidos. Vimos, até agora, uma característica dessa linha abissal: como os elementos do lado da linha são a negação do que está do "outro lado" (SANTOS, 2008, p. 25-24). A próxima seção se encarrega de pensar um outro elemento produtivo das linhas abissais, que formam o Rio (turístico). Isto é, como essas linhas se constituem e são constituídas através de vasos comunicantes, que orientam os termos com que o corpo negro pode estar visível no Rio de Janeiro vendido ao (inter)nacional. Em outras palavras, convido a leitora a pensarmos juntas sobre como a não-Zona Sul — entendida enquanto o Rio (não) turístico — e o não-branco não são apenas o antônimo do ideal de modernidade carioca, mas também constitutivos desta.

1.2

O outro constitutivo: a não-Zona Sul e o não-branco

Estudar um outro constitutivo significa assumir uma posição não fundamentalista perante as nossas categorias identitárias. É reconhecer que a

³⁵ Referente à música Garota de Ipanema por Tom Jobim e Vinicius de Moraes (1962)

identidade — seja pessoal ou coletiva — não é fixada pela natureza, dada por Deus ou fruto de um comportamento intencional. Ao invés disso, é compreender que as nossas categorias identitárias são constituídas em relação à diferença, em que não há bases fundacionais a priori ou fora da sua operação. A identidade é produzida, portanto, através da inscrição de fronteiras, as quais servem para marcar o “eu” do “outro” (CAMPBELL, 1992, p. 8). Hall (2014, p. 127) investe até na nomenclatura de processos de identificação, porque a identificação é um caminho nunca completo e que precisa ser constantemente investido a partir da criação de marcadores de diferença. Diante disso, institui-se fronteiras arbitrárias entre o “eu” e o “outro”, de forma que a aparente estabilidade da identidade (e da diferença) é mantida através de repetições (CAMPBELL, 1992) e vigilância³⁶. No caso desta pesquisa, argumento que os espaços fora da Zona Sul — a não-Zona Sul — e os corpos negros se apresentam enquanto marcadores de diferença, que produzem a imagem passada e almejada pela Riotur ao (inter)nacional sobre o Rio de Janeiro.

Para pensar esse “outro” geográfico e corpóreo, trago o conceito de *lugar natural de negro* de Lélia Gonzalez (1982). A autora discute sobre como a construção da população negra passa por inúmeros posicionamentos desses sujeitos em lugares específicos das nossas relações sociais. Dois lugares são de interesse particular a essa pesquisa: a favela e a posição de explorado enquanto lugares (essencialmente) de negro na sociedade brasileira. Em termos geográficos, pode-se dizer que as favelas e os subúrbios são construídos como a alteridade perante a “Cidade Maravilhosa”. Ou seja, esses espaços são entendidos como diferentes e distantes do ideal da cidade moderna e civilizada do Rio de Janeiro. Já, em termos corpóreos, discuto sobre como a constituição do Rio (turístico) é possibilitada através do controle da circulação do corpo negro — corpo este estimulado a circular pela cidade, sobretudo, em condição de massa trabalhadora (precária), em geral aquele que vai servir ao carioca nato.

³⁶ O caráter vigilante das fronteiras será mais concretamente explorado no Capítulo 2 desta dissertação.

Comecemos nosso trabalho, portanto, com o primeiro aspecto: a geografia. Compartilho da perspectiva de Ventura (1994) quando reflito sobre a construção do Rio de Janeiro (turístico), pois o "asfalto" carioca — onde a Zona Sul da cidade pode ser interpretada enquanto essencialmente o lugar do asfalto — se constrói a partir do entendimento das favelas — mas também da Zona Norte e certos lugares da Zona Oeste, *eu* acrescento — como a sua alteridade. Bravo e Drumond (2014) também contribuem à minha argumentação sobre o Rio (turístico), pois as autoras discutem a constituição do “asfalto” através de uma série de discursos, os quais mobilizam a favela enquanto o espelho invertido do *self* carioca. A modernidade do Rio (turístico) é possibilitada por meio da identificação dos espaços favelados como um “outro”, que representa a falência da civilização e a não-modernidade.

Apesar dessas perspectivas serem essenciais à minha compreensão sobre o Rio de Janeiro e a modernidade carioca, percebo-as como pouco atenciosas diante da materialidade da construção do Rio (turístico), uma vez que a metáfora de uma cisão entre favela e asfalto nos deixa míope à questão da circulação na cidade, como apontado por Barbosa (2012). Isso porque ser favelado significa se locomover através da cidade em busca de oportunidade de trabalho, lazer e estudo. Ao contrário da existência de uma cidade partida, temos um lado da cidade — o lado negro, favelado e periférico — que está sempre em diálogo e em movimento no/através do urbano para sobreviver (Ibid, 2012, p. 20). O ponto é, no entanto, pensar o quanto essa circulação não ocorre de maneira livre pela/através da cidade; existe um disciplinamento e um ordenamento constante dos fluxos de pessoas para constituição do espaço urbano (FOUCAULT, 2008). No entanto, reconhece-se que, historicamente, na empreitada do controle da movimentação de pessoas, o policiamento e vigilância recaem com força aos corpos racializados como não-brancos. O policiamento desigual entre espaços e corpos brancos e não-brancos é bem colocado por Fanon em “Condenados da Terra” (1968):

O mundo colonizado é um mundo cindido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias o interlocutor legal e

institucional do colonizado, o porta voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado (FANON, 1968, p. 28).

Quando Fanon discorre sobre o papel das forças de segurança em manterem a divisão entre o mundo do colono e do colonizado, podemos fazer um paralelo com a ação das forças policiais do Rio de Janeiro nas favelas. A metáfora de "vida sob cerco" se mostra particularmente produtiva aqui. Da Silva (2008) entende que os aparelhos de segurança funcionam como um verdadeiro dispositivo de confinamento cujo objetivo é controlar e disciplinar os intercâmbios dos indivíduos "da favela" e "do asfalto". Segundo Telles (2020), esse disciplinamento é essencial à produção da estética racial que norteia a construção do Rio (turístico). Dito de outro modo, a ordem que estabelece quem deve ser (não) visto na cidade é constantemente trabalhada a partir da visibilidade condicionada da favela e dos seus moradores. Torná-los invisíveis — ou visíveis em certos termos — não somente a partir do seu ocultamento nas fotografias oficiais da Riotur, mas garantir que o espaço da Zona Sul não seja contaminado por condutas indesejáveis da sociabilidade favelada³⁷. Tomando a favela como lugar espacial de negro — sua morada por definição — (GONZALEZ, 1982), a manutenção dessa estética significa (re)produzir a divisão racial do espaço.

Neste momento, a leitora pode estar se fazendo a seguinte pergunta: e não existem favelas na Zona Sul? Como essa análise seria legítima se esse "outro constitutivo" muitas vezes habita no Rio (turístico)? Abordarei melhor essas questões no Capítulo seguinte. No entanto, acredito que seja importante arranhar reações à essas possíveis indagações. Respondo essas perguntas a partir da perspectiva de que o Rio (turístico), trazido para análise nesta Dissertação, é uma *representação*. Dito de outro modo, a Riotur produz e vende uma imagem específica sobre o Rio de Janeiro, de tal forma que essas práticas discursivas e não-discursivas colocam em circulação representações sobre o social — identidades, ações, conhecimento —, as quais são compreendidas como *a verdade* (DOTY, 1996). No entanto, esta é apenas uma representação possível sobre o Rio

³⁷ O Capítulo 2 desta Dissertação discute o controle da sociedade favelada a partir do dispositivo de segurança (pública).

de Janeiro; existem várias outras, que não são o foco desta Dissertação. Interessante, no entanto, pensar sobre o peso dos significados que a representação do Rio (turístico) traz a cidade, de maneira que argumentarei como esse ideário orienta como a cidade deveria ser a partir de uma análise do dispositivo de segurança (pública). Para isso, será desenvolvido como a representação oficial do Rio de Janeiro é produzida por meio do controle da circulação de corpos negros no espaço urbano, que condicionará em que termos estes podem estar presentes no cartão-postal. Como trago raça enquanto categoria analítica (SILVA; PIRES, 2015) nesta pesquisa, advogo que quaisquer corpos negros são sujeitos ao controle de sua movimentação, independente de onde seja a sua moradia³⁸.

Dando continuidade a nossa análise sobre os termos condicionantes da presença de corpos negros na imagem oficial do Rio, retomo as fotografias do Rio Lifestyle para pensar sobre a dimensão corpórea constitutiva da modernidade carioca. Neste contexto, argumento que a não contaminação da Zona Sul — do "asfalto" — e, por consequência, das fotos oficiais do Rio turístico é condicionada por outro lugar de negro onde esses corpos são alocados na posição de serviçal. Essa proposição se constrói também a partir de uma análise das imagens do álbum Rio Lifestyle (ver Figuras 7 e 8)

Figura 7



Fonte: Rio Lifestyle — Flickr (RIOTUR, 2012)

³⁸ É emblemático pensar em exemplos de adolescentes negros de classe média e moradores de bairro nobre, que não deixam de ser sujeitos a processos de revista e enquadramento policial.

Figura 8



Fonte: Rio Lifestyle — Flickr (RIOTUR, 2012)

Quando comparamos com as imagens apresentadas nas seções anteriores deste Capítulo, percebemos que o corpo negro (quando) aparece majoritariamente na posição de trabalhador precário. Neste contexto, o corpo negro não goza do hedonismo e da leveza tão identificável no estilo de vida carioca: raramente se encontra como uma pessoa que está a aproveitar o espaço da praia em termos de lazer. Ao contrário: está trabalhando, servindo, seja um mate, um biscoito globo ou um guarda sol ao “verdadeiro” carioca da gema. Com o caráter constitutivo do outro não-branco em mente, o negro — o seu trabalho — é condição de possibilidade para a existência do estilo de vida carioca, representado e vendido nas fotografias oficiais da Riotur. Essa representação acaba por (re)produzir o outro lugar natural de negro, isto é, a alocação desse corpo enquanto mão-de-obra de reserva e prestadora de serviços menos qualificados, porém essenciais à existência do bem-viver (GONZALEZ, 1982).

Nessas fotografias, o estilo de vida carioca torna-se um lugar de branco — tanto geográfica quanto socialmente —, em que os corpos negros exercem posições específicas, como a de serviçal (ANDERSON, 2015). Não nego que esses corpos circulem ou moram no espaço da Zona Sul: o ponto é pensarmos como não lhes é permitido performar a “carioquice” de maneira plena. Como

veremos, a sua presença é sempre condicionada, vigiada e policiada no urbano. Assim como a favela não pode contaminar esse espaço branco, o corpo negro também não o pode. Logo, este precisa ser constantemente domesticado por um conjunto de mecanismos que tornam a sua circulação naquele espaço identitário não apenas possível, mas admissível. Nas fotografias, vemos que o corpo negro ou não aparece, ou está desfocado; ou ainda, se presente em primeiro plano, encontra-se em posição de serviçal. Para isso, argumento que o controle da sua circulação na cidade se mostra como uma estratégia fundamental para a produção desse estilo de vida carioca — desse lugar de branco. A partir dessas fotografias, que colocam o corpo negro em posição de serviçal, aventurei-me a pensar que quaisquer movimentações fora da disciplina do regime de trabalho são desestimuladas por serem compreendidas como uma desestabilização da ordem (estética-política) racial da cidade, onde corpos brancos e não-brancos se sobrepõem — podem estar no mesmo espaço lugar geográfico — , mas têm os seus lugares bem demarcados na sociedade³⁹.

O controle da circulação do corpo negro permite que ele seja incluído em certas condições no espaço da Zona Sul, uma vez que a "economia do estereótipo" (MORRISON, 2020) nos orienta a interpretar esse corpo como uma sempre ameaça em potencial à segurança. Nesse contexto, precisamos nos atentar ao sinônimo construído entre negritude e criminalidade para compreender qual seria a má circulação do corpo-negro no espaço urbano carioca⁴⁰. Assume importância aqui a construção da masculinidade negra enquanto problemática (SOUZA, 2009; hooks, 2019), pois a percepção do homem negro como um criminoso latente legitimaria o seu policiamento constante em nome da segurança social. O corpo negro é tratado, portanto, como um estrangeiro em sua própria cidade; o cartão-postal permite a sua visita desde que seja em condição de servente, pois essa posição/lugar não representaria uma ameaça à ordem social — e estética — da cidade. Ao contrário, a sua produção é condicionada pela presença deste corpo enquanto serviçal.

³⁹ Discuto melhor essas questões no Capítulo 2.

⁴⁰ Trabalharei melhor essa questão no Capítulo sobre Dispositivo de Segurança pública.

Assim sendo, compreendo que a construção de um Rio (turístico), vendido ao (inter)nacional e representado pelo marketing da Riotur, é possibilitada pela manutenção da negritude em seus devidos lugares. A “Cidade Maravilhosa” do cartão postal tem como condição de possibilidade o constante policiamento daquilo que a lembra da existência do não-branco. O Rio (turístico) se produz a partir da regulação daquilo/de quem que lhe escurece, da negritude em excesso. A favela — um dos espaços geográficos por excelência da negritude (GONZALEZ, 1982) — é sistematicamente apagada do material turístico da Riotur, sejam em suas fotos ou mapas⁴¹; alinhado a isso, temos a invisibilidade do corpo negro enquanto ser humano, pois este se torna apenas um corpo de extração de valor, de trabalho (MBEMBE, 2018). Parafraseando Fanon (2008), para o negro resta-lhe apenas a função de ser um *bom negro*. Nesta pesquisa, “ser um bom negro” pode ser identificável como ser um serviçal, especialmente se este performa uma caricatura estereotipada — um ambulante, uma babá, um garçom.

1.2.1

O olhar imperial: a co-constituição entre Rio (turístico) e as zonas do (não) ser

Como apresentado no início deste Capítulo, existe uma relação de co-constituição entre Rio (turístico) e a zona do ser e do não ser. De outra maneira, percebo que a produção de um Rio de Janeiro a ser vendido ao mercado (inter)nacional de turismo não tem somente a hierarquização racial como efeito, em que corpos de pele não-branca são considerados inferiores e invisibilizados. Para além disso, a fronteira discursiva entre as zonas do ser e do não ser é, ao mesmo tempo, condição a partir da qual o Rio de Janeiro é vendido ao (inter)nacional. Este argumento faz referência à brilhante tese de Ana Clara Telles (2020), em que a autora argumenta sobre o papel da violência na produção do Rio de Janeiro tanto em termos materiais quanto simbólicos. O seu trabalho sobre a estética política-racial do espaço urbano carioca é de basilar importância ao meu

⁴¹ As favelas são pouco demonstradas nos mapas em suas especificidades. Na legenda, no entanto, um triângulo laranja representa a existência de uma favela naquela região do mapa.

processo argumentativo, pois Telles (2020, p. 82) compreende que a produção do Rio é possibilitada através da violação de corpos não-brancos.

Deste modo, compreendo que a produção identitária do Rio de Janeiro veiculada pela Riotur é condicionada através de um olhar imperial que orienta os lugares sociais de corpos brancos e não-brancos no espaço urbano. Como apresentado por Telles (2020, p. 73), o regime estético disciplina *o que e quem* pode ser visto através de uma perspectiva racial. A construção do Rio (turístico) não somente exclui o corpo negro — ou o inclui em condições específicas — mas também contribui para a sua desumanização seja ao reduzi-lo a um serviçal, ou à figura da “mulata” ou à uma ameaça que deve ser contida custe o que custar⁴². Nas palavras de Fanon (2008, p. 26), o lugar de negro é uma “região extraordinariamente estéril e árida da zona do não-ser”, que pode ser habitado tanto geograficamente — seja na cidade do colonizado (FANON, 1968) ou nas favelas — quanto em termos da função social-produtiva daquele corpo — como o servente por excelência, a exemplo. O caráter multi-dimensional da linha global de cor aparece aqui, no sentido de considerarmos o quanto a construção estética-política da cidade do Rio de Janeiro é possibilitada através de hierarquias raciais que consideram o não-branco inferior.

Essa co-constituição entre o Rio (turístico) e as zonas do (não) ser não é limitada apenas às relações entre os locais, em que os corpos brancos dourados de sol têm o seu estilo de vida assegurado a partir do trabalho de mãos negras. A construção desses lugares sociais perpassa uma dimensão cidadina, uma vez que a presença e a movimentação do corpo viajante são intrínsecas ao mercado turístico. De outra maneira, quem se desloca — neste caso, o turista — também está envolvido na produção da estética racial do espaço urbano, pois este é constantemente alocado a experienciar a zona do ser em quaisquer cidade. Em termos geográficos, essa zona do ser é sentida através do corte abissal cuja linha indica a Zona Sul enquanto o lugar que vale a pena visitar no Rio de Janeiro. Ganha-se destaque aqui, a forma como os serviços de hospitalidade do mercado

⁴² Cabe aqui, destacar os números extraordinários das mortes de jovens negros brasileiros em decorrência de ações policiais. Para mais informações, ver: “Elemento Suspeito” por CESEC (2021).

turístico utilizam padrões europeus como referência (SILVEIRA; BAPTISTA, 2017), em que os viajantes — sobretudo do Norte Global — podem estar fisicamente longe de suas casas, mas continuam a frequentar lugares onde a norma estética-política branca (re)produz o espaço social. Afinal, os lugares naturais de brancos e não-brancos não são particulares à realidade brasileira, como bem demonstra Anderson (2015) em *The White Space*, ao refletir sobre a situação estadunidense:

A pessoa negra mais tolerada em um espaço branco é, geralmente, aquele quem está “no seu lugar” — ou seja, aquele quem está trabalhando como um zelador, ou uma pessoa de serviço, ou recebeu um “voucher” das pessoas brancas pela sua boa postura/aparência. Esta pessoa é entendida como menos propensa a causar distúrbios na ordem racial implicante — brancos como dominantes e negros como subordinados (ANDERSON 2015, p. 13 — tradução minha)⁴³.

Nesse sentido, esta Dissertação considera que o turista também consome essa linha global de cor produzida e produtiva do Rio (turístico), visto que o seu experienciar da zona do ser só é vivido a partir da alocação de um outro não-branco na zona do não ser. Em termos concretos, isso pode ser depreendido desde o público alvo — classe A e B (RIOTUR, 2019) — da Riotur: quem é chamado para consumir o “produto Rio”, visitar a cidade. As populações mais abastadas configuram-se como o *target* da empresa, que, segundo o padrão estabelecido com a (re)produção da modernidade, são aquelas racializadas enquanto brancas⁴⁴. Ainda no escopo da Riotur, a empresa recentemente realizou uma parceria com a “wework”⁴⁵ — uma rede multinacional de *co-working* com escritórios espalhados ao redor do mundo — com o intuito de reinventar o turismo no Rio de Janeiro em mundo pós-pandêmico. Nasce assim, o projeto “nômades digitais” cujo intuito é permitir que o *home office* tão experienciado na conjuntura pandêmica se torne

⁴³ Trecho original de Anderson (2015, p. 13): “Accordingly, the most easily tolerated black person in the white space is often one who is “in his place”—that is, one who is working as a janitor or a service person or one who has been vouched for by white people in good standing. Such a person may be believed to be less likely to disturb the implicit racial order—whites as dominant and blacks as subordinate”.

⁴⁴ Para um melhor entendimento sobre a imbricação entre raça e classe, recomendo a leitura da dissertação de Anna de Rujiter (2020), em especial o Capítulo “A sentença racial da modernidade”.

⁴⁵ Caso seja de interesse da leitora, ver: <https://www.wework.com/pt-BR>

uma realidade em expansão. Este projeto prevê a possibilidade de trabalhar em um escritório de *co-working* em qualquer lugar do mundo, como o Rio de Janeiro. O trecho abaixo sobre o projeto é especialmente expressivo dessa dinâmica:

A mudança global de comportamento que estamos vivendo *nos permite optar por novas formas de trabalhar*. A pandemia da Covid -19 nos mostrou que vários trabalhos podem ser executados remotamente. Para os que já estão em home office, é a chance de passar uma temporada no Rio, com seu notebook... e *como um carioca* [...] Nesta nova era da digitalização, fica mais fácil quebrar a rotina do trabalho em sua cidade de origem e viver *o estilo de vida do carioca* pelo tempo que você quiser. Com mais liberdade, estímulo à criatividade e de forma mais saudável (NÔMADES DIGITAIS RIO, 2021, p.1 — grifos meus).

O consumo da linha global de cor pelos visitantes no Rio — sejam eles mais ou menos permanentes — acontece a partir do corte realizado pelo *home office*, neste caso. Isto é, tornou-se claro que a possibilidade de trabalhar remotamente é um marcador de privilégio tanto em termos de classe quanto de raça. Isso porque o *home office* indica ao mínimo que o trabalhador não realiza um trabalho braçal e/ou precário, que exige seu deslocamento de casa para ser realizado; ele pode fazê-lo através de um computador (GOES et al, 2020). Além do pressuposto sobre o “tipo” de trabalhador, o projeto “nômades digitais⁴⁶” é por si só excludente, uma vez que é uma realidade possível a uma gama extremamente seleta de pessoas em termos financeiros. O consumo da linha global de cor é formado, portanto, através desse cenário. Os viajantes racializados como brancos — em sua maioria — experienciam a zona do ser a partir do estilo de vida carioca, o qual, como vimos, é lapidado por meio do trabalho de mãos não-brancas. Ou seja, além de escancarar e reproduzir uma divisão internacional e racial do trabalho⁴⁷, o projeto nômades digitais também reflete o quanto o mercado turístico sobrevém de trabalhadores locais precários (SILVEIRA; BAPTISTA, 2017).

⁴⁶ Caso seja de interesse da leitora, ver: <https://www.nomadesdigitais.rio>

⁴⁷ Lidarei com maior cuidado com o conceito de “divisão racial do trabalho” no Capítulo 3 (QUIJANO, 2005), embora este tangencie toda essa Dissertação.

Neste momento, a leitora pode fazer a seguinte pergunta: se o viajante é movido pelo desejo do encontro para com a diferença; como podemos dar continuidade ao argumento de que a branquitude é compreendida enquanto produtora do espaço urbano quando levamos em consideração o “turista clássico”⁴⁸? Respondo a esse questionamento a partir de uma percepção não monolítica sobre branquitude e corpos brancos: o ser e o experienciar a branquitude é algo que varia em relação a um contexto espacial, pois, como aponta Lourenço Cardoso (2010), o branco daqui deixa de ser branco quando analisado pelos olhos de lá. O ponto dessa pesquisa é, no entanto, pensar os efeitos da “nossa branquitude” no ordenamento e produção de um Rio de Janeiro a ser vendido ao (inter)nacional, em que temos uma clara divisão espacial e produtiva-social por meio da manutenção e produção de uma hierarquia racial entre os seres humanos. Em termos concretos, o viajante é convidado a experienciar a zona do ser, o espaço branco; a estadia em um destino considerado exótico é policiada tanto nos processos de ordenamento das zonas turísticas — como é o caso estudado por esta Dissertação —, mas também em sua própria estadia mediada por padrões internacionais⁴⁹. Sendo assim, no Rio de Janeiro, o turista é chamado para vivenciar o que seria o lugar de branco do/pro carioca, mesmo que nunca sejamos considerados brancos o suficiente aos olhos europeus-ocidentais.

A alteridade é, dessa forma, policiada e controlada para que não vá de encontro com a modernidade carioca, mas se molde à ela. A sua produção é acompanhada por um controle da diferença — tendo em mente que o negro e a negritude são considerados, historicamente, como alteridade por excelência na modernidade (MBEMBE, 2018). No caso do Rio e do Brasil, o controle dessa diferença é respaldado pelo mito da democracia racial, em que a folclorização dos costumes, culturas e corpos não-brancos são mercantilizados ao mercado turístico

⁴⁸Faço referência aqui ao padrão dos fluxos de turistas no (inter)nacional, em que os países do Norte global estão na demanda por atividade turística enquanto os do Sul Global se encontram como oferta (V.L., 2010; SILVEIRA; BAPTISTA, 2017; PAVEL, 2017)

⁴⁹ Existe um modelo de gestão da European Foundation for Quality Management pensado para destinos turísticos se adequarem aos padrões internacionais (LIMBERGER; MENDES, 2015).

(CALVO-GONZÁLEZ; DUCCINI, 2010). Nesta pesquisa, argumento que a alteridade no Rio (turístico) é disciplinada através do controle da circulação do corpo negro, para que este ocupe os lugares que lhe são permitidos. Essa disciplina molda o corpo negro para se adequar, em especial, ao desejo colonial-ocidental dos viajantes do Norte Global que buscam “o encontro do paraíso na terra” (AOUN, 2001). Este “paraíso na terra”, no caso do Rio de Janeiro, e por consequência, do Brasil, é (re)produzido através da manutenção dos lugares naturais de negros e brancos nas zonas turísticas. Dessa forma, os corpos negros podem ocupar a posição de serviçal e/ou de folclore. O carnaval e principalmente o imaginário sobre as “mulatas” são bem exemplares dessa alteridade controlada em termos folclóricos, pois é o momento quando o corpo negro é convidado a se tornar visível e protagonista. No entanto, como bem elaborado por Gonzalez (1984), o fim da festa na Sapucaí significa a volta ao ordinário; onde a ordem político-estética branca não permite a negritude estar presente em excesso na zona do ser, esta é bem-vinda desde que seja enquanto serviçal.

Obviamente, essas zonas do (não) ser são artificiais, ou seja, não possuem uma essência. Diante desse caráter não-natural, estas devem ser constantemente policiadas e vigiadas em nome da manutenção das relações de poder, da ordem estético-política branca (FANON, 2008). Não nego, no entanto, a possibilidade de subversão e desvio dessa normatividade no espaço urbano pela resistência do corpo negro ao não se permitir ser alocado em uma posição de inferiorizado. Todavia, essa Dissertação está interessada em pensar os processos de produção e controle da hierarquia racial constitutiva do Rio (turístico), em que veremos como o dispositivo de segurança (pública) é um ator indispensável à produção dessa cidade racializada. Tal questão será, contudo, melhor apresentada à leitora nos próximos Capítulos.

1.3

Conclusão

A discussão trazida neste trabalho reclama o caráter não-natural das representações sociais e das áreas turísticas do Rio de Janeiro, como discorrido ao

longo das últimas seções. Diante disso, apresento que a construção do Rio de Janeiro (turístico) é possibilitado por duas linhas abissais — de cunho racial e geográfico —, que condiciona a presença da não-Zona Sul e dos corpos não-brancos em certos termos. A negritude é, portanto, controlada a partir da vigilância da sua movimentação, produzindo assim corpos brancos e não-brancos — e seus devidos lugares — de acordo com a ordem estética-política (branca). A partir da análise das fotografias da Riotur, vimos que os lugares de negro são, sobretudo, a favela e a função-produtiva de serviçal; esses corpos são convidados à participação na imagem (inter)nacional do Rio de Janeiro desde que as favelas sejam apagadas — ou disciplinadas, como os *tours* guiados em favelas à turistas — dessa representação e os corpos não-brancos estejam na condição de servente e/ou de folclore.

O Capítulo também apresenta que a circulação do Rio de Janeiro enquanto um destino turístico não faz eco apenas a questões locais, e sim a uma dimensão global. Nesse contexto, a cidade (re)produz a linha global de cor, que estrutura o (inter)nacional moderno, ao ser estabelecida através de hierarquias raciais e por meio da violação de corpos não-brancos. A linha global de cor não é produtiva apenas da cidade do Rio de Janeiro, mas dos corpos circulantes neste espaço. Fazendo com o que o próprio turista também seja implicado nesta dinâmica, pois ele é convidado a experienciar a zona do ser *à la carioca*; o viajante também consome a linha global de cor ao engajar-se com os modos de ordenamento da cidade. Isto porque este é orientado a se manter somente na zona turística de uma cidade — nos circuitos mais tradicionais —, como podemos observar no próprio material distribuído pela Riotur (ver Figuras 3 e 4). Dessa forma, a experiência do estilo de vida carioca pelo turista é um convite para que este desfrute o lugar de branco no Rio de Janeiro, o que pode ser traduzido com a manutenção dos corpos negros em seus devidos lugares. Nesse contexto, a linha global de cor e a divisão racial (internacional) do trabalho são co-constitutivos, pois a produção do Rio (turístico) coloca o corpo negro enquanto aquele que irá servir — seja ao “carioca nato”, seja ao turista.

O movimento realizado neste Capítulo é de fundamental importância à minha Dissertação, pois identifico os elementos constitutivos da imagem oficial circulante sobre o Rio de Janeiro no (inter)nacional. O ponto que será desenvolvido no Capítulo seguinte diz respeito ao *como*: mais especificamente, explorarei os mecanismos de controle da circulação de corpos não-brancos que tornam possível essa imagem do Rio (turístico). Tal exercício será empreendido com vistas a compreender as condições a partir das quais os corpos negros vieram a se constituir como objeto de especial e constante vigilância (FANON, 1968, p. 30) nesse Rio (turístico). A precária modernidade carioca faz uso de bastante truculência para manter os corpos negros em seus lugares "naturais". Em resumo, este Capítulo apresentou os elementos constitutivos, que tornam o clique perfeito das fotografias possíveis. Os próximos passos pensarão de que maneira esses elementos são monitorados e disciplinados em nome dessas imagens.

Dispositivo enquanto método, segurança (pública) enquanto dispositivo

Hei, senhor de engenho, eu sei bem quem você é.
Sozinho cê num guenta, sozinho cê num entra a pé
(RACIONAIS MC's, 2002)

O presente Capítulo é escrito para pensar *como* os elementos constitutivos da imagem oficial do Rio (turístico) são regulados a partir de uma análise do dispositivo de segurança (pública). As próximas páginas darão sentido ao título deste Capítulo “Dispositivo enquanto método, segurança (pública) enquanto dispositivo”, em que esmiuçarei o que se compreende como “dispositivo” a partir de um trabalho analítico dividido em duas partes. Primeiramente, farei uma abordagem para explicar o que significa o conceito de dispositivo e sua relação com este trabalho. Posteriormente, apresento uma leitura do aparato de segurança (pública) sob a ótica do dispositivo por meio de uma interpretação não tradicional sobre policiamento. Antes de prosseguirmos, cabe uma nota sobre o porquê coloco o termo “pública” entre parênteses; o primeiro motivo é sobre o reconhecimento da utilização de agentes privados — como empresas de segurança (PORTAL, 2017) — na produção da ordem social, de forma que os agentes do Estado não são os únicos envolvidos nesta empreitada. O segundo motivo reflete sobre o caráter desigual na produção de segurança, isto é, a incapacidade de segurança ser um bem comum (FIERKE, 2009).

A palavra “pública” entre parênteses busca chamar a atenção da leitora sobre como a produção de segurança pressupõe a exclusão de alguns; como ela não se estende a todos os corpos. Em debates das Relações Internacionais, Bigo discorre sobre essa desigualdade a partir do termo (in)securitização. O prefixo “in” anexado ao conceito securitização refere-se à “quando um movimento de (in)securitização é feito, segurança e insegurança crescem juntos” (BIGO, 2009,

p. 124 — tradução minha)⁵⁰; neste contexto, o ponto é analisar qual *público* será protegido — será o objeto referente de segurança — e qual será considerado ameaça. Ou seja, quem, a partir de processos de legitimação, terá a sua segurança sacrificada enquanto outros serão salvaguardados.

No que tange a divisão argumentativa do presente Capítulo, começaremos o nosso trabalho a partir da definição do conceito de “dispositivo” por meio da leitura da teorização de Foucault (1979) e Lemke (2018). Na seção “Dispositivo de segurança (pública)”, elaboro o que esse termo significa a partir de uma leitura casada entre Foucault (1979) e Neocleous (2000; 2014). Ademais, repenso o material utilizado para compreender segurança (pública) no Brasil desde a categoria analítica raça. A seção “A formação do Rio (turístico) através do dispositivo de segurança (pública)” se compromete em responder — não exaustivamente — o que me questionei no Capítulo anterior: como o Rio (turístico) é produzido? Nesta seção, veremos o quanto pensar segurança (pública) de forma heterogênea pode nos ajudar a captar as nuances da produção da cidade vendida ao (inter)nacional. Por fim, a seção “Entre fronteiras: O policiamento da Operação Verão” se dedica a mostrar como as ações de segurança (pública) na orla não se restringem ao policiamento de agentes de segurança, mas se estende a organizações outras. Diante disso, começamos nosso trabalho a partir da conceituação de dispositivo pelas palavras de Foucault (1979):

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. *O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.* Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como um programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda (FOUCAULT, 1979, p. 244 — grifo meu)

⁵⁰ Trecho original: “Quite often, when an (in)securitization move is made, security and insecurity grow together” (BIGO, 2009, p. 124).

Na citação acima, interpreta-se que o dispositivo é a conexão entre elementos que parecem não estar relacionados. Segundo Lemke (2018), o dispositivo é composto por diversos elementos discursivos e não discursivos que se articulam para direcionar ou dirigir os processos da vida. Para esta pesquisa, o caráter heterogêneo do dispositivo me é potencialmente criativo, pois ele possibilita observar as inúmeras tecnologias empregadas no aparato de segurança (pública), de forma que este não é pensado apenas em uma perspectiva tradicional, que o reduz aos agentes de segurança policiais. De acordo com Lemke (2018, p. 49-50), o dispositivo possui a funcionalidade de alocar objetos e sujeitos, de lhes designar o seu lugar, onde (não) devem estar. Esta capacidade do dispositivo me ajuda, por exemplo, a empreender uma interpretação sobre o que seria ordenamento urbano. A partir de uma leitura do trabalho de Rolnik (1988) sobre formação urbana em conjunto com a funcionalidade do dispositivo, discorro que o ordenamento urbano é (re)produzido a partir do pressuposto de que cada um possui — e deve saber — o seu lugar (social e geográfico).

Como vimos no Capítulo 1, estes lugares não são naturais ou essencialmente definidos. O dispositivo participa da produção de objetos e sujeitos ao aloca-los em seus devidos lugares (LEMKE, 2018, p. 53). Em outras palavras, o dispositivo possui uma função performativa⁵¹, ou seja, ele não somente age sobre os seus objetos de intervenção, mas também os cria. O caráter produtivo do dispositivo nos proporciona uma leitura diferente sobre os impactos do aparato de segurança (pública), desse modo, esse dispositivo não somente reprime e violenta o corpo negro através do constrangimento de sua movimentação, mas também constrói os dois sujeitos analisados nesta Dissertação: o Rio turístico e os arquétipos para com o corpo negro — este entendível como trabalhador precário e/ou criminoso por excelência. Para além disso, a escolha do dispositivo enquanto método de análise explica a própria disposição do texto desta Dissertação: se o Capítulo 1 foi o responsável por

⁵¹ O autor utiliza esse termo. Caso este não seja familiar à leitora, recomendo a substituição por “produtiva”. Pois, o objetivo de Lemke é demonstrar a capacidade do dispositivo em não apenas em ser conexão, mas produzir o que se conecta.

apresentar o que seria o Rio (turístico) e a modernidade carioca, o presente Capítulo será construído para pensar como o dispositivo de segurança (pública) participa da constituição destes produtos. Neste contexto, segui o conselho acadêmico de Bonditti (2012) para realizar minha pesquisa de maneira mais coerente, nos termos do autor:

Aqui se segue um outro conselho Foucaultiano: olhar para esses textos como rastros de um conjunto muito maior; rastros que se tornam um caminho rumo à dimensão não-discursiva das práticas decididamente heterogêneas sobre as quais o processo de pesquisa gradualmente lança luz (BONDITTI, 2021, p. 103 — tradução minha)⁵².

Isto é, Bonditti nos diz para pensarmos discursos como rastros que nos guiam para descobrir dimensões não discursivas da política. O ponto é pensar como nossas categorias políticas surgem a partir desse conjunto de elementos heterogêneos — discursivos e não discursivos. Diante do meu objeto de estudo, esta pesquisa percebe as imagens produzidas pela Riotur como discursos⁵³, as quais são um caminho que nos levará a compreender outras práticas não-discursivas envolvidas na construção dos produtos turísticos do Rio de Janeiro. Em termos mais concretos, não me prendo apenas às condições produtivas das imagens — como a escolha de luz, foco e posicionamento do fotógrafo —, mas penso sobre como o controle da movimentação dos corpos negros também é uma prática produtiva dessas fotografias. A produção de uma imagem do Rio (turístico) é condicionada por inúmeras práticas (não) discursivas, que acontecem bem antes das escolhas do fotógrafo fazer o clique perfeito. Em suma, o meu convite à leitora é pensar que as fotografias do jeito de ser carioca veiculadas pela Riotur percorrem um longo caminho, onde se produz diversas violências contra corpos-não brancos. As próximas páginas almejam capturar uma pequena parte

⁵² Trecho original em “*One follows here another Foucauldian piece of advice: to look at these texts as the traces of a much broader ensemble; traces that become a path towards the non-discursive dimension of the decidedly heterogeneous set of practices the research process gradually brings to light* (BONDITTI, 2012, p. 103)”

⁵³ A escolha por analisar fotografias reflete um concepção de que o discurso não está impresso apenas no texto: a produção de discursos ocorre de inúmeras formas, dentre elas, por meio da produção de imagens e visualidades (CAMPBELL, 1992)

desta violência a partir de uma leitura da segurança (pública) enquanto dispositivo.

2.1

Dispositivo de segurança (pública)

Neste segundo momento, desenho os contornos sobre o que esta Dissertação compreende enquanto dispositivo de segurança pública. Antes de começar as intervenções próprias dessa Dissertação, dedico as próximas páginas a referenciar um conjunto de trabalhos, que trazem, com centralidade, o conceito de “dispositivo de segurança” a fim de nos atentarmos sobre este debate na academia brasileira. De modo geral, percebe-se que as autoras e autores, que mobilizam essa terminologia, partem de uma perspectiva semelhante à desta pesquisadora. Isto é, percebo que seus estudos também apresentam uma perspectiva mais ampla sobre o que é segurança (pública). Essa expansão do conceito permite que a segurança (pública) seja entendida para além das forças policiais do Estado, ou seja, outros mecanismos e atores também são percebidos enquanto partes do aparelho de (in)securitização. Antes de começarmos, cabe a seguinte nota: quando reflito sobre os argumentos das autoras e autores abaixo, não utilizo o termo “segurança (pública)”, visto que estes não a nomeiam dessa forma; ou seja, não coloco a palavra “pública” entre parênteses.

Em sua tese, Rosa (2012) discorre sobre autoridades que manusearam o termo “dispositivo de segurança e autoridade” para legitimar a pacificação do bairro Guajuviras, localizado no Rio Grande do Sul. Segundo o autor, tal discurso almejava apresentar uma promessa de segurança pública mais ampla, que não se restringe ao uso da força e à repressão policial. No projeto de pacificação, a parceria entre o governo municipal e federal introduziu projetos cujo objetivo era “prevenir a criminalidade” por meio de programas sociais, como as ações desenvolvidas pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Em seu trabalho, Rosa (2012) apresenta como essa conceituação ampla sobre segurança participa da produção de uma “sociedade de controle” — numa perspectiva

foucaultiana sobre o termo — cujo objetivo é pacificar e disciplinar as subjetividades de jovens historicamente alvos das ações de policiamento.

De Souza (2015) está interessado em compreender como o aparelho da segurança pública não pode ser limitado ao papel da polícia no Brasil redemocratizado, uma vez que as forças armadas participam do policiamento cotidiano (Ibid, 2015, p. 219). Essa característica faz com o que o autor qualifique a segurança pública no país como um dispositivo militarizado⁵⁴. Em sua Dissertação, Portal (2017) alarga o conceito de segurança pública ao se debruçar sobre um estudo do policiamento privado no Brasil. Diante disso, a autora utiliza o termo "dispositivo de policiamento privado" para questionar a autoridade do Estado enquanto a única entidade legitimada a usar a violência. A partir da perspectiva foucaultiana e deleuziana sobre dispositivo, Portal articula como o policial não está limitado às mãos do Estado, do poder público, diante da expansão de empresas de segurança. O policiamento é, portanto, um dispositivo diverso e heterogêneo que inclui não somente novos agentes de segurança, mas empresas de tecnologia e de vigilância.

O conceito de dispositivo relacionado à segurança também é central à pesquisa de Barbosa (2018). O autor desenvolve o termo "subjetividades policialescas", em que o fenômeno do autopolicamento é colocado em destaque enquanto pertencente ao dispositivo de segurança pública. Mecanismos disciplinares são produzidos para normalizar, administrar e produzir indivíduos, que se tornam policiais de si e dos outros. Barbosa (2018) faz referência ao próprio pensamento foucaultiano sobre a relação entre poder e corpo ao destacar como o indivíduo é também um mecanismo de ação e produção do poder. Por fim, o trabalho de Peron e Alvarez (2019) também aparece como inspiração e

⁵⁴ Após uma conversa com o meu amigo e pesquisador, Pedro Paulo da Silva, passei a ter receio em usar o termo "militarização" para pensar o funcionamento do aparato de segurança (pública). Ele me conscientizou sobre como o conceito de militarização problematiza a instituição da Polícia Militar e não o questionamento do ato de policiamento em si. Além disso, a palavra "militarização" se refere, geralmente, a um momento onde forças policiais passaram a agir a partir de uma lógica de guerra. No entanto, Howell (2018), através do conceito de "martial politics", discute como certos corpos e grupos racializados como não-brancos sempre foram submetidos a "relações de guerra".

referência para construção do meu argumento⁵⁵. Em seu artigo, os autores apresentam como o Sistema Detecta de Vigilância, implementado em São Paulo, ampliou a noção de segurança a partir do escalonamento da cultura do policiamento preditivo no espaço urbano. Segundo os autores, a introdução do Sistema Detecta permite uma forma mais heterogênea de policiamento (PERON; ALVAREZ, 2019, p. 2) ao incluir não apenas a instituição policial, mas uma série de empresas e tecnologias de segurança. Em um contexto de antecipação das práticas criminosas, Peron e Alvarez classificam que o Sistema intensifica o vigilantismo a grupos já considerados alvos do policiamento — ou seja, jovens negros e periféricos — , contribuindo assim para a (re)produção de práticas tradicionais de arbitrariedade policial.

Percebe-se, portanto, que um olhar atento consegue captar o policial em elementos heterogêneos para além da instituição policial. Nesta Dissertação, o uso do conceito de dispositivo enquanto método é central, pois este consegue construir relações entre diferentes componentes que, em um primeiro momento, não teriam conexão⁵⁶. Como vimos, os autores expostos acima apresentam uma compreensão mais ampla sobre o que é policiamento, e segurança no geral, em que esta função não é limitada apenas à instituição da polícia. Como bem explicado por Brodeur (2010), os estudos sobre policiamento ainda concentram bastante os seus esforços de pesquisa na análise dos grupos de patrulhamento — policiais uniformizados ou seguranças privados — não percebendo, dessa forma, outros atores presentes na “rede de policiamento” (Ibid, 2010, p. 3). Nesta Dissertação, busca-se uma concepção mais abrangente sobre o que compõe a segurança (pública) a partir da combinação de uma leitura crítica sobre polícia e policiamento com o uso da ferramenta metodológica do dispositivo. Pretendo, primeiramente, apresentar à leitora uma visão mais abrangente sobre o que é polícia, de forma que não fiquemos restringidos ao significado ordinário da

⁵⁵ O contato com a perspectiva de Peron e Alvarez não é proveniente das pesquisas da palavra-chave “dispositivo de segurança” na ferramenta do Google Acadêmico. Este artigo faz parte do repertório de pesquisa da autora desde o seu Projeto de Dissertação, defendido em junho de 2021.

⁵⁶ Ao longo deste Capítulo, eu pretendo conduzir a leitora à uma perspectiva não-tradicional de policiamento ao discorrer sobre o papel da Secretaria de Ordem Pública e da Secretaria de Transporte no controle da movimentação de corpos negros na/através da cidade.

palavra. Isso nos ajudará a compreender melhor a própria metodologia do dispositivo usada neste trabalho. Pois, veremos que, historicamente, a polícia é entendida de maneira multifacetada, ou seja, a palavra faz referência a vários elementos e não somente à instituição do Estado. Segundo, o termo “dispositivo” empregado neste Capítulo não é, portanto, ao acaso, uma vez que esta ferramenta me permite agregar em rede diferentes componentes à primeira vista sem conexão. Veremos, no entanto, a heterogeneidade do dispositivo de segurança (pública) do Rio de Janeiro de maneira mais concreta apenas na próxima seção.

O dispositivo é entendido enquanto uma “teia relacional”, que lida com uma demanda ou urgência específica; em outros termos, expressa uma demanda estratégica ou um objetivo estratégico (LEMKE, 2018, p. 39-40). Perceba que, apontar a existência de uma demanda estratégica por parte do dispositivo nos ajuda a compreender como este se comporta, o seu efeito. De outra forma, não é o papel da pesquisadora averiguar quem — e por que se — constrói o dispositivo; ou seja, indicar quais são as intenções da construção dessa “teia relacional”. À pesquisadora, cabe a função de analisar quais são os efeitos produtivos de um dispositivo, e não se estes são propositais ou não. Nesta análise, pretendo argumentar que a *demandas específica* do dispositivo de segurança (pública) no Rio de Janeiro é o controle social da população negra. Isto é, ao invés de apontar que a razão de ser do dispositivo de segurança (pública) é o controle social da população negra *sine qua non*, entendo esta regulamentação enquanto seu efeito. Pode-se dizer que este dispositivo é expressão de um dos “ângulos do genocídio” (FLAUZINA, 2017, p. 115) ao qual a população negra vem sendo historicamente submetida. Nas palavras de Flauzina, vemos que o aparato penal é uma das mil faces desse projeto:

A existência de um projeto de Estado de caráter genocida dirigido contra a população negra no Brasil. Ancorado nas várias dimensões da atuação institucional, esse empreendimento, resguardado pela simbologia do mito da democracia racial, vai se materializando nas vulnerabilidades construídas em torno do segmento negro — das políticas de esterilização à limitações educacionais—, passando pelas interdições quanto a estruturação de uma identidade negra e, principalmente, pela produção em série de mortes, em grande medida, de competência do aparato de controle penal (FLAUZINA, 2017, p. 18).

Esta Dissertação busca compreender parte da complexidade do projeto genocida a partir de um olhar mais cuidadoso para com o dispositivo de segurança (pública). Existe uma literatura crítica e extensa sobre segurança pública⁵⁷, as quais foram fundamentais para minha formação acadêmica e política. Dentre elas, o trabalho de Flauzina foi o que mais me ajudou a assimilar o caráter seletivo racial do sistema penal. Percebo, no entanto, que tais leituras sobre segurança pública concentram boa parte de seus esforços em uma dimensão da violência produzida por esse aparato: a morte. Em “Repensado a Necropolítica a partir do condomínio fechado”, Furtado (2021) nos atenta a pensar sobre as sutilezas da violência que não conseguem ser capturadas quando compreendemos necropolítica⁵⁸ apenas pela lógica da descartabilidade dos corpos, pela sua morte. Ou seja, como a violência é complexa e pode se comportar de formas outras, que são extremamente normalizadas em nosso cotidiano. Deste modo, esse Capítulo é um convite para pensarmos outras dimensões da segurança (pública) carioca, que são menos observadas quando resumimos esse dispositivo aos confrontos e operações policiais em favela. Aqui, o foco será pensar em como esse policiamento direciona o dia a dia do urbano através do controle — mais assertivo — da movimentação do corpo negro na/através da cidade. Para desenvolver este argumento, realizarei dois movimentos: o primeiro é apresentar as teorizações de Foucault (2008) e Neocleous (2000; 2014) para fundamentar o que entendo enquanto policiamento. O segundo movimento será realizado na Seção 2.2 deste Capítulo cujo objetivo é fundamentar minha argumentação em termos empíricos ao apresentar uma leitura sobre a atuação de duas secretarias municipais — a Secretaria de Ordem Pública (SEOP) e a Secretaria de Transporte (STMRJ) — em

⁵⁷ Para adentrar no tema, recomendo a leitura de: Malagutti Batista (2003), Zaccone (2015), Flauzina (2017), Bento (2018), Pires (2018).

⁵⁸ Em Necropolítica (2018), Mbembe discorre que o ensaio é escrito em uma abordagem baseada na crítica de Michel Foucault ao conceito sobre biopoder. Mbembe apresenta que populações inteiras ainda são governadas pelo poder soberano, ou sejam aquele que exerce o controle sobre a mortalidade, e dita quem pode viver e quem deve morrer. Recomendo fortemente à leitora o artigo “Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?” por Berenice Bento (2018) para melhor compreender esse conceituário em um contexto brasileiro.

uma política de segurança realizada através da parceria entre ambas: a Operação Verão.

Neste contexto, comecemos pelas aulas de Foucault (2008) publicadas sob o título "Segurança, Território, População". Nestas, o autor apresenta a polícia como uma tecnologia de controle essencialmente urbana, a qual nasceu em um contexto de emergência do Estado Moderno. Por meio de uma genealogia da polícia, Foucault apresenta que esta palavra, antes de ser ligada a uma instituição, fizera referência à “coisa pública”. A partir do século XVII, o termo polícia passa a ser associado a um "conjunto de meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado” (Ibid, 2008, p. 421). Nota-se, deste modo, que, historicamente, a palavra “polícia” apresenta funcionalidades amplas e não específicas, podendo abranger “qualquer ação” no espaço público cujo intuito seja manter a boa ordem. No trabalho de Foucault, por exemplo, o autor explora como a construção desta boa ordem acontece por meio da regulamentação geral dos indivíduos e de bens. Nas palavras do professor:

Coexistência dos homens, circulação das mercadorias: seria necessário completar dizendo também circulação dos homens e das mercadorias uns em relação aos outros. *É todo o problema justamente, desses vagabundos, das pessoas que se deslocam.* Digamos, em suma, que a polícia é essencialmente urbana e mercantil, ou ainda, para dizer as coisas mais brutalmente, que é uma instituição de mercado, no sentido bem amplo (FOUCAULT, 2008, p. 451 – grifo meu).

Na citação acima, Foucault apresenta como o deslocamento de pessoas e mercadorias— a circulação no/atraves do urbano— é um dos objetos de intervenção da polícia. Sendo assim, a constituição da ideia de polícia passa por regulamentos para além de uma função repressiva para com a criminalidade — da vagabundagem, nos termos do autor; a polícia está envolvida também com o regulamentar da circulação de mercadorias e pessoas (Ibid, 2008, p. 437). Com base na teorização de Foucault, interpreto que a função da polícia é atrelada ao gerenciamento da circulação no espaço urbano a partir da diferenciação entre o que seria uma “boa” e uma “má” circulação. Isto é, a polícia — entendida como

um emaranhado de tecnologias de poder e não apenas uma instituição — coordena e estimula os “bons” fluxos, enquanto desencoraja os fluxos não desejados— seja de pessoas e/ou de mercadorias. A separação entre o “bom” e o “ruim” é bem elaborado por Ricardo Campello (2017): o autor discorre como a máquina penal está envolvida neste processo de segmentação a partir da condução e gerenciamento dos indivíduos, de modo que a sua circulação se faça útil ao Estado e à sociedade (CAMPELLO, 2017, p. 220).

Para entendermos o que significaria essa “boa” circulação e empregarmos tal concepção neste trabalho, a teoria de Neocleous (2000, p. 4) se mostra fundamental. Em “The Fabrication of the Social Order”, o autor faz uma historiografia sobre o papel da polícia e traz a compreensão de que esta, em sua maior parte, não estaria envolvida com atividades de combate ao crime; os esforços da polícia estariam direcionados a lidar com situações com o potencial de ameaçar uma boa ordem comunal. Segundo Neocleous:

a prevenção do crime nunca foi integral para uma definição de polícia; a prevenção do crime nunca fez parte da razão de ser da polícia. A polícia estava relacionada a qualquer coisa necessária para a manutenção da vida civil e existia onde quer que a vida humana estivesse organizada de forma comunal e homens livres ou súditos conduzissem a si próprios de uma maneira ordenada, modesta, cortês e respeitosa (NEOCLEOUS, 2000, p. 4 — tradução minha)⁵⁹.

Para compreender o significado de boa ordem, Neocleous traz como a polícia foi e é uma força fundamental para a construção do modo de produção capitalista, em especial, a relação entre burguesia e proletariado. Compreende-se que a construção — o molde — da população em massa trabalhadora se estabeleceu enquanto uma das prioridades de atuação da polícia, ou seja, a polícia está intimamente relacionada não somente com a disciplinarização da classe

⁵⁹ Trecho original de Neocleous (2000, p. 4): “In other words, preventing crime was not integral to the definition of police; crime prevention has never been the *raison d’être* of police. Police referred to everything needed for the maintenance of civil life and existed wherever human life was organized communally and freemen or subjects conducted themselves in an orderly, modest, courteous and respectable fashion.”

trabalhadora, mas também com a produção desta. Desse modo, Neocleous considera que a polícia foi uma peça chave na construção de uma ordem burguesa, em que as relações de serventia deixam de ser a mediação entre os indivíduos, cedendo lugar à comoditificação do trabalho através do salário (Ibid, 2000, p. 69). A boa ordem é sinônimo, por conseguinte, de ordem burguesa, e sua manutenção significa a aceitação da relação capital-trabalho — isto é, a dominação do capital sobre a classe trabalhadora (Ibid, 2000, p. 78).

Para Neocleous (2014, p. 11), compreender a polícia enquanto uma ampla gama de poderes, e menos em termos de instituição, nos ajuda a conceber o processo de fabricação da ordem burguesa e por que o conceito de segurança é tão caro para nossa sociedade. Em outras palavras, podemos entender o valor dado à segurança — segurança enquanto um valor positivo a ser perseguido (BIGO, 2009, p. 123). Pois, esse termo pode significar, dentre muitas coisas, uma boa ordem; onde a manutenção e a estabilidade das relações de poder estão em jogo. Desde o aparato teórico apresentado, argumento que a “boa” circulação é aquela que permite o funcionamento e a produção da ordem burguesa. A construção de uma “boa” circulação passa, invariavelmente, pela inscrição de fronteiras entre os indivíduos⁶⁰: aqueles considerados úteis à sociedade (CAMPELLO, 2017) — ou seja, pessoas obedientes e introduzidas na relação capital-trabalho — e o resto. O que excede nessa relação capital-salário é considerado anormal e um perigo potencial à boa ordem, de forma que a sua circulação é considerada “ruim” e indesejável e, portanto, precisaria ser cerceada o quanto possível. Neste contexto, a função da polícia pode ser entendida como um patrulhamento de fronteiras, como colocado por Neocleous:

Neste sentido, a polícia social é, de certa forma, o patrulhamento da fronteira; o policiamento das fronteiras da cidadania; as fronteiras, isto é, as categorias de definir quem está sujeito a um maior controle, vigilância e administração pelo Estado. Ao retirar o indivíduo da categoria de “cidadão” e colocá-lo na categoria de

⁶⁰ Neste momento da Dissertação, o meu foco é pensar sobre a circulação de indivíduos, porém não esqueçamos que a construção das forças constitutivas do Estado (FOUCAULT, 2008, p. 422-423) passa pela regulamentação da circulação de mercadorias.

“pedinte” ou “criminoso”, permitindo com que o caso seja feito para garantir menos direitos ao pedinte/suspeito (NEOCLEOUS, 2000, p. 81 — tradução minha)⁶¹.

Embora o trabalho de Neocleous seja essencial à minha compreensão amplificada sobre polícia e à minha conceituação sobre dispositivo de segurança (pública), acredito que a análise do autor seja limitada ao não considerar raça enquanto uma categoria analítica (DA SILVA, 2020). Pois, a ênfase dada à dimensão de classe no livro do autor pode nos levar a construir uma leitura equivocada sobre polícia. Ao super-dimensionar a classe trabalhadora enquanto objeto de ação da polícia, podemos ser induzidos a pensar que o policiamento ocorre de maneira equitativa em todos os corpos das classes populares; como se as categorias de “pedinte”, “suspeito” e “criminoso” recaíssem facilmente em qualquer indivíduo localizado fora das relações capital-trabalho. Em "Empire Whiten", Barder (2015) discute a relação íntima entre vigilância e raça a partir de uma leitura sobre como a construção do Estado Moderno foi possibilitado através da experiência imperial dos EUA e da Europa. A produção de subjetividades e grupos considerados anormais e desviantes na metrópole e na periferia foram o resultado de mecanismos de controle desenvolvidos na colônia, ou seja, contra populações racializadas como não-brancas. Segundo o autor, a colônia promoveu um espaço de experimento de controle social e de vigilância, o que possibilitou a construção de tipologias de gênero e raça usadas no (inter)nacional. Essas formações discursivas funcionaram como metáforas, que construíram um campo semântico, que conectou a metrópole e a colônia, permitindo a comparação entre os colonizados e colonizadores⁶². O argumento de Barder nos permite apreender como a tipologia de desviante — e, portanto, aquele que deve ser mais vigiado, uma vez que este é entendido como uma possível ameaça, um “outro interno” na

⁶¹ Trecho original de Neocleous (2000, p. 81): *“In this sense social police is in some sense a form of border patrol – the policing of the borders of citizenship; the borders, that is, of the categories defining those who are to come under the greater control, surveillance and administration by the state. And it is by removing the individual from the category ‘citizen’ and placing them in the category ‘claimant’ or ‘criminal’ that the case can be made for granting the claimant/ suspect fewer rights.”*

⁶² O autor apresenta como essas tipologias permitiram a identificação de grupos na metrópole, que seriam similares a populações da colônia, como os irlandeses (BARDER, 2017, p. 79). Ou seja, essas tipologias foram condição de possibilidade para a construção de “outros” internos.

linguagem do autor (2015, p. 80) — foi historicamente moldada tendo populações não-brancas em perspectiva. Dessa forma, a classificação e a racialização de um “outro” enquanto inferior, incivilizado e potencialmente perigoso legitimaria a aplicação de um poder policial cuja função seria pacificar e produzir uma ordem interna (BELL; SCHEINER, 2018, p. 115-116).

Se trouxermos a teorização de Neocleous para pensar o Brasil, encontramos problemas em limitar o nosso pensamento à classe. Em “Indignos de Vida”, Zacccone argumenta como o Rio de Janeiro — e o Brasil como um todo — se produziu através de pacificações cujo extermínio de inimigos⁶³ é uma política de Estado. O autor apresenta como a Proclamação da República foi acompanhada pela repressão dos modos de vida que não cabiam — se excediam — ao ideal republicano. Nesse sentido, a cidade negra foi golpeada fortemente a partir da perseguição e criminalização das práticas, lugares e costumes de escravizados, tal a repressão de rodas de capoeira e a demolição de cortiços (ZACCONE, 2015, p. 239). Perceba, cara leitora, que o meu objetivo não é excluir classe por completo de minha análise. Ao contrário, o ponto é trazer raça enquanto uma categoria analítica fundamental para compreender policiamento no Brasil. Neste sentido, conscientizar-se sobre a seletividade do sistema penal perpassa, invariavelmente, pela construção de uma análise inter-seccional entre raça e classe⁶⁴. Sobre este caráter seletivo, Flauzina (2017, p. 31) apresenta que o sistema penal não foi criado para “alcançar todos os delitos, previstos no ordenamento jurídico, que ocorrem diuturnamente”. Este sistema se encarrega mais em controlar e conter certos indivíduos à combater práticas delituosas. Sobre a atuação do sistema penal-criminal na América Latina, Flauzina (2017) diz:

Assim, dentro de uma percepção que coloca negros e indígenas como barreiras às conquistas da civilidade, a partir de um arquétipo que compreende os traços ideais como aqueles

⁶³ Em sua tese, Zacccone (2015) apresenta como o corpo negro e favelado é um inimigo padrão na construção da cidade do Rio de Janeiro.

⁶⁴ A análise interseccional articula categorias, que historicamente eram compreendidas de maneira separada, como raça, classe e gênero (DÍAZ-BENITEZ; MATTOS, 2019, p. 67). Para uma articulação teórica entre raça e classe, recomendo, mais uma vez o trabalho de De Rujiter (2020), em especial o Capítulo sobre a “sentença racial da modernidade”.

inscritos nos padrões europeus, nada mais natural do que investir esforços com o intuito de controlar e remover os segmentos que maculam a potencialidade da região (FLAUZINA, 2017, p. 41).

No esforço em pensar raça e policiamento conjuntamente, Batista (2003) apresenta que a institucionalização do policiamento no Brasil foi uma resposta ao medo das classes dominantes (brancas) à uma possível rebelião de escravizados, como ocorreu no Haiti. Esse medo branco determinou e legitimou o controle intenso da movimentação de escravos, especialmente na Bahia, após a Revolta dos Malês. Tal processo foi marcado por inúmeras leis e decretos⁶⁵ cuja função era manter o único espaço permitido ao negro na sociedade: o lugar de explorado, de forma que suas movimentações outras eram constantemente desencorajadas através de repressões policiais. Interpreta-se, portanto, que o medo da insurreição significaria o temor da ruptura da estrutura dominante, de forma que: “a preocupação principal de garantir que, com a abolição da escravidão, os negros continuassem sujeitos ao trabalho, criou a estratégia da suspeição generalizada, com os afro-brasileiros vistos como suspeitos preferenciais” (BATISTA, 2003, p. 38). Neste contexto, advogo que o dispositivo de segurança (pública) a partir do policiamento está envolvido não somente na construção de uma ordem burguesa, definida apenas em termos de classe, mas de uma ordem racial.

Para além disso, Batista nos convida a pensar como a relação entre criminalidade e ociosidade foi construída, em um contexto pós-abolição, quando o medo de uma potencial revolta exigia a permanente vigilância de corpos negros. Aqueles ociosos, que não estão trabalhando⁶⁶, são suspeitos, porque materializam o medo branco: seja do crime, seja da insurreição. Diante disso, retomo a discussão iniciada páginas acima sobre o quão o policiamento é intrinsecamente desigual, ou seja, não recai sobre os diferentes corpos da mesma maneira a partir de uma leitura sobre a ociosidade. Em seu trabalho, Neocleous reforça como

⁶⁵ Caso seja de interesse da leitora, recomenda-se a leitura das páginas 25-26 do livro “O medo na cidade do Rio de Janeiro” (2003), escrito por Vera Malagutti Batista.

⁶⁶ O gerúndio nessa frase é intencional para apontar como a fronteira entre trabalhador e criminoso é instável para com o corpo negro, este corre sempre o risco de ser classificado enquanto “delinquente” ou “vagabundo”, independente da sua integração ou não nas relações capital-salário.

aquele fora das relações capital-trabalho — o “pedinte”, o “vagabundo” — é enquadrado na categoria de suspeito e, portanto, policiado e constrangido em termos de direito. A partir de uma perspectiva atenta à pós-colonialidade⁶⁷, percebe-se, no entanto, que a permissão à ociosidade — estar fora das relações capital-trabalho — é mais ou menos concedida em relação à classificação racial do indivíduo. A tese de Brito (2017) nos é empiricamente produtiva para refletir sobre a desigualdade do “direito ao ócio”. Com base em uma retrospectiva histórica do período de 2002 até 2017, a autora traz como a diversão de jovens negros foi (in)securitizada⁶⁸ ao interpretá-los como sujeitos indesejáveis — especialmente, crianças e adolescentes em situação de rua e/ou vindos das periferias. Incoerentes à estética da cidade sede de megaeventos⁶⁹, esses jovens sofreram inúmeras políticas cujo intuito era retirá-los de circulação no espaço urbano carioca — como a Operação Verão⁷⁰.

O trabalho de Brito faz um enorme eco aos meus interesses de pesquisa, em especial, quando a autora referencia um artigo chamado *ECA do B* por Eliane Brum (2015), o qual eu não havia tido contato até então. O *ECA do B* é um texto sarcástico e faz uma “analogia às avessas ao Estatuto da Criança e do Adolescente” (BRITO, 2017, p. 98):

ECA do B

As crianças negras e pobres do Brasil só são achadas por bala perdida porque não sabem ler o verdadeiro Estatuto da Criança e do Adolescente

2) Lei Christian: adolescente preto não pode jogar futebol: [...] Aí a polícia tá lá, fazendo o seu serviço, atrás de um animal que tinha matado um PM, um pai de família, um trabalhador, e uma bala acaba achando o moleque. É culpa de quem? Da polícia? Só na cabeça de bagre desses

⁶⁷ Recomendo a leitura de *Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America* de Aníbal Quijano (2000).

⁶⁸ Este termo foi empregado através da minha interpretação do trabalho de Brito (2017), a autora não utiliza tal conceito.

⁶⁹ Os megaeventos em questão foram a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A questão do mega-eventos voltará a ser pensada neste Capítulo quando tratamos sobre o papel da Secretaria de Transporte no dispositivo de segurança.

⁷⁰ Trato dessa questão com maior detalhe na seção seguinte.

direitos humanos. *Se o moleque tivesse trabalhando numa hora dessas, não tinha acontecido nada.* Mas não, tava lá, jogando futebol, antes do meio-dia.

5) Lei de Circulação de PP: Pobre e preto de menor não pode pegar ônibus para ir às praias da zona sul: [...] O que é que preto tem pra fazer no Leblon, Ipanema, Copacabana, me diga? Nada! No máximo vender um coco, um biscoito Globo, mas assim, controlado, número restrito. Vai querer tomar banho de mar, jogar um vôlei, curtir? É muita falta de ferro no lombo. Desde quando a senzala pega praia? *Mesmo que os moleques não assaltem, vão estragar o cartão-postal do Rio* com aquelas caras achatadas. Gringo vem aqui gastar seus dólares pra ver garota de Ipanema, loirinha, olho azul. E as mulatas lá naquele outro lugar que a gente sabe bem onde é e pra que serve. Se cada um soubesse o seu lugar, aliás, tava tudo resolvido. *O problema do Brasil hoje é que as criaturas não sabem mais o seu lugar.* Mas a gente explica pra elas, bem direitinho, numa chave de pescoço, colaborando com o trabalho da polícia, que já não dá mais conta de tanto pobre querendo pegar praia. Preto sai, branco fica. Inverti o nome daquele filme! Pessoalmente, inclusive, eu faria um parágrafo único aqui nesta lei número 5: *ônibus pra pobre sair da favela só se for pra trabalhar.* O cara mostra a carteira de trabalho registrada pra um policial, na porta do 474, e pode embarcar, com carimbo pra sair e carimbo pra voltar, assinado pelo patrão (BRUM, 2015, p. 1 — grifo meu)

Ao lermos o artigo de Eliane Brum, podemos notar que a autora — de forma crítica e cruelmente criativa— aponta o que eu havia apresentado sobre a recusa “do direito ao ócio⁷¹”. Além disso, Brum descreve o sentimento de uma elite (branca) carioca para com o corpo negro ao apresentar que este só é tolerado no “asfalto” desde que esteja a trabalho. A percepção da autora nos permite retomar a discussão apresentada no Capítulo anterior quando vimos como a construção de uma imagem (inter)nacional do Rio de Janeiro é possibilitada através da (re)produção dos lugares de negro e de branco na sociedade. A partir disso, argumento que o princípio de ação do dispositivo de segurança (pública) é a produção e a manutenção de uma ordem onde todos estejam em seus devidos lugares; concretizando, dessa forma, o que Rolnik (1988, p. 45) define como um dos processos de formação do urbano: “É como se a cidade fosse um imenso

⁷¹ Há uma perversidade de pensar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em paralelo com o meu objeto de pesquisa. Pois, ao mesmo tempo que o ECA sugere uma proteção à criança, pois esta organização condena o trabalho e a exploração infantil. Ao mesmo tempo, o ECA também criminaliza o adulto responsável do menor de idade. Sabe-se, no entanto, que o trabalho infantil no Brasil tem cor bem demarcada— 62,7% das crianças são negras (CRIANÇA LIVRE DO TRABALHO INFANTIL, 2022). Ou seja, ao final, o ECA pode se reverter em mais um instrumento de controle e policiamento de corpos não-brancos, ao condenar os pais de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

quebra-cabeça, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece o seu lugar e se sente estrangeiro nos demais.” O texto de Eliane Brum expressa esse sentimento ao colocar que o principal lugar permitido aos corpos negros em nossa sociedade é o espaço do trabalho (precário); de modo que o dispositivo de segurança (pública) precisa ser orientado para direcionar a circulação dessa população para esse viés, ao mesmo tempo que desencoraja e reprime seus modos outros de movimentação.

Em “Repensando a Necropolítica a partir do Condomínio Fechado”, Furtado (2021) explicita o meu processo argumentativo através do conceito de “encontros forçados”. Embora o autor reflita sobre a realidade dos condomínios fechados, a sua teorização aponta como o sonho da auto-segregação desse espaço nunca será concretizado — está fadado ao fracasso —, uma vez que a própria existência e manutenção do estilo da (boa) vida do condomínio depende do trabalho de outros — geralmente racializados como negros. O ambiente do condomínio promove, portanto, “encontros forçados” com a diferença; é, na linguagem do autor, o contato entre quem cuida e quem é cuidado. Neste enfoque, percebemos que a presença daqueles de quem a classe média alta (branca) busca, de forma constante, se auto-segregar é tolerada desde que estejam lá para servir. Fazendo uma referência ao Capítulo 1, essas terminologias conseguem diagnosticar o que as fotos da Riotur expressam. Isto é, o “encontro forçado” é visto como aceitável, porque ele parte da premissa de que todos estão — e saibam quais são — nos seus lugares. O “encontro forçado” é a tradução da boa ordem (racial) comunal.

Mesmo partindo de lugares diferentes — Furtado trata do condomínio fechado e eu estou preocupada com a formação do Rio (turístico), ou seja, da Zona Sul —, a próxima seção apresenta como a dinâmica dos “encontros forçados” é perceptível na relação entre classe-raça no Rio (turístico). Ou seja, na Zona Sul carioca. Diante disso, apresentarei materiais empíricos destinados a fundamentar a teorização construída sobre o dispositivo de segurança (pública) neste Capítulo, nos quais veremos o embasamento de dois aspectos: o caráter

multifacetado da segurança (pública) e a vigilância seletiva para com os corpos negros. Em outros termos, apresento *como* o controle da circulação da população negra acontece por meio de diferentes tecnologias de poder e instituições a partir de uma discussão sobre o papel da Secretaria de Ordem Pública do Rio de Janeiro (SEOP) e da Secretaria Municipal de Transporte (SMTRJ). Apresentarei, portanto, como formas outras de circulação do corpo negro para além do trabalho (re)produzem facilmente a relação entre ócio e criminalidade, classificando-o como um sempre criminoso em potencial.

2.2

A formação do Rio turístico através do dispositivo de segurança pública

Esta seção terá um caráter empírico a fim de apresentar à leitora de maneira mais concreta *como* o controle de circulação de corpos negros acontece no espaço urbano do Rio de Janeiro a partir da seleção de uma pequena amostragem. O arquivo estudado é dividido na análise de duas instituições: a Secretaria de Ordem Pública (SEOP), mais especificamente a atuação da Guarda Municipal e a Secretaria Municipal de Transporte (SMTRJ) a partir do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável. Ademais, será apresentada uma política de segurança (pública), chamada Operação Verão, promovida por ambas as secretarias. A partir desse arquivo, busco argumentar como a política de segurança (pública) no Rio de Janeiro já é pensada enquanto multifacetada, ou seja, constituída através de diferentes elementos. Deste modo, o uso da ferramenta foucaultiana do dispositivo é um esforço teórico realizado nesta Dissertação cujo objetivo é expor o caráter diverso da segurança (pública) a partir da construção de conexões entre elementos discursivos e não-discursivos que, à primeira vista, não são óbvias. Por conseguinte, busco promover uma perspectiva mais ampla sobre o aparato de segurança (pública) ao observar como esta se produz em diversas frentes, em que agentes e instituições não tradicionais fazem parte de sua composição.

O processo de pesquisa revelou como as ações do governo municipal buscam garantir a sua legitimidade através de discursos científicos. Veremos tal característica tanto no contexto de surgimento da SEOP quanto na promoção do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável na cidade do Rio de Janeiro — campo de atuação da STMRJ. Em outro contexto, Foucault discorre que: “o problema não consiste em desenhar uma linha que separa o discurso categorizado enquanto científico ou verdade, mas ver historicamente como os efeitos de verdade são produzidos dentro dos discursos não são nem falsos, nem verdadeiros” (FOUCAULT, 1984, p. 60 — tradução minha).⁷² Ou seja, neste trecho, o autor nos convida a pensar sobre como esses discursos produzem efeitos na sociedade, ao invés de categorizá-los como verdadeiros ou não. Chamo a leitora para olhar o arquivo estudado dessa maneira: ao invés de questionarmos a validade das afirmações científicas, pensemos como estas produziram efeitos de poder, que pretendiam legitimar políticas públicas controversas do governo do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, o meu ponto de atuação enquanto pesquisadora é menos me questionar sobre a veracidade dos estudos técnico-científicos usados pelo Poder Público, mas me atentar sobre a complexidade do dispositivo de segurança (pública), em que este não consegue ser capturado de forma exaustiva em apenas um trabalho. Como categorizou Bonditti (2012, p. 101), a cadeia que compõe o dispositivo é infinita; a pesquisa, todavia, exige uma seleção de arquivos por parte da autora. Uma última ressalva a ser apontada antes de percorremos o esforço empírico empreendido neste Capítulo: a preocupação desta seção — bem como da Dissertação, em geral — não é descobrir quais seriam as intenções por trás das ações do dispositivo de segurança. O meu ponto de investigação é considerar e apontar os *efeitos* (produtivos) dessas políticas para dois sujeitos: a população negra na cidade do Rio de Janeiro e a cidade do Rio de Janeiro na política

⁷² Trecho original em: “Now I believe that the problem does not consist in drawing the line between that in a discourse which falls under the category of scientificity or truth, but in seeing historically how effects of truth are produced within discourses which in themselves are neither true or false” (FOUCAULT, 1984, p. 60)

(inter)nacional, e não empreender uma narrativa que considere esses efeitos como resultados de planos maquieladamente pensados.

Começamos nosso trabalho, portanto, a partir da exposição do discurso da Secretaria de Ordem Pública (SEOP), instituída no dia 01 de janeiro de 2009, sobre si mesma: “A SEOP é o órgão responsável por formular e implementar políticas públicas que garantam a *manutenção da ordem* urbana e a integração e apoio da Prefeitura com *todas* as forças de segurança pública” (RIO PREFEITURA, 2021 — grifo meu). Articulam-se duas questões a partir desse discurso, que se entrelaçam com o entendimento sobre segurança defendido por esta Dissertação. Primeiramente, em termos institucionais, a Prefeitura do Rio já busca construir uma política de segurança expandida e multifacetada, em que os mecanismos de ação e controle social não se limitam apenas à instituição da polícia — seja civil ou militar. No caso da SEOP, por exemplo, vários organismos compõem a sua estrutura, que vão desde a Guarda Municipal até a Coordenação de Feiras⁷³. A multiplicidade de instituições em comando da SEOP nos leva ao segundo ponto presente no texto destacado acima: a Secretaria constrói uma relação entre “boa ordem” e segurança. Nesta fala, a posição da SEOP sobre o papel das forças de segurança da prefeitura faz referência ao entendimento de polícia apresentado na seção anterior. Isto é, a função primária de atuação da polícia ⁷⁴ é a produção e a manutenção da ordem comunal (burguesa e racial) e não a repressão à criminalidade. A preocupação com a boa ordem explicaria, dessa forma, a atuação em frentes diversas dessa Secretaria.

Loretti (2015, p. 502) entende o surgimento da SEOP como uma resposta da Prefeitura à desordem produzida por mercados informais e moradores de rua cuja solução não poderia ser restringida à instituição policial ou à atuação de guardas municipais. Assim sendo, a solução apresentada pelo Poder Público era que apenas uma ação conjunta de diferentes órgãos conseguiria lidar com essa

⁷³ Caso seja interesse da leitora, ver: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop>

⁷⁴ Lembremos que estou pensando polícia nos termos de Foucault, Neocleous e Brodeur. Ou seja, não restringimos a análise à instituição.

dinâmica e produzir um verdadeiro “choque de ordem”. Segundo a autora (2015, p. 503), a preocupação do governo para com a desordem seria o resultado da associação desta com a criminalidade, em que tal correlação passou a ser fundamentada pela Prefeitura através da Teoria das Janelas Quebradas (WILSON; KELLING, 1982). Em termos gerais, essa teoria tem como hipótese que um ambiente limpo e ordenado — não abandonado — tem menos chances de ocorrência de atividade criminal. Em seu artigo, Wilson e Kelling argumentam que a sensação de insegurança dos cidadãos seria causada menos pela ocorrência de crimes reais em sua comunidade e mais pelo medo do encontro com grupos cuja conduta social é indesejável, como adolescentes arruaceiros, drogados, bêbados, prostitutas ou moradores de rua. Loretti (2015, p. 504) interpreta que a Teoria das Janelas Quebradas orienta uma política de segurança pública voltada não apenas para o controle da atividade criminal, mas para repressão desses sujeitos considerados desordeiros. A conexão entre crime e desordem é feita da seguinte maneira, nas palavras da autora (Ibid, 2015, p. 512):

A “prevenção de crimes” é operada por meio da adoção de medidas repressoras, elegendo-se um *objeto de incriminação preferencial*: seriam reduzidas as “condições favoráveis” ao crime ou à ocorrência de delitos afastando-se os supostos “desordeiros” de uma determinada área, não importa de que maneira. (LORETTI, 2015, p. 512)

Embora a SEOP seja atuante em escalas diversas do ordenamento urbano⁷⁵, este Capítulo lidará com um dos órgãos vinculados à Secretaria, a Guarda Municipal, com um olhar mais próximo. A razão do maior cuidado analítico para com a Guarda Municipal é devido à existência de um grupamento especial, chamado Grupamento de Apoio ao Turista (GAT), criado em 1994. Este grupamento especial nos ajuda a construir conexões entre o dispositivo de segurança (pública) e o turismo, de forma que vemos como aquele é peça fundamental na construção da imagem oficial do Rio de Janeiro no (inter)nacional. Uma imagem cuja estética, como vimos no Capítulo anterior, tem como efeito a (re)produção de lugares de negros e de brancos na sociedade. Em

⁷⁵ Caso seja de interesse da leitora, ver: <https://prefeitura.rio/tag/seop/>

termos concretos, o grupamento foi criado para oferecer um serviço de qualidade e segurança aos turistas nacionais e estrangeiros a partir do patrulhamento mais intensivo nas principais áreas turísticas da cidade (Corcovado e Pão de Açúcar). Além disso, o GAT atua nos aeroportos (Galeão e Santos Dumont), na Rodoviária Novo Rio e no policiamento do embarque e desembarque de passageiros em transatlânticos (RIO PREFEITURA, 2021). Descolo-me geograficamente, um pouco, do espaço pesquisado nesta Dissertação —a orla— para ir ao Corcovado a fim de demonstrar a operação do dispositivo de segurança (pública) na construção do Rio (turístico) a partir de ações da SEOP.

Recentemente, houve a inauguração do carro de comando da Guarda Municipal no Corcovado, região de acesso ao Cristo Redentor. O carro de comando representa um maior suporte tecnológico ao monitoramento da área por meio do uso de rádios fixos e câmeras. Sobre esse projeto realizado por uma parceria entre a Secretaria de Ordem Pública (SEOP) e a Secretaria Municipal de Turismo (PREFEITURA DO RIO, 2021), destacam-se as falas promovidas por Cristiano Beraldo e Brenno Carnevale⁷⁶, secretários municipais de Turismo e de Ordem Pública, respectivamente:

Essa inauguração é essencial porque coordena um dos pontos mais importantes de visitação da cidade, que por muito tempo passou por um período de degradação, *uma presença muito grande de pessoas que traziam hostilidades aos turistas*. Então, a gente resgata um ponto muito importante para o turismo do Rio – disse o secretário municipal de Turismo, Cristiano Beraldo (BERALDO, 2021, p. 1 — grifo meu)

Esse local é um cartão-postal da nossa cidade, não só para o turista, mas também para o cidadão carioca, que muitas vezes, diante de uma eventual desordem e violência, se sente desestimulado a frequentar pontos turísticos. Nossa ideia é *resgatar* o espaço, coibindo pequenas ilegalidades, extorsão praticada a motoristas e proibindo o comércio ambulante irregular na região (CARNEVALE, 2021, p. 1 — grifo meu)

⁷⁶ Brenno Carnevale é o secretário de Ordem Pública do Rio de Janeiro escolhido desde o início do novo mandato de Eduardo Paes, em 2021. Em entrevista, o secretário apresentou que a atuação do município na produção de segurança pública é um dos objetivos de sua gestão (CARNEVALE, 2021)

O discurso de Beraldo faz respaldo à avaliação feita por Loretto (2015) sobre a política de segurança (pública) promovida pela SEOP, isto é: percebe-se como o foco da atuação da Guarda Municipal no Corcovado é justamente a retirada de pessoas hostis da área turística. Nesta Dissertação, interpreto a ideia de “hostilidade” a partir da releitura da perspectiva de Rolnik (1988) sobre a formação do urbano, isto é, a (re)produção da ordem urbana depende que cada corpo tenha um lugar (social e geográfico) no espaço e esteja ciente deste. Desse modo, aqueles que se encontram “fora do seu lugar” podem ser enquadrados como hostis. No caso do Corcovado, percebo que os corpos hostis seriam aqueles que estão em excesso em relação à dinâmica daquele local. Baseando-me no argumento de Neocleous, a hostilidade estaria em quem escapa às relações do capital: não são consumidores, nem prestadores de serviço⁷⁷ naquela área. Como esta Dissertação trata raça enquanto ponto central na análise, reconheço que o peso de não estar em seu devido lugar⁷⁸ é infinitamente maior aos corpos não-brancos. Se pensarmos no direito ao ócio, estar fora das relações do capital — não ser consumidor e nem prestador de serviço — é um luxo caro ao bem-estar físico e mental do corpo negro⁷⁹. Neste contexto, peço licença à leitora para contar uma experiência pessoal no próximo parágrafo.

No dia 04 de dezembro de 2021, fui ao Corcovado em um momento de lazer com a minha família, mas não consegui desligar as minhas preocupações investigativas por completo. Ao chegar no Paineiras Corcovado⁸⁰, local onde embarcamos nas vans que nos conduzem até o monumento do Cristo Redentor, percebi um ambiente com uma organização e dinâmica baseadas inteiramente no

⁷⁷ Perceba que há um corte nos próprios prestadores de serviço permitidos a atuar nessa área, uma vez que um dos objetos de intervenção da SEOP é o comércio irregular de ambulantes (LORETTI, 2015).

⁷⁸ Esta discussão foi exposta com maior cuidado no Capítulo 1 desta Dissertação.

⁷⁹ Cabe aqui uma nota de rodapé sobre a complexidade dessa questão, que, por motivos de próprio espaço e fôlego da autora, não consegue ser abordada em inteiro nesta Dissertação. Mesmo que este corpo seja consumidor ou prestador de serviço, perceba ele sempre está sujeito à suspeição (BATISTA, 2003). Os inúmeros casos de discriminação e racismo em espaço “de brancos” — como lojas de roupa, restaurantes, shoppings centers etc — assim o revelam.

⁸⁰ Caso seja de interesse da leitora, o Paineiras Corcovado se localiza em: <https://shortest.link/24YX>

serviço fornecido naquele local, de forma que só existiriam dois lugares possíveis de se habitar/estar no Corcovado: a posição de cliente e a posição de quem produz aquele serviço — os trabalhadores licenciados: sejam os empregados da empresa Paineiras Corcovado, os motoristas das vans oficiais, faxineiros, entre outros. Nessa lógica, qualquer um fora desses lugares poderia ser considerado estranho e, portanto, hostil. Em uma sociedade estruturada por hierarquias raciais, sabe-se, no entanto, que a hostilidade no Brasil tem cor e classe; nessas condições, um olhar atento consegue observar quem não é bem-vindo — quem estaria “em excesso” — ao Corcovado: seriam os sujeitos indesejáveis indicados por Brito (2017), ou seja, crianças e adolescentes periféricas negras, sem dinheiro, especialmente em situação de rua. Mas também, trabalhadores informais não licenciados pela prefeitura, que, por via de regra, são majoritariamente negros (IBGE, 2021). Na minha experiência pessoal, observei que não havia ninguém “sobrando” no Corcovado e se alguém aventurasse a ser excesso, a “Tourist Police”⁸¹ estava lá para lhe recolher.

A fala do secretário da SEOP, Brenno Carnevale, também faz referência ao recolhimento desse excesso por um dispositivo de segurança (pública), porém este lança a mão de um recurso linguístico ao utilizar a palavra “resgate” a fim de diagnosticar e legitimar o fortalecimento do trabalho da Guarda Municipal no Corcovado. O uso desse discurso não é novidade na história do Rio, especialmente no contexto das obras dos mega-eventos quando se buscava a autoridade necessária a esses grandes investimentos a partir da classificação dessas ações enquanto uma “renovação” à cidade. O caso da Zona Portuária foi emblemático nesse sentido, pois o resgate desta área repercutiu em uma reforma urbana cujo objetivo era limpar e reeducar os novos usos daquele espaço (MARTINEZ, 2018, p. 35), de forma que se produziu um novo ordenamento urbano a partir do ideário desejado do Porto Maravilha. Em proporções significantemente menores, se comparado ao impacto das reformas na Zona Portuária, a instalação do carro de comando da Guarda Municipal e o reforço do

⁸¹De acordo com a Riotur, a “Police Tourist” faz parte da Delegacia Especial de Apoio ao Turista (DEAT). <https://www.guamais.com.br/rio-de-janeiro-rj/informacao-e-utilidade-publica/delegacias-de-policia/3030272593-6411871/deat-delegacia-especial-de-apoio-ao-turista>

policiamento no Corcovado possui objetivos semelhantes à reestruturação da região do porto do Rio, como a mudança nos fluxos de circulação de pessoas⁸². Isto é, a constante retirada de pessoas — como moradores tradicionais, pessoas em situação de rua, pedintes — que não se encaixam na imagem oficial buscada pelo Rio de Janeiro no (inter)nacional.

Ainda na temática de controle da circulação da população negra, esta seção também apresenta como o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, do qual a racionalização das linhas de ônibus faz parte, impactou nos modos de circulação do corpo negro na/através da cidade. O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável foi realizado pela prefeitura do Rio de Janeiro em que seu objetivo era reorganizar os sistemas de ônibus municipais. Este plano de reestruturação das linhas de ônibus teve início no primeiro mandato de Eduardo Paes, porém houve maiores mudanças nas linhas e pontos de ônibus durante o seu segundo mandato, no ano de 2015. O Plano foi estruturado a partir de duas medidas: a racionalização do sistema de ônibus da Zona Sul e a implantação do BRT (*Bus Rapid Transit*) (INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E CIÊNCIA, 2015). A Prefeitura justificou o processo de racionalização de ônibus circulantes na Zona Sul a partir de uma perspectiva meramente técnico-econômica, onde a relação de equilíbrio entre oferta e demanda seria a solução para construir um sistema de ônibus municipais mais eficiente. De acordo com o Poder Público, e com as informações levantadas em uma pesquisa feita pelo Departamento de Engenharia Industrial da PUC-Rio, o problema da antiga estrutura era o excesso de linhas sobrepostas, o que produzia concorrência entre as empresas de ônibus e, por conseguinte, fazia com que certas linhas tivessem baixa lotação até em horários de pico (WAETGE, 2015). Com bem explicado por Matela (2014, p. 164):

O discurso da Prefeitura centrava-se na argumentação de que o sistema precisava ser racionalizado para que todos na cidade ganhassem com a melhora de eficiência. Ou seja, a adequação da oferta de ônibus à demanda de passageiros,

⁸² Para compreender melhor o processo de gentrificação (a mudança dos fluxos de pessoas) da Zona Portuária do Rio, recomenda-se a leitura da Dissertação de Luciana Martinez (2018) cujo título é “O dia em que o passado surgiu no horizonte do país do futuro” e o artigo de Nascimento (2019) intitulado como “Gentrificação na Zona Portuária do Rio de Janeiro”.

abolindo a concorrência nas ruas, diminuiria o custo das empresas e conseqüentemente o valor da tarifa. Em linhas gerais, pode-se dizer que a racionalização significava reduzir o número de ônibus nas zonas Sul, Norte, Barra da Tijuca e Jacarepaguá, onde havia excesso de veículos e grande disputa de mercado com linhas sobrepostas, e aumentar na Zona Oeste, área de escassez na oferta de transporte (MATELA, 2014, p. 164).

Segundo Louise Pumar (2017), o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável reduziu 22,75% das linhas e 5,19% dos pontos de ônibus durante o período de 2014 a 2016. Em sua Dissertação, a autora compreende que, mesmo com cortes significativos, o sistema de ônibus continua parecido em níveis topográficos, pois as distâncias percorridas se mantiveram mais ou menos inalteradas. Sabe-se, no entanto que, 11 das 21 linhas cortadas no ano de 2015 abrangiam circuitos que conectavam a Zona Norte com a Zona Sul da cidade. Das 11 linhas cortadas, seis tinham os bairros de Ipanema e Leblon como origem ou destino — áreas com uns dos metros quadrados mais valorizados do Rio de Janeiro e do Brasil (CNN BRASIL, 2021) e tradicionalmente turísticas. Após essas modificações, apenas uma linha conectaria o bairro do Leblon — o ônibus 476 (Méier- Leblon) com a Zona Norte do Rio de Janeiro. Já o bairro de Ipanema foi completamente isolado do subúrbio, a partir da extinção de uma linha e o encurtamento de outras três, de forma que não existe mais uma ligação direta entre o bairro e a Zona Norte da cidade ⁸³(RODRIGUES; BASTOS, 2015, p. 9).

Percebe-se que, após seis anos da concretização do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, o Rio de Janeiro continua oferecendo um sistema de transporte público de baixa qualidade. Desde 2012, o Rio é a cidade com o maior percentual de pessoas que gastam mais de uma hora por dia no deslocamento casa-trabalho, ultrapassando a Região Metropolitana de São Paulo (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2018, p. 25). Em 2021, o Rio de Janeiro ainda lidera esse número: o tempo médio de deslocamento casa-trabalho na Região Metropolitana é

⁸³ Caso seja de interesse da leitora, recomendo a leitura do artigo “A estruturação urbana neoliberal e as empresas de ônibus na cidade do Rio de Janeiro” por Matela (2014) para um entendimento mais profundo do sistema de divisões da cidade em Áreas de Planejamento (AP).

de 67 minutos e mais de 68% dos usuários gastam mais de duas horas no transporte público todos os dias (MOOVIT, 2021, p. 1). Além disso, verificou-se que as classes mais pobres são as que necessitam de mais tempo para se locomover, pois a sua moradia e o seu local de emprego tendem a estar localizados em lados opostos da cidade (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2018). Tais estatísticas ajudam a corroborar o diagnóstico de Rodrigues e Bastos (2015): os autores consideram que o deslocamento individual — em automóveis privados — é o mais priorizado pelo plano de racionalização de ônibus na Zona Sul — e não o coletivo. Em suas palavras:

Ou seja, temos interpretado também que, ao implementar uma política focada na retirada de veículos do transporte coletivo, a racionalização da frota visa atender também o usuário do transporte individual, sobretudo moradores da Zona Sul da cidade [...] No principal foco desse plano, a Zona Sul (bairros das Regiões Administrativas de Botafogo, Lagoa e Copacabana), a população corresponde a 9% de toda a cidade, enquanto concentra 13% dos domicílios que possuem automóvel. Assim sendo, parece também um plano que pretende solucionar parte da crise da mobilidade urbana que atinge a alta classe média, atendendo a demanda por mobilidade daqueles que usam exclusivamente o automóvel particular para seus deslocamentos (RODRIGUES; BASTOS, 2015, p. 12-13)

A partir disso, classifico essa política pública feita pela prefeitura do Rio de Janeiro através da Secretaria Municipal de Transporte (SMTRJ) como controversa em termos sociais. Mesmo que o plano de racionalização de ônibus na Zona Sul do Rio de Janeiro tenha sido realizado a partir de orientações técnico-científicas (PREFEITURA DO RIO, 2015), um projeto pode ser considerado coerente em termos da engenharia do transporte, e também pode resultar em impactos negativos a níveis sociais. Silva (2012) considera que o circular através do espaço vai além da dispersão física do indivíduo, o movimentar-se deve ser visto enquanto processo constitutivo da cidade tanto quanto a arquitetura urbana. Ou seja, a circulação de pessoas constrói e desenha uma cidade. Nesse contexto, a segregação sócio-espacial (VENTURA, 1994) — e racial, como vimos no Capítulo anterior — tão caricata do Rio de Janeiro também é (re)produzida pela dinâmica de mobilidade nessa cidade. Em um plano de estruturação das linhas de

ônibus cujas conexões diretas mais afetadas foram entre dois lugares opostos da cidade em termos de renda e de raça, interpreto que a racionalização de ônibus teve como efeito a (re)produção da Zona Sul como um lugar de branco.

Como disse em páginas acima, não estou interessada em apontar as razões e os porquês das políticas realizadas pelo Poder Público. Em uma linha de pensamento foucaultiana (BIGO, 2017), minha preocupação está em observar os impactos: ao invés de considerar o impedimento da circulação de adolescentes negros vindos da Zona Norte na Zona Sul como *o* motivo norteador do plano de racionalização dos ônibus, convido a leitora a pensá-lo enquanto um de seus efeitos. Na esteira desse pensamento, pode-se considerar que a política de racionalização de ônibus tem um efeito semelhante com as ações realizadas pela SEOP, isto é: a retirada de sujeitos detentores de condutas sociais vistas como indesejáveis, que poderiam perturbar a ordem social (e estética) da cidade. Nas próximas páginas, veremos como a Operação Verão é mais uma política de segurança cujo efeito é o controle das formas de circulação do corpo negro na/através do urbano. Este processo empírico nos ajudará a compreender a questão apontada no início deste Capítulo, e que será retomada ao final: como a construção do Rio (turístico) é um empreendimento complexo, que passa por vários mecanismos e relações de poder.

2.2.1

Entre fronteiras: O policiamento da Operação Verão

Retomando os nossos olhares à orla carioca, o espaço de maior interesse à esta Dissertação, a presente seção discute sobre o policiamento desta área a partir da Operação Verão. Em 2021, a Operação Verão foi antecipada em quatro meses — teve início em agosto — após aglomerações e focos do que foi reportado como vandalismo na Praia de Copacabana após um domingo de sol (G1, 2021). Em uma entrevista, o secretário da SEOP — Brenno Carnevale — é abordado pelo jornalista, o qual se mostra surpreso com a notícia sobre o adiantamento da

Operação Verão por parte da Prefeitura⁸⁴. Uma rápida pesquisa mostra, no entanto, que o aumento do período de duração da Operação Verão é uma prática antiga e recorrente do Poder Público. Em uma edição do jornal “O Estado de S.Paulo” de 25 de outubro de 1992, vemos o anúncio do prolongamento da Operação Verão até março do ano seguinte (ESTADÃO, 2021). A Operação Verão foi formalmente batizada dessa forma em 2014, contudo sempre houvera um maior grau de policiamento nas praias do Rio de Janeiro durante a estação (BRITO, 2017, p. 172). A falta de demarcação do período de atuação da Operação Verão ecoa uma observação antiga feita entre os cariocas, diz-se que o ano inteiro é verão no Rio de Janeiro, de forma que as nossas praias são ocupadas — e, portanto, policiadas — praticamente em todas as estações do ano.

A Operação Verão é uma política de segurança (pública) realizada pela Secretaria Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro e pela Guarda Municipal, mas também conta com a parceria de outras instituições, como a Secretaria de Transporte. A Operação também é realizada com o trabalho em conjunto da RECOM (Rondas Especiais e Controle das Multidões), RPMont (Regimento de Polícia Montada) e a GAM (Grupamento Aeromóvel). Segundo a Prefeitura da cidade, o objetivo da Operação Verão é através do “trabalho integrado com as forças de segurança, como as Polícias Militar e Civil, promover maior sensação de segurança aos banhistas e demais cidadãos” (RIO PREFEITURA, 2021, p. 1). Embora a cada ano a Operação Verão se atualize em nível de tecnologia empregada ao melhor patrulhamento da orla carioca, podemos observar a existência de um padrão no processo de (in)securitização. Os trechos destacados abaixo denunciam esse padrão:

Pelo menos 30 pessoas foram levadas para a 14.^a Delegacia de Polícia (Leblon), no Rio de Janeiro, acusadas de roubo, furto, desacato e desobediência, informou o comando do 23.^o Batalhão de Polícia Militar. Entre os detidos, havia menores de idade (VEJA, 2014)

⁸⁴ Caso seja de interesse da leitora, o link para escutar a entrevista de Brenno Carnevale no podcast Desenrola é o seguinte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/podcast/desenrola-rio/noticia/2021/09/09/desenrola-rio-104-o-desafio-da-ordem-publica.ghtml>

Na ocasião, ele [Beltrame] adiantou que a polícia retomaria as blitzes e a revista de menores suspeitos no caminho da praia. “Como pode um pai largar um jovem em São João de Meriti, a 30 km, somente de calção pra ele passar o dia na praia, vai comer o que, vai beber o que? vai pagar o transporte de que forma?”, questionou Beltrame ao comentar a questão da vulnerabilidade de crianças e adolescentes (G1, 2015).

“Eles entram nos ônibus pela janela, saem pelo teto. Os ônibus já entram na [Avenida] Princesa Isabel lotados. O trânsito fica inviável, porque eles correm para o meio da rua para querer parar o ônibus. E o motorista fica amedrontado”, afirmou uma moradora da região (G1, 2021)

Em notícias da década de 90, podemos ver como a construção do problema se dá de maneira semelhante, em que existem dois atores bem distintos e opostos produzidos nessa narrativa: os adolescentes “arruaceiros” e a classe média alta dos bairros da Zona Sul. A Figura 9, parte do arquivo de matérias do jornal Estadão, realça essa questão de forma tangente em seu título: “Arrastão Apavora a Classe Média”. Essas notícias se tornaram comuns sobretudo na década de 90, quando o ano ficou conhecido como o “verão do arrastão”; a escrita dessa notícia participa na construção da própria identidade carioca, pois trata como esse estilo de vida estaria comprometido devido a iminência de crimes na orla da praia. Enquanto a Figura 10 reforça o aspecto territorial desse conflito ao relatar sobre o isolamento dos bairros e praias da Zona Sul por meio da ação da Polícia Militar. Interpreta-se sobre um estilo de vida ameaçado por *forasteiros* suburbanos, de forma que a melhor solução seria impedir a sua chegada aos espaços da Zona Sul

Figura 9



Fonte: Arquivo Estadão (ESTADÃO, 2021)

Figura 10

Barreiras policiais isolam bairros e praias da Zona Sul

MAURÍCIO MENEZES

RIO — Com barreiras nos acessos aos bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon, a Zona Sul do Rio foi isolada ontem do resto da cidade pela Polícia Militar para evitar arrastões nas praias. Quem quisesse entrar, a pé ou de ônibus, fosse jovem e de aparência humilde, só passava se estivesse de camisa, com documentos e dinheiro para voltar. Moradores de outras regiões preferiram passar o sábado de sol forte em casa. Os de Cantagalo, Pavão, Pão de Açúcar e Chapéu da Mangueira, favelas que ficam entre Ipanema e Copacabana, não desceram para as praias. Nelas circulavam apenas moradores da orla marítima, estrangeiros e centenas de policiais.

Os ônibus que fazem a ligação entre as Zonas Norte e Sul estavam quase vazios. A Polícia Militar montou barreiras na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade, e ainda na entrada do Túnel de Copacabana. Nesta última, entre 9 horas e meio-dia, 16 menores e dois adultos foram retirados de ônibus. Com os adultos havia um revólver

de brinquedo e eles foram levados para a 10ª DP, em Botafogo. Dos 16 menores, só quatro foram liberados para ir à praia. Os outros eram de favelas da Zona Norte ou moravam na rua. Dois deles estavam com uma lata de cola que tinham comprado na Praça Mauá por Cr\$ 22 mil. Depois de ficar cerca de duas horas encostados em uma parede do antigo estádio do Botafogo, foram liberados com o aviso de que não fossem para a praia.

No Caesar Park Hotel, em Ipanema, foi montada uma base de observação da praia. Ficou ali, durante todo o dia, o diretor do Instituto de Criminalística Carlos Eboli, perito Mauro Ricart. Com câmeras equipadas com teleobjetivas e filmadoras, ele controlava o movimento da praia.

A segurança do Caesar Park tem esse posto de observação há 14 anos, para proteger os seus banhistas dos "ratos de praia". Mais nove postos como esse foram instalados em apartamentos de edifícios residenciais. Qualquer distúrbio será filmado e fotografado para servir como prova contra os envolvidos em arrastões.

Fonte: Arquivo Estadão
(ESTADÃO, 2021)

Nas notícias apresentadas acima, vemos que a construção do jovem negro suburbano da Zona Norte enquanto uma ameaça à ordem social da praia é um padrão discursivo há pelo menos trinta anos. Estes são acusados de realizarem os “arrastões nas praias”; este termo é utilizado para significar uma série de roubos simultâneos que acontecem nas areais à beira-mar. Nas imagens, observamos o apelo dos moradores da região Atlântica do Rio de Janeiro em impedir a chegada desses jovens; a construção de barreiras à sua entrada acontece não somente no policiamento constante da orla pela Polícia Militar e Guarda Municipal, mas pelas próprias fiscalizações de ônibus provenientes da Zona Norte. Brito (2017, p. 175) relata como uma série de propostas foram feitas com naturalidade para evitar a chegada dessas pessoas à praia, tais como: o mapeamento da procedência e a criação de um banco de dados dos jovens. Em uma linguagem mais teórica, vemos que o objeto referente (BIGO, 2009) — aquele quem vai receber segurança — é o morador da Zona Sul, mas também o turista, visto que esse é bem-vindo a estar nessa localidade. No próximo Capítulo, discorro como o turista também se endereça enquanto um objeto referente do dispositivo de segurança (pública).

Uma rápida busca nas imagens das abordagens policiais, realizadas na Operação Verão, revela facilmente qual é a pele alvo desta Operação⁸⁵. Márcia Brito define a Operação Verão da seguinte maneira:

Notadamente, essa segurança está restrita a um grupo seletivo de pessoas: moradores de classe média e alta, assim como a turistas, considerados pessoas “de bem”, e que tenham a pele clara. Para estes, o direito de ir e vir, o direito ao lazer estará assegurado. Porém, para aqueles que vêm das favelas e periferias, ou mesmo das ruas, que tem a pele, digamos, mais escurinha, que não sabem se comportar na praia, andam em galera, não são bem-vindos. Ao contrário, são expulsos. Às vezes nem conseguem chegar ao seu destino, pois, a blitz da polícia os retiram dos ônibus antes mesmo de chegarem à praia (BRITO, 2017, p. 173)

Apesar do foco da Operação Verão serem os adolescentes, em sua maioria negros, provenientes da Zona Norte, não podemos achar que a população negra moradora dos bairros ou favelas da Zona Sul também não são constantemente policiadas. Acredito que o que está em jogo na Operação Verão é a hipervigilância dos corpos negros — sejam da Zona Norte, da Zona Sul ou da Baixada Fluminense⁸⁶ —, para que estes não sejam disruptivos à ordem política-estética (branca) da Cidade Maravilhosa. O discurso empregado no processo de (in)securitização participa da construção — e, portanto legitima o seu maior policiamento — de quaisquer jovem negro enquanto um criminoso, mesmo que os chamados “arrastões” sejam cometidos por uma minoria. O princípio da Teoria das Janelas Quebradas é aplicado, em que o ponto de ação não é necessariamente — ou somente — evitar a ocorrência de crimes, mas produzir uma sensação de segurança a determinados segmentos da sociedade ao retirar de circulação aqueles considerados indesejáveis (LORETTI, 2017, p. 504). Ou seja, garantir a manutenção da ordem comunal, nos termos de Neocleous.

⁸⁵ Referência ao relatório realizado pela Rede Observatórios de Segurança, grupo de estudos do CesEsc, em que se evidencia através de dados como a população negra é historicamente o alvo da segurança pública. Se for de interesse da leitora, consultar:

⁸⁶ Para saber um pouco mais sobre o conceito de Baixada Fluminense, recomendo: <http://amigosinstitutohistoricodec.com.br/?p=1>

A Operação Verão ajuda, portanto, na construção da imagem oficial do Rio de Janeiro no (inter)nacional em seu constante processo de controlar a presença do corpo negro no Rio (turístico.) Perceba, no entanto, que eu utilizo o verbo “controlar” ao longo do meu processo argumentativo com vistas de anunciar que o corpo negro não é banido do espaço da Zona Sul; ao contrário, a sua presença é indispensável para que esta se construa — como apresentado inúmeras vezes nessa Dissertação. A liberdade de “ir e vir” nunca foi uma realidade daqueles que possuem a pele escura, mas um direito construído tendo um sujeito moderno específico em perspectiva; nas palavras de Silva e Pires (2015, p. 62): “determinado através da sua condição de homem, branco, proprietário, cristão, heterossexual e não portador de necessidades especiais”. Essa descrição do verdadeiro sujeito de direitos apresentada por Silva e Pires (2015) nos faz perceber que a Operação Verão não impede o exercer do direito de “ir e vir” como questionado por Brito (2017) — e inúmeros operadores da sociedade civil —, e sim, expressa que o direito de se locomover da população negra não é violado. Este nunca existiu.

2.3

Conclusão

Através do casamento entre leituras sobre polícia e policiamento com o uso da ferramenta analítica do dispositivo, elaborei o que esta Dissertação empreende enquanto dispositivo de segurança (pública). De maneira geral, este Capítulo teve como objetivo expandir o que entendemos sobre segurança (pública) a partir de uma interpretação desta enquanto multifacetada, e não somente ligada à instituição policial. Neste Capítulo, argumento que o controle da população negra é, historicamente, a demanda específica do dispositivo de segurança (pública). Ao considerar a segurança (pública) enquanto um dispositivo complexo, o meu propósito enquanto pesquisadora é apresentar uma dimensão mais sutil da violência. Em uma linguagem respaldada na conceituação de Flauzina (2017), este Capítulo nos convida a observar efeitos outros do dispositivo de segurança (pública) no projeto de genocídio da população negra.

Muitas violências são, portanto, colocadas em práticas antes que o corpo negro caído no chão⁸⁷ se materialize.

Ao longo deste Capítulo, apresento como o dispositivo de segurança (pública) é (re)produtor de relações de poder de classe e raça na modernidade, em que o policiamento de corpos não-brancos no Rio de Janeiro é uma expressão desse fenômeno. Como apresentado páginas acima, o trabalho deste Capítulo é justapor segurança (pública) e turismo, ao apresentar uma leitura em que o dispositivo de segurança (pública) participa da produção da imagem (inter)nacional sobre o Rio. Em outros termos, as violências implícitas a alguns — a corpos negros — constituídas através do policial são tanto condições de possibilidade para a construção da imagem do Rio de Janeiro, veiculada pela Riotur, quanto o marketing e a fotografia instrumentalizada pela empresa. A partir da exposição do papel da Secretaria de Ordem Pública, da Secretaria Municipal de Transporte e da Operação Verão pretendi apresentar dois fenômenos à leitora. Primeiro, o caráter multifacetado da segurança (pública), da polícia, ao colocar como outras instituições também estão presentes no policiamento de corpos não-brancos. Segundo, a argumentação destaca o caráter produtivo do poder; ao ver como o dispositivo de segurança (pública) produz tanto o Rio (turístico) quanto a sujeição do negro, nos afastando assim, de uma leitura sobre poder como meramente repressivo⁸⁸ (FOUCAULT, 1984, p. 61).

Considera-se, por conseguinte que o dispositivo de segurança (pública) é aquele que produz a ordem branca burguesa, ao colocar os diferentes corpos em seus devidos lugares; ou seja, participa da (re)produção dos lugares de negro e de branco na sociedade. Em uma sociedade que atualizou o regime escravocrata por meio da produção de formas outras de dominação, podemos refletir como o

⁸⁷ Referência ao título do livro de Ana Flauzina (2017).

⁸⁸ A seguinte fala de Foucault em *Truth and Power* sumariza a base de meu argumento: “*If power were never anything but repressive, if it never did anything to say no, do you really think one would brought to obey it? What makes power hold good, what makes it accepted is simply the fact that it doesn't only weigh on us a force that says no, but that it traverses and produce things, it induces pleasure, forms knowledge, produces discourses*” (FOUCAULT, 1984, p. 61).

controle da movimentação do corpo negro sempre esteve na base da sociedade brasileira. Essa constante impactou na construção de dois lugares de negro por excelência: o crime e a serventia. Deste modo, o “encontro forçado” entre quem cuida e quem é cuidado faz com que “para os descendentes de escravo, o trabalho significa apenas servidão, miséria e subordinação” (GILROY, 2001, p. 100). O clamor dos moradores da Zona Sul para retirar os ônibus que conectam a região com o subúrbio só é esbravejado até domingo à tarde; pois, na segunda-feira, o bem viver dos patrões depende do trabalho daqueles vindos de longe, trazidos pelos mesmos ônibus considerados indesejáveis horas antes em suas ruas.

Para além da “armadilha do conflito”: amarrando nós

De onde viemos indica para onde nos será permitido ir, e como seremos recebidos (TATKE, 2021, p. 1)⁸⁹.

A escrita deste Capítulo foi, de longe, a parte mais desafiadora na confecção desta Dissertação, o que me pegou de surpresa. O título deste Capítulo entrega o objetivo do mesmo: amarrar nós, isto é, melhor integrar as partes já desenvolvidas neste trabalho. A escolha do nexo segurança-desenvolvimento para amarrar essa Dissertação está relacionada com os sujeitos de investigação deste trabalho: o Rio (turístico) e os corpos negros. No Capítulo 1, argumentei sobre o caráter não-natural das nossas zonas turísticas ao apontar o papel das linhas abissais raciais na formação da imagem do Rio de Janeiro ao circuito (inter)nacional de turismo. Já o Capítulo 2 se comprometeu em explorar *como* o dispositivo de segurança (pública) é um dos mecanismos de poder constitutivos do Rio (turístico), uma vez que aquele participa do controle da circulação dos corpos negros na/através da cidade. Embora eu não me valha do termo “nexo segurança-desenvolvimento” nos Capítulos anteriores desta Dissertação, este sempre esteve na construção de meu argumento de forma implícita. A confecção deste trabalho foi pensada com a seguinte lógica: o *desenvolvimento* de um Rio de Janeiro competitivo no mercado (inter)nacional do turismo sobrevém de práticas de *(in)segurança* múltiplas para com o corpo negro. A percepção de Foucault sobre a função da polícia permeia a construção desse trabalho, uma vez que garante o desenvolvimento das forças de um Estado — e de uma cidade, como é o caso estudado por esta Dissertação — por meio da produção de uma ordem

⁸⁹ Trecho em original: “Where we come from indicates where we will be permitted to go, and how we will be received” (TATKE, 2021, p. 1)

comunal. Nas próximas páginas, veremos, todavia, outra expressão do nexo segurança-desenvolvimento que emergiu deste trabalho.

A decisão de trazer o nexo segurança-desenvolvimento advém de uma inquietação, surgida desde a escrita do Projeto de Pesquisa desta Dissertação, promovida pelo conceito “armadilha do conflito”⁹⁰. Trabalharei este conceito com mais cuidado na próxima seção, mas cabe agora destacar que a “armadilha do conflito” compreende que há lugares governados por um ciclo virtuoso entre segurança e desenvolvimento, enquanto outros são regidos por um ciclo vicioso entre violência e pobreza. O ciclo virtuoso estabelece que lugares onde há desenvolvimento social, econômico e instituições fortes possuem menores chances de entrarem em conflito. Da mesma forma, lugares seguros possuem maiores condições de se desenvolver em termos sociais, econômicos e políticos (COLLIER et al, 2003, p. 1).

Já o ciclo vicioso se apresentaria da seguinte forma: lugares marcados por conflitos — como guerras civis — possuem maiores chances de continuar em um ciclo de violência, uma vez que os recursos e esforços financeiros do país estão direcionados ao conflito; impedindo assim o seu desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, lugares de pobreza extrema possuem uma maior propensão à ocorrência de conflitos e violências, os quais retardam o desenvolvimento (Ibid, 2003, p. 2-3). Esta forma de articular segurança e desenvolvimento enquanto organicamente entrelaçados⁹¹ se tornou a racionalidade operante de intervenções humanitárias. Aqui, no entanto, o interesse está em observar silenciamentos produzidos quando tomamos esta narrativa tradicional sobre o nexo segurança-desenvolvimento enquanto verdade. Em outras palavras, o que está em jogo quando não questionamos o corolário de Collier et al (2003, p. 1) de que a “guerra retarda o desenvolvimento e o desenvolvimento também retarda a guerra”? Interpreto que essa forma de pensar, na verdade, faz eco à crítica de Barkawi

⁹⁰ A presente Dissertação traduz o conceito “conflict trap” promulgado pelo Banco Mundial (2003) enquanto “armadilha do conflito”.

⁹¹ Segurança e desenvolvimento são pré-condição um do outro (TSCHIRGI, 2018).

(2016, p. 6) sobre a academia Ocidental. Para o autor, o pensamento iluminista construiu um modo de refletir sobre o mundo, em que compreendemos o desenvolvimento social como emergente apenas em condições pacíficas – ou seja, em lugares pacificados, "livres de conflito violento".

Por meio dos sujeitos de estudo desta Dissertação – o Rio (turístico) e corpos negros –, busco, todavia, me afastar desta narrativa. Ao invés de pensarmos a ausência de conflitos como condição para o desenvolvimento de um lugar; considero a produção de conflito e violência contra alguns como possibilitador do desenvolvimento a outros. Como argumentei em Capítulos anteriores, violências aplicadas para com corpos negros participam da (re)produção de um Rio de Janeiro a ser vendido pelo (inter)nacional. Esse entendimento se depreende de duas percepções, que também já apareceram neste trabalho. A primeira advém de uma compreensão mais ampla sobre violência para além da ideia de morte e descartabilidade do corpo (FURTADO, 2021); através do conceito de "lugar de negro", trouxe como o controle dos modos circulação da população negra nos mostra as mil faces de violação para com esses corpos. A segunda, que será melhor trabalhada neste Capítulo, é a quebra da dicotomia entre lugares pacíficos e violentos. Em outras palavras, reflito sobre o binarismo entre lugares onde as tensões são resolvidas através de mediações baseadas na aplicabilidade da lei e no diálogo — onde reinaria o Estado de Direito — e lugares onde o mecanismo de resolução de questões é a violência. A partir da revisão bibliográfica do nexos segurança-desenvolvimento, respaldada pelos sujeitos de investigação deste trabalho, argumentarei como violência/pacificidade se sobrepõem ao lançar mão da seguinte ideia: o desenvolvimento de lugares compreendidos como pacíficos realiza-se a partir da insegurança e violências contra populações, majoritariamente, racializadas enquanto não-brancas.

Atentar-se sobre a sobreposição entre paz e conflito não é uma novidade: existem diversos trabalhos que já o fizeram de maneira brilhante⁹². O meu ponto

⁹² Recomendo, em especial, a leitura de "Decolonizing War" por Tarak Barkawi (2016) e "Liberal Militarism as insecurity, desire and ambivalente: gender, race and the everyday politics of war" por Victoria Basham (2018).

de inflexão é fazê-la através de uma crítica à literatura do nexos segurança-desenvolvimento. A partir da narrativa tradicional sobre esse nexos, somos levadas a pensar que o lócus de intervenção para promoção de segurança e desenvolvimento se localiza nos espaços presos na “armadilha do conflito”. Nessa lógica, os espaços considerados desenvolvidos não precisariam de intervenções, pois a estabilidade, a ordem e a pacificação *já* foram atingidos nesses lugares. As Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs)⁹³ no Rio de Janeiro ilustram meu ponto, ao tomarem as favelas como seu objeto de intervenção. No entanto, não seriam também os espaços não favelados — em especial bairros da Zona Sul e cartões postais da cidade — áreas de constante intervenção? Esta Dissertação propôs-se a pensar esta problemática. Em termos mais gerais, me pergunto se não podemos compreender como projetos de promoção de segurança e desenvolvimento são transpostos em espaços diversos da cidade e, por consequência, do (inter)nacional. Nesse sentido, o meu incômodo advém de uma articulação mais explícita da literatura crítica em pensar como uma interconexão entre segurança e desenvolvimento é constitutiva e *modus operandi* do (inter)nacional moderno.

É necessário apontar uma observação conceitual antes de prosseguirmos com nosso trabalho. Neste Capítulo, os conceitos Norte e Sul Global aparecem em peso, uma vez que figuram amplamente no campo de estudos do nexos segurança-desenvolvimento. O colapso da União Soviética foi o marco onde o termo “Terceiro Mundo” passou a ser substituído por “Sul Global”, no entanto, ambos os conceitos são mobilizados em referência à mesma área do globo — o mundo não desenvolvido capitalista. Deste modo, o conceito de Norte e Sul Global serão pensados como intercambiáveis em relação a “Primeiro” e “Terceiro Mundo”,

⁹³ O planejamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foi pensada tendo em vistas um policiamento mais amplo, que não conferia apenas o confronto, mas o “retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro”. A relação entre segurança e desenvolvimento aparece, de maneira explícita, na idealização das UPPs. Pois, entende-se que o vácuo do Estado — a ausência de desenvolvimento econômico e social — nas favelas resultou na produção de facções criminosas. E, ao mesmo tempo, essas facções criminosas são vistas como um empecilho para o desenvolvimento e integração da favela com a cidade. Deste modo, advoga-se que o primeiro passo para desenvolver a favela, seria a retirada desses operadores da violência (das facções criminosas) (BANCO MUNDIAL, 2012).

respectivamente⁹⁴ nesta Dissertação. Segundo Mignolo (2011, p. 165), na perspectiva do capitalismo liberal, Sul Global é a palavra destinada a especificar países que precisam se desenvolver economicamente e serem liberados de governos não-democráticos. Nesta Dissertação, interpreto a terminologia Sul-Norte Global para além de uma visão cartográfica, ao compreender os múltiplos significados que esses conceitos carregam. Na visão de Dados e Connell (2012):

A terminologia Norte-Sul, dessa forma, como centro-periferia, emerge de uma aplicação alegórica de categorias para nomear padrões de riqueza, privilégio, desenvolvimento entre diferentes regiões. O termo Sul Global funciona mais do que uma metáfora para subdesenvolvimento. Este referencia uma história inteira de colonialismo, neo-imperialismo [...] (DADOS; CONNELL, 2012, p. 13 — tradução minha)⁹⁵.

Como apresentei na "Introdução" desta Dissertação, reconheço as entidades Norte e Sul Global — e a relação entre elas — como problemáticas e não-naturais. São os encontros entre Norte e Sul que produzem essas identidades. Nesta relação desigual, o Norte Global é quem dá a nota — que tem o poder de definir — o que se entende enquanto Sul (DOTY, 1996). Dessa forma, compreender que relações coloniais — e, portanto, raciais — são inerentes à terminologia Norte-Sul Global/Primeiro-Terceiro Mundo me ajudaram a avançar ideias neste Capítulo. Considero que pensar Norte-Sul em termos cartográficos tradicionais, onde o Norte representa a Europa e EUA, enquanto o Sul corresponde ao resto do mundo (DADOS; CONNELL, 2012), não é suficiente, na medida em que não nos permite captar como esses dois mundos se sobrepõem. Ou, nas palavras de Pedro Paulo Da Silva: “como o Norte está no Sul e o Sul está no Norte”. Se pensarmos no Rio de Janeiro, vemos que existem áreas da cidade cujo desenvolvimento, riqueza e racialização das pessoas se assemelham ao que imaginamos “ser” o Norte Global — bairros como Leblon e Ipanema assim o

⁹⁴ Em suas palavras, “*I argue that from the perspective of capitalism and expansion of Western values, the “Global South” is the location to be developed economically and liberated from non-democratic regimes*”(MIGNOLO, 2011, p. 165).

⁹⁵ Trecho original de Dados e Connell: “*North-South terminology, then, like core-periphery, arose from an allegorical application of categories to name patterns of wealth, privilege, and development across broad regions. The term Global South functions as more than a metaphor for underdevelopment. It references an entire history of colonialism, neo-imperialism [...]*” (DADOS; CONNELL, 2012, p. 13)

revelam, ao passo que outros lugares da cidade estariam mais próximos do que imaginamos "ser" o Sul Global⁹⁶. Contudo, a linha global de cor não está presente apenas na relação entre países; esta possui caráter multifacetado (ANIEVAS et al, 2015), que transborda e se mostra aparente em dinâmicas da escala citadina. Ao fim, acredito que o que está em jogo e é encoberto através de inúmeras terminologias — como Norte e Sul Global, Primeiro e Terceiro Mundo — é uma divisão do mundo entre zona do ser e do não-ser (FANON, 2008; GROSGOUEL, 2016). De forma que, a violência e a negação da humanidade é a principal linguagem utilizada aqueles e aos lugares racializados como não-brancos.

Neste Capítulo, argumentarei como a sobreposição entre esses dois mundos — o Norte e o Sul Global/Primeiro e Terceiro Mundo — acontece por meio da circulação de corpos. Essa sobreposição pode acontecer a partir da movimentação de corpos “do Norte” em direção ao Sul Global e vice-versa. Para os fins desta Dissertação, o interesse é pensar os corpos do Sul/Terceiro Mundo em circulação no Norte Global. Essa percepção advém do contato com a crítica de Barbosa⁹⁷ (2012) sobre a ideia de “cidade partida” ao interpretar o Rio de Janeiro. O lado pobre, negro e favelado da cidade — que é uma expressão do Sul Global/Terceiro Mundo — a atravessa diariamente em busca de oportunidades de lazer, estudo e trabalho, os quais são localizadas em sua maioria na Zona Sul da cidade. Ou seja, neste trabalho, a Zona Sul do Rio de Janeiro é interpretada como uma manifestação do Norte (Primeiro Mundo) no Sul Global (Terceiro Mundo). A partir disso, argumentarei como a sobreposição entre Sul e Norte Global se expressa no Rio de Janeiro por meio da co-existência regulada dos lugares de branco e de negro na cidade.

⁹⁶ Estudos sobre a ocupação da cidade em termos de renda e de classe demonstram como a região aqui estudada — a Zona Sul — é a área mais branca e mais rica da cidade (DESIGUALDADES ESPACIAIS, 2019).

⁹⁷ Apresento e desenvolvo essa crítica no Capítulo “O Rio de Janeiro no circuito (inter)nacional de turismo” desta Dissertação.

Neste Capítulo, nota-se que a relação entre segurança e desenvolvimento demarcada pelo termo “nexo” pode ser expressa de diversas formas, uma vez que os entendimentos sobre os conceitos de segurança, desenvolvimento e o seu nexo são práticas discursivas em constante disputa, que formam estabilizações apenas temporárias (SIMAN; SANTOS, 2018, p. 64). Diante do caráter não-ontológico do nexo segurança-desenvolvimento, este pode se articular e re-articular de diferentes maneiras. Em “International Security and Development”, Tschirgi (2018)⁹⁸ compilou as principais articulações do nexo segurança-desenvolvimento pelo campo de estudos. Para esta Dissertação, interesse-me por duas articulações ali esboçadas, em particular. A primeira é a sequencial: segurança e desenvolvimento são entendidos como pré-condições um do outro, pois o desenvolvimento só pode ocorrer em um ambiente seguro (e vice-versa). Esta articulação é, justamente, a perspectiva do Banco Mundial (COLLIER et al, 2003) que abordarei na próxima seção. A segunda é a co-constituição seletiva: “segurança e desenvolvimento se interconectam, mas isso ocorre de maneira complexa e não similar — como em certos eventos ou em questões particulares” (TSCHIRGI, 2018, p. 7).

Esta segunda articulação diz respeito às formas como o nexo segurança-desenvolvimento será pensado com vistas aos sujeitos de investigação desta Dissertação. Nesse contexto, o nexo será trabalhado de duas formas. A primeira faz referência ao modo como certos autores interpretam a relação entre turismo e segurança: segurança é entendida como fundamental ao desenvolvimento do setor turístico de um país (HALL et al, 2003; PIZAM; MANSFELD, 2006; GHADERI et al, 2017)⁹⁹. Aqui, o conceito de segurança será manuseado a partir da discussão do Capítulo anterior sobre o dispositivo de segurança (pública): compreendo que o crescimento de segurança (a alguns), ocorre em paralelo à produção de

⁹⁸ Há diversas articulações possíveis entre segurança e desenvolvimento, como: jogo de soma zero, sinônimo, distinto. Para saber mais especificamente de cada uma, recomendo a leitura do artigo de Necla Tschirgi (2018), em especial as páginas 07-08.

⁹⁹ Não objetivo ser categórica ao afirmar que todos os autores do meio acadêmico do turismo reflitam da mesma forma sobre a relação entre segurança e turismo. O argumento feito aqui é baseado nos autores referenciados nesta Dissertação.

insegurança (a outros)¹⁰⁰. Em outras palavras, o nexo se articulará de forma que a (in)segurança do corpo negro aparece como condição de possibilidade ao desenvolvimento turístico do Rio de Janeiro. A segunda forma como o nexo será pensado sobrevém de uma leitura do trabalho de Shilliam (2008) sobre o nexo segurança-desenvolvimento e política de raça, em que entendo como o *subdesenvolvimento* do Rio de Janeiro (não) turístico assegura, e portanto, desenvolve o Rio (turístico). Escolhi trabalhar a relação entre segurança e desenvolvimento como seletivamente co-constitutiva. Não desconsidero outras formas de articulação do nexo presentes no Rio de Janeiro¹⁰¹, mas, nesta Dissertação, compreendo o nexo segurança-desenvolvimento enquanto seletivamente co-constituído. Trato o nexo segurança-desenvolvimento dessa forma, pois reconheço que pode haver convergência e/ou divergência na produção entre segurança e desenvolvimento à depender da análise de casos particulares (SPEAR; WILLIAMS, 2012). No contexto específico dessa Dissertação, argumentarei como segurança e (sub)desenvolvimento estão inter-relacionados na produção do Rio (turístico).

Esse trabalho analítico será feito através de uma leitura casada entre Duffield (2007; 2010) e Shilliam (2008). Partindo de uma perspectiva genealógica, Duffield (2007) argumenta que pensar segurança e desenvolvimento de forma conjunta é paralelo à construção da modernidade. Para o autor, o nexo segurança-desenvolvimento é expressão de uma racionalidade liberal de governo: “a qual se baseia na proteção e melhora dos processos essenciais da vida associando população, economia e sociedade” (DUFFIELD, 2007, p. 4). Segundo Duffield (2010, p. 57), esse entendimento sobre o nexo segurança-desenvolvimento permite que haja, a partir de intervenções humanitárias, um governo das condutas em países (receptores de ajuda), cujo objetivo é fomentar atitudes e comportamentos considerados aceitáveis pelos países interventores —

¹⁰⁰ Apresento e desenvolvo esse conceito no Capítulo “Dispositivo enquanto método, segurança (pública) enquanto dispositivo” desta Dissertação.

¹⁰¹ No caso do trabalho de Siman e Santos (2018, p. 64), por exemplo, as autoras trazem como a lógica de funcionamento das UPPs privilegiaram a produção de ordem em detrimento do desenvolvimento social e econômico das favelas “pacificadas”.

do Norte Global. A promoção dessas “boas condutas” possibilitaria o desenvolvimento econômico, social e político de um país; ajudando-o assim a quebrar o ciclo vicioso entre pobreza e violência e, por conseguinte, estabelecer um ciclo virtuoso entre segurança e desenvolvimento. A saída de um ciclo vicioso para um virtuoso, no qual há a mútua produção de segurança e desenvolvimento não é um fenômeno desejável apenas ao país receptor de ajuda, mas à própria política internacional. Isso porque países presos na “armadilha do conflito” constituem fatores de risco e instabilidade para além das suas fronteiras domésticas, sobretudo em um mundo tão conectado como o nosso (UNDP, 2004)¹⁰². Assim sendo, Duffield (2010) categoriza a ajuda humanitária internacional como “intervencionismo liberal”, que tem por objetivo regular e governar condutas (não) desejáveis no Sul Global, de forma que a ajuda humanitária passa a se comportar como uma política de segurança ao Norte do globo. Em outras palavras, o *desenvolvimento* em países do Sul Global deve ser lido menos como uma série de técnicas e intervenções para melhorar a condição de vida das pessoas, e mais como uma forma de assegurar o estilo de vida ocidental (DUFFIELD, 2007, p. 2). O subdesenvolvimento do Sul Global é perigoso, uma vez que ele pode acarretar na emergência de atores cujas condutas sociais são indesejáveis, como narcotraficantes e terroristas. Assim sendo, intervenções humanitárias funcionariam como políticas de contenção de problemas provenientes do Sul Global — seja fluxo de refugiados, imigração indesejada, doenças, drogas e grupos terroristas (SMITH, 2005, p. 187).

Assim como Duffield, penso o nexos segurança-desenvolvimento menos em termos de política pública — cujo fim é retirar países do ciclo vicioso entre pobreza e violência —, e mais como uma racionalidade paralela à produção da modernidade. No entanto, acredito que o autor não explora tanto a categoria “raça” para entender as diferenciações entre Norte e Sul Global. Duffield (2007,

¹⁰² Parte do discurso de Kofi Annan na íntegra: *"Development and security are inextricably linked. A more secure world is only possible if poor countries are given a real chance to develop. Extreme poverty and infectious diseases threaten many people directly, but they also provide a fertile breeding ground for other threats, including civil conflicts. Even people in rich countries will be more secure if their Governments help poor countries to defeat poverty and disease by meeting the Millennium Development Goals."* (UNDP, 2004: p. vii)

p. 5) considera que o governo das populações, para promover a vida coletiva, pressupõe a separação de grupos humanos entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”; a qual é inerentemente construída através de um discurso racial. Embora o autor reconheça raça como operante na lógica do nexo segurança-desenvolvimento, a sua argumentação não explora tanto esta categoria analítica. Em seu trabalho, Duffield se vale do conceito de "vida excedente" para explicar como o governo da vida coletiva passa pela marginalização e exclusão de certos grupos, de forma que a sua vida é entendível como supérflua em relação à outras. Duffield reflete que esta "vida excedente" pode ser tanto econômica em que aquela seria superficial ao funcionamento do capitalismo.¹⁰³ Mas, ela também pode exceder em termos políticos, de forma que esse contingente humano supérfluo é uma constante ameaça à ordem. Programas de desenvolvimento serviriam, portanto, como uma forma de gerir esse excedente populacional em nome da manutenção da boa ordem. Nesse contexto, acredito que Duffield concentra seus esforços teóricos em pensar a "vida excedente" em termos políticos, pois o autor centraliza a sua análise em como intervenções humanitárias e projetos de desenvolvimento no Sul Global se figuram enquanto políticas de segurança ao Norte. Pois, tais ações serviriam, sobretudo, para conter fluxos de pessoas indesejadas, as quais poderiam ser uma ameaça à ordem comunal no Norte Global.

Todavia, ao estudar sobre a "vida excedente" no aspecto econômico, Duffield centraliza a sua análise na Europa e na emergência do proletariado inglês. O autor discorre que a abolição da escravidão foi uma das partes fundadoras do capitalismo industrial internacional. Em suas palavras, "em muitos aspectos, a abolição da escravidão colocou o mundo em sua trajetória moderna ao ajudar a iniciar o processo ainda em curso de acumulação por desapropriação

¹⁰³ A partir do termo de “vida excedente”, Duffield faz referência às pessoas supérfluas ao capitalismo. Embora supérflua, porque podem ser facilmente substituídos, esse excedente fora das relações de trabalho é essencial ao funcionamento do capitalismo. Essa questão está relacionada ao conceito de “exército industrial de reserva” de Marx, em que descreve-se como o capitalismo necessita de uma população com baixa qualificação e não-contratada para manutenção e controle de baixos salários.

(DUFFIELD, 2007, p. 13 — tradução minha)¹⁰⁴. Por outro lado, Shilliam (2008) argumenta como a *escravidão* — e não a sua abolição — promoveu as bases fundacionais da modernidade, e por conseguinte, do capitalismo. Existe, portanto, um elemento central que é deixado de lado na análise de Duffield: a divisão internacional do trabalho (QUIJANO, 2005). Pois, a construção do capitalismo moderno não foi fruto apenas da expropriação dos trabalhadores de seus meios de subsistência; ou seja, pela emergência do trabalhador livre assalariado. Esta nova forma de organização da sociedade e do (inter)nacional foi concomitante à manutenção do trabalho não-remunerado de outros e outras racializados como não-brancos (DE RUJITER, 2020, p. 77). Existe, portanto, uma dinâmica de raça e de gênero¹⁰⁵ no nexo segurança-desenvolvimento que não é examinado no trabalho de Duffield.

Diante disso, trago o trabalho de Shilliam (2008), pois este nos permite pensar como hierarquias raciais são condição e produto à construção do (inter)nacional através do nexo segurança-desenvolvimento. A partir de uma análise da Revolução Haitiana, Shilliam (2008, p. 787) trabalha a seguinte hipótese: o *desenvolvimento* do Terceiro Mundo se constitui como uma ameaça ao Primeiro Mundo. Neste contexto, Shilliam considera que o boicote à Revolução Haitiana foi uma política cujo objetivo era a manutenção de uma ordem internacional racial, de forma que a Revolução não inspirasse outros movimentos de independência dos povos colonizados. O boicote buscava, portanto, manter relações de dominação direta da metrópole França para com a colônia de Saint-Domingue¹⁰⁶. Usando o nexo segurança-desenvolvimento como uma ferramenta analítica, Shilliam argumenta como o sistema de produção das *plantations* na colônia foi condição de possibilidade para o desenvolvimento da França. Ou seja, o autor traz a justaposição entre colonização e modernidade ao argumentar como

¹⁰⁴ Trecho original de Duffield (2007, p. 13): "*In many respects the abolition of slavery set the world on its modern trajectory through helping to initiate the still ongoing process of accumulation by dis-possession.*"

¹⁰⁵ A produção do sistema capitalista é condicionada pela exploração de trabalho não-remunerados, dentre eles, o feminino (FRASER, 2015; DE RUJITER, 2020).

¹⁰⁶ O nome colonial do Haiti era Saint-Domingue (FICK, 1990).

um sistema de produção inerentemente violento e desumanizador foi/é constitutivo do bem-viver na/da Europa. Deste modo, a forma como o nexo segurança-desenvolvimento se apresentou — e se apresenta — na produção da relação entre o Primeiro e o Terceiro Mundo não foi responsável apenas por uma divisão socioeconômica entre espaços — países ricos e países pobres —, mas também por uma cisão entre o mundo branco e não-branco.

Aqui, a ameaça ao estilo de vida ocidental não seria dada apenas pelo subdesenvolvimento do Terceiro Mundo/do Sul Global, mas pela possibilidade de *desenvolvimento* deste. Nota-se que não compreendo “desenvolvimento” do Sul Global a partir de uma lógica teleológica, que considera como necessário a modernização do Sul Global em mimese ao Norte (BERNSTEIN, 1971, p. 144), e sim como uma quebra nas relações de dominação e dependência — de mão de obra, de matéria prima, de mercado consumidor, de espaço— do Norte sobre o Sul¹⁰⁷. Dessa forma, Shilliam — assim como Duffield — conclui que o nexo segurança-desenvolvimento funciona como um mecanismo de (re)produção da distância entre as sociedades do Norte e do Sul Global, do Primeiro e do Terceiro Mundo. Tendo em vista os sujeitos de estudo desta Dissertação, o presente Capítulo aponta como a racionalidade do nexo segurança-desenvolvimento opera na produção do Rio (turístico), e portanto, dos lugares de branco e de negro da cidade. Em outras palavras, almejo amarrar os nós deste trabalho, entendendo que o controle dos modos de circulação da população negra, através do dispositivo de segurança (pública), é condição de possibilidade para produção de espaços racializados — tanto geográficos quanto sociais — no Rio de Janeiro; espaços estes constitutivos da imagem do Rio (turístico).

Em termos gerais, o objetivo deste Capítulo é trabalhar duas expressões do nexo segurança-desenvolvimento expostas acima: a) como o desenvolvimento do Rio (turístico) é condicionado a partir de políticas de (in)segurança para com os

¹⁰⁷ Acredito que essa relação de dependência se torna mais clara quando estudamos à fundo o entrelaçamento entre raça e classe na construção da modernidade, em especial, a divisão racial do trabalho. Não há fôlego, e nem é o objetivo, fazer esse movimento em profundidade nesta Dissertação. No entanto, recomendo fortemente, a leitura de Anna De Rujiter (2020) em “O papel da raça no capitalismo”.

corpos negros; b) como o *subdesenvolvimento* do Rio (não) turístico — da não-Zona Sul — também é condição de possibilidade ao desenvolvimento do Rio (turístico). Decidi promover essas duas expressões do nexo segurança-desenvolvimento, pois acredito que elas conseguem amarrar os nós deste trabalho ao apresentar os lugares de negro e de branco estudados nesta Dissertação. De outra forma, essas articulações garantem que os lugares de negro — seja criminoso e/ou servente por excelência — apareçam de forma conjunta na formação do Rio de Janeiro vendido pela Riotur. Ademais, tais formulações objetivam desestabilizar narrativas do nexo segurança-desenvolvimento, ao proporem uma reconsideração da relação entre paz e desenvolvimento ao indicar como este ocorre em condições de conflito e violência, seja por meio da exploração do corpo negro e/ou seu enquadramento enquanto criminoso. A partir dos sujeitos de estudo desta Dissertação, procuro desnaturalizar, portanto, a ideia que o desenvolvimento só ocorre em condições pacíficas.

3.1

Nexo segurança-desenvolvimento: um olhar tradicional

Em 2003, o Banco Mundial lançou o relatório “Breaking the Conflict Trap”, responsável pelo desenvolvimento do conceito *conflict trap* – “armadilha do conflito”, em tradução livre. Segundo Collier et al (2003, p. IX), o Banco Mundial deveria se preocupar com a emergência de guerras civis no internacional, pois estas geram ou intensificam o problema que a referida instituição pretende solucionar: a pobreza global. A partir disso, o discurso da instituição objetiva costurar — inter-conectar — os conceitos de segurança e desenvolvimento de duas formas. Primeiro, diz-se que conflito é “desenvolvimento ao reverso”, porque guerras (civis) produzem enormes perdas humanas de civis, especialmente de crianças. Este cenário é acompanhado pela impossibilidade de desenvolvimento econômico e político de um espaço, uma vez que os esforços financeiros e materiais estão direcionados à atuação no conflito — por exemplo, por meio da compra de armas e munições. O segundo motivo por que o Banco Mundial se dispõe a pensar sobre guerras civis está relacionado com a percepção

de que o desenvolvimento pode ser um instrumento de resolução de conflito. Esta linha de pensamento constrói definições sobre países: aqueles presos na “armadilha do conflito”, imersos em um ciclo vicioso entre pobreza e violência; e aqueles, que conquistaram um ciclo virtuoso de segurança e desenvolvimento. O relatório destaca que:

A guerra retarda o desenvolvimento, mas também o desenvolvimento retarda a guerra. Essa dupla causalidade produz ciclos virtuosos e viciosos. Onde o desenvolvimento é bem sucedido, países estão progressivamente mais à salvo de conflitos violentos, tornando o subsequente desenvolvimento mais fácil. Onde o desenvolvimento falha, países estão em maior risco de serem “pegos” em uma armadilha de conflito, pois a guerra destrói a economia o que aumenta o risco de guerras futuras (COLLIER et al, 2003, p. 1 — tradução minha)¹⁰⁸.

Reconhece-se, portanto, uma conexão explícita entre segurança-desenvolvimento por parte de uma instituição internacional, de forma que este documento impulsiona todo um campo de ação ao identificar a guerra enquanto um obstáculo ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, projetos de desenvolvimento são entendidos como uma das ferramentas para a resolução de conflitos (WENNAM, 2001, p. 266). Para o exercício analítico proposto por esta Dissertação, pretendo refletir sobre o efeito desse discurso, proferido por organizações internacionais e acadêmicos, na constituição do (inter)nacional, em especial considerando a posição privilegiada do Banco Mundial em construir verdades na cena global. Aqui, penso veracidade a partir de uma conceituação foucaultiana segundo a qual não existe “a verdade”, mas um “processo infundável de disputas e estabelecimento de ‘verdades’” (RODRIGUES; KALIL, 2018, p. 35). Neste processo, há práticas discursivas, autoridades e métodos que ditam quais são as matrizes de conhecimento possíveis; o que é entendível como um conhecimento verdadeiro (FOUCAULT, 2016, p. 6). No que concerne a esta Dissertação, o ponto não é comprovar ou contestar a correlação entre segurança e

¹⁰⁸ Trecho original de Collier et al: “*War retards development, but conversely, development retards war. This double causation gives rise to virtuous and vicious circles. Where development succeeds, countries become progressively safer from violent conflicts, making subsequent development easier. Where development fails, countries are at high risk of becoming caught in a conflict trap which war wrecks the economy and increases the risk of further war*” (COLLIER et al, 2003, p. 1).

desenvolvimento, mas reconhecer o efeito de verdade produzido por este discurso. A partir da análise do Rio (turístico), me desafio a pensar sobre o papel do nexo segurança-desenvolvimento na construção de um (inter)nacional moderno estruturado por hierarquias raciais.

Partindo desta perspectiva, identifico a existência do nexo segurança-desenvolvimento enquanto um modo de pensar presente nos estudos e políticas sobre turismo. Neles, a correlação entre segurança e desenvolvimento é identificável da seguinte forma: o desenvolvimento — o crescimento — do setor turístico de um determinado espaço está ligado com a capacidade deste ser identificado como seguro a turistas; isto é, ter turistas enquanto um dos seus objetos referentes de segurança (pública). Existe uma literatura que apresenta o turismo como invariavelmente conectado ao conceito de segurança, pois a escolha de destinos para viagem é altamente afetada por percepções de seguridade e de risco sobre um determinado local (HALL et al, 2003; PIZAM; MANSFELD, 2006; GHADERI et al, 2017). Percebe-se que não somente o turista é o objeto referente na correlação entre segurança e turismo, mas o próprio Estado, visto que há uma série de protocolos de segurança para impedir a entrada de pessoas indesejáveis em suas fronteiras. Em seu artigo, Matakóvic e Matakóvic (2019) estudam sobre o impacto do crime na promoção do turismo em determinado local e mostram como a reputação de um espaço interfere na escolha (ou não) de um destino turístico por visitantes. Em sua pesquisa, os autores constataram que os maiores índices de criminalidade contra turistas acontecem em “destinos hedonísticos”, os quais são mais visitados por pessoas jovens e notáveis pela sua diversão, aventura sem limites, sexo casual, abuso de drogas e substâncias (Ibid, 2019, p. 4). Nos Capítulos anteriores, vimos que, na história, destinos hedonísticos são uma forma de definir os espaços entendidos como "exóticos" do Sul Global, demarcando assim uma relação entre prazer e periferia. Ainda, Matakóvic e Matakóvic apresentam como turistas possuem maiores chances de serem vítimas de crime contra a propriedade a crimes violentos. Poderíamos deduzir, desse modo, que a promoção de um ambiente seguro ao turista estaria

associada, sobretudo, com a prevenção e o combate a crimes contra a propriedade — como roubos e furtos — em uma cidade.

Ainda sobre a relação entre segurança e turismo, destaca-se o relatório “The Travel and Competitiveness Report (2017)”, que estabelece um ordenamento dos países segundo a sua competitividade na indústria do turismo. O relatório coloca o Brasil na 27ª posição no ranking geral, e discorre que o país não consegue aproveitar todo o seu potencial no setor turístico devido a fatores infraestruturais — dentre eles, a falta de segurança. A própria Riotur articula segurança enquanto um pré-requisito para a construção de uma cidade turística. Em seu Planejamento Estratégico (2017-2020), destacam-se dois pontos: primeiro, a Riotur reconhece a Polícia Militar enquanto um de seus parceiros e celebra o papel da instituição no ordenamento urbano da cidade do Rio de Janeiro. Segundo, a Riotur defendeu uma relação mais estreita entre segurança e turismo ao lançar mão do projeto GIAT (Grupamento Integrado de Atendimento ao Turista) cujo intuito era “auxiliar os órgãos de segurança pública no entorno das principais atrações turísticas de nossa cidade” (RIOTUR, 2019, p. 67-68). Embora o projeto não tenha sido implementado, o mesmo está em pauta e seria realizado através de recursos da iniciativa privada.

Pensar segurança e turismo em conjunto foi a racionalidade atuante no Rio de Janeiro durante a década de 2010, quando uma das maiores preocupações das autoridades era tornar o Rio de Janeiro uma cidade segura para a realização dos megaeventos esportivos¹⁰⁹. Nesse contexto, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foram uma das políticas de segurança (pública) para preparação do Rio de Janeiro como uma cidade capaz de receber eventos internacionais de grande porte. No discurso oficial das UPPs, a racionalidade do nexo segurança-desenvolvimento opera na afirmação do objetivo das UPPs de promover o “retorno do Estado às favelas” tanto em termos de policiamento quanto em vias de integração social da favela com o asfalto. Entendia-se que, primeiramente, o território devia ser recuperado do crime organizado e, a partir daí, “criar condições

¹⁰⁹ O investimento na segurança (pública) durante a Copa do Mundo de 2014 assim o revela. Caso seja de interesse da leitora, ver: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/06/copa-do-mundo-tera-maior-esquema-de-seguranca-ja-montado-no-brasil.html>

para integração social, econômica e política das favelas na cidade” (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 22). Segundo Siman e Santos (2018), as UPPs exploraram o nexo segurança-desenvolvimento a partir do lema da bandeira “ordem e progresso”, em que a produção da ordem social é vista como o primeiro passo à pacificação, e posteriormente, ao desenvolvimento. Siman e Santos (2018), no entanto, fazem uma discussão similar àquela que proponho aqui, ao se perguntarem sobre quem é o objeto referente da promoção de segurança por parte das UPPs. Ou seja, quem é protegido por essa segurança (pública)? A Dissertação de Marielle Franco¹¹⁰ é emblemática na resposta a essas perguntas, ao entender as UPPs como uma política de segurança pública reprodutora do Estado Penal. Neste sentido, Franco apresenta como a população negra e favelada *não* é o objeto referente — quem é protegido — da política de segurança das UPPs. Ao contrário, a autora e ex-vereadora entende que as UPPs (re)produzem a descartabilidade do direito à cidade para essa população, pois criminaliza a pobreza e as partes “informais” da cidade — ou seja, a favela (FRANCO, 2014, p. 126).

Trabalhos como o de Marielle¹¹¹ são essenciais à minha maior compreensão sobre o caráter inerentemente violento (para com alguns) da produção de segurança (a outros). Além disso, Franco (2014) proporciona uma leitura rica ao estudar sobre uma política de segurança para além do modelo repressivo ao pensar como a face social das UPPs funciona enquanto uma das interfaces para controle dos “pobres problemáticos” (FRANCO, 2014, p. 40). Na terminologia de Duffield, a face social das UPPs se apresenta como um “governo das condutas” ao combater comportamentos e atores indesejáveis enquanto se estimula o que é considerado aceitável. No entanto, acredito que olhar para fora do lócus de atuação das UPPs — as favelas — e direciona-lo ao asfalto por excelência, a Zona Sul, nos ajuda a observar como o nexo segurança-desenvolvimento é constitutivo de espaços múltiplos da cidade.

¹¹⁰ Marielle Franco, eleita como vereadora do Rio de Janeiro em 2016, foi brutalmente assassinada em 2018 e o crime não foi solucionado até a escrita deste trabalho (2022)— a pergunta se repete há quatro anos: quem mandou matar Marielle? Marielle foi uma mulher negra e favelada, que lutou a vida inteira pelo direitos humanos (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2022).

¹¹¹ Os trabalhadores de Anna Flauzina (2018), Thula Pires (2018) e Pedro Paulo dos Santos Da Silva (2019) em especial.

Esse re-direcionamento dos nossos sentidos ocorre por dois motivos, que se entrelaçam. Primeiro, porque comungo da leitura de Duffield (2007; 2010) sobre o nexo segurança-desenvolvimento, em que este deve ser visto menos como um conjunto de técnicas e de políticas públicas cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida das pessoas; e sim, uma expressão da forma liberal de governo das populações. Isso porque se busca excluir aquilo/quem retarda o bem-estar e estimula o que/quem promove progresso em uma população (DUFFIELD, 2007, p. 4). Acredito que “bem-estar” é, no entanto, inerentemente seletivo, pois o que para alguns é considerado “bem-estar”, a outros pode ser lido enquanto “mal-estar”. O Capítulo anterior deste trabalho nos ajuda a compreender visualmente essa questão ao discutir como movimentações do corpo negro fora da disciplina do regime de trabalho é recebida com desconforto pelos habitantes da Zona Sul, do Rio (turístico).

Segundo, esse novo olhar me permite executar uma das expressões do nexo segurança-desenvolvimento exposta acima: o nexo é pensado de forma que a (in)segurança do corpo negro aparece como condição de possibilidade ao desenvolvimento turístico do Rio de Janeiro. Perceber o nexo desse modo avança a contribuição desta pesquisa em pensar a sobreposição entre violência/paz a partir da crítica a preceitos do nexo segurança-desenvolvimento. Esse movimento será feito desde um olhar mais cuidadoso sobre a categoria analítica “corpos”. Perceba, leitora, não quero descartar o aspecto geográfico da minha argumentação, mas advogo que um olhar sobre o corpo pode nos ajudar a compreender como violências se estendem a algumas populações *independente* do lugar onde elas estejam/ocupem. A hostilidade para com o corpo negro acontece tanto na favela quanto no asfalto, sobretudo, quando este corpo não está ocupando o lugar que lhe é permitido nesse espaço. No Capítulo 2, trouxe essa questão a partir do vocábulo “sutilezas da violência”, ou seja, reforço aqui como inúmeras violações acontecem antes que o corpo negro caía, realmente, no chão¹¹². Nas próximas páginas, objetivo apontar como a (re)produção do binarismo entre lugares pacíficos versus lugares perigosos através do discurso tradicional do nexo

¹¹² Referência ao nome do livro “Corpo negro caído no chão” de Ana Flauzina (2018).

segurança-desenvolvimento silencia e normaliza violências contra corpos não-brancos.

3.2

Para além da “armadilha do conflito”: nexos (in)segurança-desenvolvimento

O relatório do Banco Mundial sobrevoa um contexto sociopolítico bem demarcado: a explosão de guerras civis em países africanos e asiáticos na década de 90, momento também marcado pela expansão da ajuda humanitária como reação a esses quadros de guerra (DUFFIELD, 2010). A pobreza e o subdesenvolvimento compõem o diagnóstico dado pelo Banco Mundial para explicar a emergência desses conflitos, acompanhado da conclusão de que países de baixa renda são aqueles com maior risco da eclosão de uma guerra civil porque falharam em se desenvolver economicamente, mas também carecem de instituições fortes e políticas de governança (COLLIER et al, 2003). Nota-se que o discurso do Banco Mundial sobre a conexão entre segurança e desenvolvimento (re)produz uma lógica binária entre países desenvolvidos/países subdesenvolvidos, entre o Norte e o Sul global, Primeiro e Terceiro Mundo (BUUR et al, 2007) — ou simplesmente entre os países interventores — que se encontram em um ciclo virtuoso entre segurança e desenvolvimento — e países receptores de ajuda (inter)nacional — aqueles imersos no ciclo vicioso entre pobreza e violência. Reid-Henry (2010, p. 100) explica este fenômeno a partir de uma lógica cartográfica em que o Sul Global é entendido enquanto o referente de ação do nexo segurança-desenvolvimento. Na narrativa do nexo segurança-desenvolvimento, o Sul se comporta como um laboratório onde é possível ver os estudos de caso e, portanto, comprovar o quanto segurança e desenvolvimento estariam conectados seja em sua falência ou em seu sucesso.

Essa geografia imaginada estabelece *onde* ações de promoção de segurança e desenvolvimento precisam ser estabelecidas, ocultando assim razões estruturais dos problemas do Sul Global; esquecendo — e ao mesmo tempo reforçando — práticas coloniais. Neste sentido, a explicação para o fracasso de

certos Estados em promover segurança e desenvolvimento é reduzida a dinâmicas locais, como se estruturas globais e pós-coloniais não participassem da constituição da “falência” de alguns Estados (SMITH, 2005; SHILLIAM, 2008). Embora o apontamento dessa amnésia por parte do campo de estudos do nexo segurança-desenvolvimento (REID-HENRY, 2010, p. 101) seja fundamental, interesse-me em questionar como nossos imaginários geográficos nos limitam em termos analíticos. Quando (re)produzimos o Sul Global enquanto referente nos estudos do nexo segurança-desenvolvimento não vemos o nexo como uma manifestação da forma liberal de governar. Como já apontado, Duffield (2007) entende o nexo segurança-desenvolvimento como uma expressão de governo das populações paralela à construção da modernidade. Hetne (2010) faz argumento semelhante quando discute sobre a inter-conexão entre segurança e desenvolvimento como um processo histórico profundamente calcado na forma de pensar e agir do ocidente. O Relatório do Banco Mundial representa uma maior institucionalização da conexão entre segurança e desenvolvimento, porém ambos os conceitos se inter-relacionaram através de inúmeras práticas e políticas — desde o pensamento fisiocrata até o Plano Marshall¹¹³ — ao longo da história ocidental (Ibid, 2010, p. 32).

Na verdade, compreendo que a construção do Sul enquanto o espaço por excelência onde práticas de segurança e de desenvolvimento devem ser implementadas corrobora uma narrativa teleológica inerente ao campo de estudos do nexo segurança-desenvolvimento (STERN; ÖJENDAL, 2010). Apresentar os países presos no dito ciclo vicioso entre pobreza e violência como falhos sobrevém de uma comparação entre estes e os Estados bem-sucedidos, os Estados não-falidos. Tal paralelo é realizado a partir da seguinte visão, nas palavras de Stern e Öjendal (2010, p. 18): “lido através dessa história comum, a promessa de segurança depende de uma marcha bem sucedida em direção ao progresso, à modernidade e às formas modernas de vida inerentes a essa trajetória; e vice-

¹¹³ Após a Segunda Guerra Mundial, “os Estados Unidos lançaram um audacioso plano para recuperar a economia europeia: o European Recovery Plan (ERP), mais conhecido pelo nome do secretário de Estado, George Marshall.” (TOTA, 2017, p. 70)

versa.”¹¹⁴ Em outros termos, ser seguro e desenvolvido é o resultado da conquista da modernidade – logo, a violência e a pobreza seriam o destino óbvio daqueles que falharam neste processo.

Para além de uma visão endógena sobre os problemas do Sul Global, essa narrativa tradicional não nos permite ver como o Norte se constitui por meio de contínuas intervenções respaldadas pela racionalidade do nexos segurança-desenvolvimento. Ou, como sustenta o próprio Duffield (2007): traçar uma genealogia que estabelece o nexos segurança-desenvolvimento como uma forma de racionalidade do governo liberal, usada na Europa, que permite/permitiu a construção do estilo de vida europeu tal qual conhecemos. Com o intuito de olhar a problemática exposta por outro ângulo, uma pesquisa bibliográfica sobre o nexos segurança-desenvolvimento no Norte Global revela raros achados, em larga medida sobre o Leste Europeu (MACFARLANE, 2004). Esse silêncio me fez pensar a seguinte hipótese: em análises do nexos segurança-desenvolvimento, o Ocidente é ou o interventor legítimo — afinal, é o espaço onde a modernidade se realizou — e/ou aquele quem a sua segurança estaria em risco caso as ameaças dos Estados falidos não sejam controladas. Malinda Smith (2005, p. 163) resume bem esta questão ao apresentar como a África é vista aos olhos do nexos segurança-desenvolvimento:

No mundo pós 11 de setembro, a África passou a ser, frequentemente, caracterizada como uma ameaça global à segurança; um continente inseguro, perigoso, e emblemático em relação às ameaças ambientais, biológicas e terroristas para o resto do mundo (SMITH, 2005, p. 163 — tradução minha)

A ausência de pensar o Norte Global enquanto estudo de caso no nexos segurança-desenvolvimento não é, todavia, por acaso. Partindo do princípio de que a inter-conexão entre segurança e desenvolvimento — expressada através do nexos — não é natural, mas uma construção das nossas formas de pensar e agir, o ato de teorizar sobre o nexos segurança-desenvolvimento admite inúmeras

¹¹⁴ Trecho original: “*Read through this common story, the promise of security depends upon a successful (and sure-footed) march towards progress and modernity and the forms of modern life that inhere in this trajectory, and vice versa.*” (STERN; ÖJENDAL, 2010, p. 18).

arbitrariedades. Como bem discorrido por Zalewski (1996, p. 346), teorizar envolve um conjunto de decisões sobre o que é relevante, o que importa, o que deve ser visto, o que será estudado e, portanto, o que *existe*. Em outras palavras, a escolha de um objeto de pesquisa pressupõe uma série de exclusões e silêncios, os quais produzem impactos, porque estes recortes fazem o polimento das lentes com que vemos o mundo. Em relação às perspectivas tradicionais do nexo segurança-desenvolvimento, percebo dois efeitos. Primeiro, o reforço da narrativa teleológica da modernidade: os espaços do Norte Global não seriam o objeto da análise, pois *já* teriam passado por esse processo; eles já seriam modernos, já tendo alcançado segurança e desenvolvimento. Deste modo, o Norte deveria cumprir o papel de ensinar aos espaços onde a modernidade é uma falha. Ou seja, lhe resta a posição de sujeito — e não de objeto — na narrativa do nexo segurança-desenvolvimento, seja o interventor e/ou aquele quem estuda sobre o nexo.

O segundo efeito seria a (re)produção do binarismo lugares pacíficos/seguros e lugares violentos. Esta Dissertação almeja quebrar tal relação binária ao focar no corpo enquanto objeto de análise. Minha hipótese é que olhar para dimensão corpórea nos atenta sobre como populações racializadas enquanto não-brancas são manuseadas — seja como obstáculo e/ou impulsionador — na construção do (inter)nacional moderno. De forma que, o imaginário sobre o Norte Global — em especial a Europa — enquanto um ambiente seguro e estável oculta como esse espaço se materializa através de inúmeras violências. Neste momento, aciona-se a percepção que o mundo não é dividido apenas em termos econômicos, mas existe uma fissura racial que se estabeleceu a partir da colonização da América (QUIJANO, 2005, p. 117). Em outros termos, o (inter)nacional moderno é estruturado a partir de hierarquias raciais (ANIEVAS et al, 2015), em que há a divisão entre o mundo branco e não-branco; onde Europa e África representam, respectivamente, os limites desse espectro. Nas palavras de DuBois (1961):

O problema do século vinte é o problema da linha global de cor – a relação entre as raças mais escuras e claras de homem na Ásia, na África, na América e nas ilhas do mar. Foi uma fase deste problema que causou a Guerra Civil; e, portanto, muitos daqueles que marcharam do Sul ao Norte em 1861 se fixaram em

questões técnicas, como união e autonomia local [...]. No entanto, sabe-se que a questão da escravidão do Negro foi a real causa desse conflito (DU BOIS, 1961, p. 23 — tradução e grifos meus)¹¹⁵.

Diante disso, o meu ponto é pensar como a divisão racial do espaço se (re)produz por meio de violações a corpos não-brancos; divisão esta que não se limita às fronteiras nacionais, mas se estende às dinâmicas locais (GROSFOGUEL, 2016, p. 12)¹¹⁶. De outra forma, entendo que existe uma construção do sinônimo entre Norte Global/Primeiro Mundo e branquitude, condicionada pela constante regulação daquilo que lhe escurece — ou seja, do Sul Global/Terceiro Mundo que insiste em bater em sua porta. Aventuro-me a dizer que a justaposição entre paz/violência acontece por meio da movimentação do corpo. E, como vimos, a depender da racialização do corpo, este é submetido à diversas violências independente de onde esteja. Pois, a circulação dos corpos permite, por exemplo, que pessoas que remetem ao Sul Global/Terceiro Mundo estejam no Norte Global e vice-versa. Considero que as dinâmicas entre Norte e Sul Global se manifestam na cidade do Rio de Janeiro não somente porque espaços como Leblon e Maré existem na mesma cidade, mas também porque corpos — especialmente, não-brancos — circulam na/através da cidade todos os dias. O movimento do corpo é, portanto, *um* dos meios para a co-habitação entre Norte e o Sul Global.

Nesta Dissertação, pensei o Norte e o Sul Global em conjunto a partir dos sujeitos de investigação do trabalho: o Rio (turístico) e corpos negros. A partir de uma leitura sobre a construção da imagem oficial do Rio de Janeiro pela Riotur, elaborei como essa caricatura é condicionada a partir da construção de lugares — sociais e geográficos — de branco e de negro. No Capítulo sobre o dispositivo de

¹¹⁵ Trecho original em inglês: *The problem of the twentieth century is the problem of the color-line – the relation of the darker to the lighter races of men in Asia and Africa, in America and the islands of the sea. It was a phase of this problem that caused the Civil War; and however much they who marched South and North in 1861 may have fixed on the technical points, of union and local autonomy as a shibboleth, all nevertheless knew, as we know, that the question of Negro slavery was the real cause of the conflict* (DU BOIS, 1961, p. 23)

¹¹⁶ Em “What is Racism”, Grosfoguel (20016) traz uma definição sobre racismo a partir da leitura de Fanon e Boaventura de Sousa Santos. Por meio do conceito de zona do não ser, Grosfoguel discute que o racismo permite a constante desumanização de pessoas, e que esta não é restrita à dinâmicas internacionais, mas também se materializa domesticamente.

segurança (pública), depreende-se que a co-existência *desejável* entre lugares de branco e de negro, entre o Norte e o Sul Global, é construída a partir do controle da circulação do corpo negro na/atraves da cidade. A vigilância e o controle mais assertivo para com a população negra sustenta a percepção de que esta não é definida como objeto referente de segurança, mas como sua ameaça. Falas retiradas do relatório chamado “Negro-trauma”, feito pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), corroboram como o imaginário do negro enquanto um sempre criminoso em potencial é o *modus operandi* do dispositivo de segurança (pública):

Policiais militares que participaram do grupo focal na presente pesquisa afirmam que o “elemento suspeito” seria aquele indivíduo com “*bigodinho fininho e loirinho, cabelo com pintinha amarelinha, blusa do Flamengo, boné... [...]*” “Aquele padrão” de periculosidade justifica uma abordagem, afirmam os agentes, pois, nas palavras de um policial militar, quando “*você vê aquele bigode com reflexo, aquela barba, cabelinho... Aquilo chama a atenção*”. [...] “A sociedade tá marginalizada. Às vezes um garoto mora na comunidade, tá com o cabelinho com reflexo... É estereótipo de vagabundo. Ele quer parecer um traficante sem ser. Isso chama a atenção da gente também. Mas quando a gente vê uma pessoa que mora na comunidade, mas não tem esse padrão, a gente acaba filtrando e sabendo quem a gente tá abordando. *Sabe quando é trabalhador e quando não é*” (CESEC, 2022, p. 29-30 — grifo meu).

O trecho grifado da fala, destacada acima, corrobora o argumento sobre como o trabalho que coloca o corpo negro em posição de servente é a co-existência permitida e *desejável* entre lugares de negro e branco na sociedade. Veja, o ponto não é negar a existência de práticas discursivas, que associam negritude e criminalidade, mas entender outros desdobramentos e sutilezas de frases como “sabe quando é trabalhador e quando não é” (CESEC, 2022, p. 29-30). O “trabalhador” é aquele que está cumprindo uma série de protocolos e

condutas sociais¹¹⁷, enquanto aquele com “bigodinho fininho e loirinho e blusa do Flamengo” é aquele que está em excesso à estética racial-política almejada pela cidade. Este excesso — caso não contido — pode ameaçar o desenvolvimento da imagem do Rio (turístico). Pois, como o próprio relatório anuncia, este excesso se configura no “elemento suspeito”, ou seja, aquele quem se enquadra em um “padrão de periculosidade” (CESEC, 2022, p. 29). No Capítulo 2, discutiu-se como o policiamento e a produção de inseguranças foi a forma encontrada para lidar com o excesso, com o “elemento suspeito”. Ou seja, como o Norte — representado aqui pela parte turística da cidade do Rio — se relaciona quando o seu Sul não co-existe de maneira adequada. Nas próximas páginas, discutiremos a co-existência adequada entre Norte e Sul Global a partir da segunda e última expressão do nexos segurança-desenvolvimento trabalhada nesta Dissertação: o *subdesenvolvimento* do Rio de Janeiro não-turístico assegura a identidade carioca e, portanto, participa do desenvolvimento do Rio (turístico).

3.2.1

Para além da “armadilha do conflito”: Nexos segurança- (sub)desenvolvimento

A escrita desta seção lida com a segunda expressão do nexos segurança-desenvolvimento deste trabalho: o subdesenvolvimento do Rio de Janeiro (não) turístico assegura o estilo de vida carioca e, portanto, contribui ao desenvolvimento do Rio (turístico). Essa ideia surgiu através de uma leitura de Shilliam (2008) em que o autor discute o nexos segurança-desenvolvimento e política de raça. Como discorri páginas acima, Shilliam — assim como Duffield — considera que o nexos segurança-desenvolvimento participa da manutenção da divisão entre Norte e Sul Global, Primeiro e Terceiro Mundo. A partir de uma análise da Revolução Haitiana, Shilliam (2008) traz como o sistema de produção

¹¹⁷ Trabalhadores seguem uma série de protocolos, que vão desde a vestimenta até a forma como este se posiciona enquanto aquele quem oferece um serviço — como garçons, babás, cozinheiros. Mesmo trabalhadores informais seguem protocolos, os quais podem ser o alvará de licença para manutenção do seu comércio e/ou a forma como estes se portam. Espaços como trem e metrô são onde acontecem as maiores caricaturas dos vendedores, que fazem de tudo para chamar atenção dos potenciais clientes — como dançar, cantar músicas/jingles e inventar bordões (RAMALHO, 2018).

das *plantations* foi condição de possibilidade para o desenvolvimento do estilo de vida francês. De outro modo, o que está expresso em seu argumento é como o espólio das terras, dos recursos e da força de trabalho de povos não-brancos condicionou/condiciona a produção e o desenvolvimento político-econômico da Europa. Utilizo o verbo “condicionar” tanto no passado quanto no presente, pois encaro o mundo desde uma perspectiva pós-colonial; no sentido que, considero que diversas relações de poder — em especial, raça, classe e gênero — foram herdadas do colonialismo e neo-colonialismo, impactando assim na cultura e na política global moderna (ASHCROFT et al, 1998, p. 1). Ou seja, percebo que os efeitos da colonização transbordam — e reproduzem — na política (inter)nacional mesmo após o processo de independência dos países.

Nesta Dissertação, afasto-me de uma concepção evolucionária sobre desenvolvimento, que constrói dicotomias entre o tradicional e o moderno, em que uma mudança social em direção ao progresso significaria a substituição do primeiro pelo segundo (BERNSTEIN, 1971, p. 144). Ao invés disso, compreendo o subdesenvolvimento do Sul Global não como resultado da sua incapacidade de aplicar o modelo de modernização e industrialização do Norte, mas como o efeito de uma divisão racial do trabalho na política (inter)nacional (QUIJANO, 2005). Em "Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina", Quijano analisa como a invenção de identidades raciais no contexto da colonização das Américas é constitutiva do novo modo de controle de trabalho do capitalismo. O autor discute como relações assalariadas e não-assalariadas co-existiram na construção desse novo sistema mundo, dinâmica em que raça constituía o principal fator que ditava se o trabalho seria remunerado ou não. Neste contexto, a construção de hierarquias raciais era a fonte de legitimação para explicar por que pessoas brancas eram assalariadas, enquanto as outras raças eram submetidas a escravidão e/ou servidão — ao trabalho não pago. Há, portanto, um sistema que constituiu, mutuamente, a racialização de seres humanos e o modo de produção e trabalho capitalista. Segundo Quijano, a divisão racial do trabalho possibilitou que as regiões do mundo se integrassem de maneira diferenciada no sistema capitalista, em suas palavras:

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. *Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista* (QUIJANO, 2005, p. 120 — grifo meu).

É necessário, portanto, atentar para a história da exploração de pessoas não-brancas a partir de uma divisão racial do trabalho para compreender um dos motivos que explicam por que o desenvolvimento de regiões ocorre de maneira diferenciada no sistema capitalista. A colonização garantiu a transferência de valores por meio da captação de recursos, trabalho e produtos do resto do mundo — América, África, Ásia e, posteriormente, Oceânia — à Europa (Ibid, 2005, p. 120); o que produziu, portanto, o acúmulo e a centralização de riqueza nesta parte do mundo em detrimento das demais. Não entrarei em uma discussão profunda sobre como raça e racismo são inerentes à construção da modernidade, pois não é o objetivo desta Dissertação e há trabalhos que o fazem de forma impecável. A mim, basta fazer a leitora reconhecer o seguinte: a história do capitalismo, e da formação do (inter)nacional moderno, esclarece como desenvolvimento e subdesenvolvimento caminham juntos. O que me atrai é pensar como essa lógica pode ser estudada em outras escalas para além da relação entre países, em especial, em uma ordem cidadina. Neste contexto, os sujeitos de investigação desta Dissertação se tornam um bom exemplo para pensarmos como o subdesenvolvimento — entendido como efeito da divisão racial do trabalho — de uma região assegura o bem-estar, o desenvolvimento, de outra. Esse trecho, retirado da Dissertação, de Marielle Franco sumariza bem os meus incômodos:

O fato é que, se os “favelados” não “descessem” ou viessem para o asfalto para a execução de vários trabalhos, inclusive em serviços e residências dos setores médios ou dominantes da sociedade, a cidade praticamente pararia,

pois a classe trabalhadora pertencente a esses espaços não ocuparia seus postos de trabalho (FRANCO, 2014, p. 61)

O Capítulo "O Rio de Janeiro no circuito (inter)nacional de turismo" deste trabalho tenciona o que Marielle discorre na passagem destacada acima a partir da discussão do estilo de vida carioca. Vimos como a associação do carioca a significantes como hedonismo, espontaneidade e leveza é possível apenas porque existem outros lhe provendo este "bem-viver". O cenário da praia é emblemático ao pensar essa problemática, uma vez que a construção de toda uma economia de lazer nesse espaço decorre do trabalho, principalmente, de pessoas não-brancas. É possível, no entanto, estender essa questão para pensar a construção da Zona Sul como um todo — a região que representa o Rio (turístico). Todo dia, corpos do Rio (não) turístico — vindos da Zona Norte, da Baixada Fluminense, da Zona Oeste e das favelas — se movem em direção a essa região para construir o seu bem-estar, seja por meio de serviços domésticos, limpeza urbana e até mesmo segurança¹¹⁸. Esse movimento esbraveja a sentença racial da modernidade (DE RUJITER, 2020, p. 70), uma vez que é um "absurdo dizer que as condições em que se conduziu a racialização no Brasil — e no mundo moderno, *eu* acrescento — não foram determinantes para a produção e reprodução do capital e, com ele, sua moderna divisão do trabalho" (BARROS, 2019, p. 21). A partir de uma releitura do trabalho de Shilliam à realidade do Rio de Janeiro, compreendo que o desenvolvimento — representado, aqui, pela descontinuidade da divisão racial do trabalho — do Rio (não) turístico ameaçaria a produção do Rio de Janeiro, vendido ao (inter)nacional. Isso, porque, este Rio de Janeiro foi/é construído por trabalhadores não-brancos.

Retornando aos termos da seção anterior, a sobreposição entre Norte e Sul Global se materializa através do fluxo de trabalhadores — informais ou não —, que se deslocam em direção ao Rio (turístico) — identificado aqui, como uma

¹¹⁸ Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), a maioria dos policiais em cargo inferior — como os praças da PM e agentes da Polícia Civil e Federal — são ocupados por pessoas negras (Esses cargos considerados inferiores são, na verdade, os principais encarregados para o policiamento direto das ruas, e portanto, da ordem urbana).

expressão do Norte Global no Sul. Essa sobreposição regida pela divisão racial do trabalho é, dessa forma, desejável e estimulada, mas violenta. Compreendo a violência como inerente a esse processo, uma vez que estou ciente como o espaço de explorado e da mal-remuneração foi destinado a ser o lugar “natural” do negro (GONZALEZ, 1982) nas relações de trabalho. Neste momento, relembro questões já abordadas em Capítulos anteriores dessa Dissertação, no que tange a relação entre negritude e trabalho. Como discorrido por Gilroy (2001), o trabalho aos descendentes de escravo não compete a uma realização pessoal e uma fonte de remuneração. As cicatrizes da escravidão fazem com que o trabalho seja uma lembrança do devir negro na modernidade. Isso porque a subjetividade negra foi construída em torno da ideia de que o seu valor é mediado apenas pela sua capacidade de trabalhar, ou seja, de produzir um extra-valor a um senhor — que, por vias das regras da história, é branco. Não acredito, no entanto, que o trabalho deixou de ser a forma de valorar — e até, razoavelmente, humanizar — aqueles de pele escura; não é à toa, como a frase “ele era trabalhador” seja constantemente utilizada para protestar contra a execução de moradores favelados em operações policiais. Ao fim, “um bom negro” (FANON, 2008) continua sendo aquele quem serve.

3. 3

Conclusão

Comecei este Capítulo ao relatar o quão difícil foi escrevê-lo. Nos termos de Telles (2020), percebo que este Capítulo foi produto de uma série de fracassos e reviravoltas a fim de intervir de maneira mais justa e coerente na literatura do nexos segurança-desenvolvimento. Apesar do nexos segurança-desenvolvimento ser criticado e remendado através de uma revisão de literatura, este não deixa de ser uma lente teórica fundamental à construção da minha análise. Ao invés de me preocupar em apontar o caráter não-ontológico do nexos, concentro-me nos *efeitos* da assunção de uma naturalidade em pensar segurança e desenvolvimento de forma conjunta. Ou seja, o que me inquieta é perceber o quão o efeito de verdade da narrativa do nexos segurança-desenvolvimento permite que este se expanda e se

universalize (DUFFIELD, 2007, p. 2) de forma que podemos observá-lo em outras áreas de estudo: como o turismo. Deste modo, este Capítulo buscou criticar uma narrativa tradicional do nexo segurança-desenvolvimento, uma vez que acredito que esta (re)produz o que fora diagnosticado por Barkawi como o modo de pensar da academia ocidental. Em outras palavras, a narrativa do nexo segurança-desenvolvimento sustenta uma visão problemática sobre o desenvolvimento social, em que este só ocorreria em condições pacíficas (BARKAWI, 2016, p. 6).

Como discorri páginas acima, este Capítulo almeja amarrar os nós do argumento ao utilizar o nexo segurança-desenvolvimento enquanto lente teórica para observar a constante (re)produção do Rio de Janeiro na cena (inter)nacional do turismo. Para isso, percorri a maleabilidade do nexo segurança-desenvolvimento e o trabalhei de duas maneiras: a) como o desenvolvimento do Rio (turístico) é condicionado a partir de políticas de (in)segurança para com os corpos negros; b) como o *subdesenvolvimento* do Rio (não) turístico — da não-Zona Sul — também é condição de possibilidade ao desenvolvimento do Rio (turístico). Se pensarmos através linguagem do nexo, o Capítulo 1 foi responsável por averiguar o *desenvolvimento* do Rio (turístico) a partir do discurso veiculado pela Riotur; considerando assim como o desenvolver de uma cidade a ser vendida ao (inter)nacional perpassa por uma produção discursiva. Já o Capítulo 2 reforça o imaginário sobre a continuidade entre segurança-desenvolvimento, mesmo sem usar essa terminologia, ao permitir que vejamos como o dispositivo de segurança (pública) controla os modos de circulação do corpo negro. Arguntei como quaisquer movimentações deste fora do regime de trabalho são desestimuladas e facilmente criminalizadas. Neste Capítulo, trouxe a percepção de Duffield (2007) sobre o nexo segurança-desenvolvimento, em que este é uma expressão da forma liberal de governar cujo objetivo é retardar aquilo que prejudica o “bem-estar”, enquanto se estimula o que permite o progresso. A construção desse Capítulo sobrevoa essa lógica ao mostrar como o desenvolvimento do Rio (turístico) perpassa pelo estímulo dos modos permitidos e *desejados* de circulação do corpo negro na/através cidade. Olhar para o Rio de Janeiro, me possibilitou avançar uma

visão sobre Norte e Sul Global para além de uma perspectiva cartográfica tradicional. Neste Capítulo, empreendi uma leitura sobre como as relações entre Norte e Sul Global são visíveis não apenas na relação entre países, entre Estados, mas também podem ser manifestadas em dinâmicas domésticas.

Por fim, amarrar nós também significou lançar luz sobre o caráter incompleto da modernidade. O excesso da população não-branca — do Terceiro Mundo, do Sul global, da zona do não ser, seja lá qual for a terminologia de preferência da leitora — é um constante necessário da modernidade. Este excesso existe, justamente, porque o colonizador não pode se ver livre para sempre do colonizado, pois este também seria o seu fim (MEMMI, 1974). A partir do estudo de caso do Rio (turístico), vejo que o não-branco ao mesmo passo que é uma constante ameaça à modernidade, também é necessário à sua própria (re)produção. Neste sentido, a modernidade carioca construída em cima de posições — sociais e geográficas — bem demarcadas é apenas um desejo, que nunca será completo. O caráter não-natural dos lugares de negro e de branco faz com que desestabilizações sejam uma constante, que o excesso sempre escape e apareça.

Conclusão: mazelas de um Rio, uma breve conclusão

Sempre tive dificuldade em terminar um texto, sobretudo, quando se trata deste trabalho, que me foi tão prazeroso de escrever. Diante disso, essa conclusão fará um breve retorno ao que foi discutido neste trabalho e apresentará algumas questões, que podem ser desenvolvidas em avenidas futuras. O objetivo desta Dissertação foi analisar qual imagem o Rio de Janeiro passa sobre si mesmo ao (inter)nacional e como ela se produz. Utilizei parte do material de divulgação da Riotur para construir meus questionamentos. Reconheço, no entanto, que o álbum fotográfico Rio Lifestyle, um dos arquivos explorados nesta Dissertação, não possui a capacidade de dizer integralmente qual a imagem o Rio passa ao (inter)nacional. Embora eu tenha utilizado o termo “Rio (turístico)” no singular durante toda a minha escrita, uma análise que explorasse outros materiais da Riotur nos faria pensar como mesmo o Rio (turístico) é plural e controverso. Aqui, aciona-se a extensa quantidade de álbuns na rede social *flickr* da empresa destinados a representar o carnaval no Rio de Janeiro. Nesses álbuns, ao contrário do Rio Lifestyle, o corpo negro se mostra hiper-visível e é o protagonista da festa. A partir disso, reconheço que o meu trabalho não explora tanto o outro lugar de negro na sociedade brasileira — o lugar de folclore (NASCIMENTO, 2016). Nesse contexto, uma maior investigação sobre a figura da “mulata” estudaria outros ângulos sobre o Rio (turístico). Ou seja, exploraria-se em que termos a figura da mulata pode estar presente no Rio (turístico)? Nesta Dissertação, rabisquei a seguinte ideia: a construção do Rio de Janeiro enquanto uma cidade moderna convive com a “mulata” desde que essa seja condicionada a *momentos específicos* — como o carnaval — e não ao cotidiano da cidade; ao estilo de vida carioca. Há, portanto, uma separação entre o cotidiano e as festividades nas representações oficiais do Rio (turístico) que desafia uma concepção tradicional que o Rio de Janeiro — e o Brasil como um todo — é um local, sobretudo, de festa, deleite e erotização. Como poderíamos estudar essa separação? A quem serve essa separação? São perguntas produtivas a se fazer.

Quando falava sobre o meu tema de Dissertação e sobre fotos da Riotur à uma amiga¹¹⁹ internacionalista, esta me fez a seguinte pergunta: e o que essas fotografias têm a dizer sobre o Brasil enquanto nação? Se no (inter)nacional, o Rio de Janeiro é entendido enquanto metonímia de Brasil (MARTINEZ, 2018), o que essas fotos dizem sobre o País ao externo? Não posso — e nem pretendo — responder essas perguntas com propriedade, uma vez que o Brasil enquanto nação não se figurou como sujeito de estudo dessa Dissertação. No entanto, rascunho uma hipótese que as fotografias do Rio Lifestyle podem representar *um* ideal de Brasil. Talvez exista uma dimensão do desejo a ser explorada quando pensamos o “jeito de ser carioca” produzido pela Riotur, e o relacionamos ao Brasil enquanto nação. De forma que, a modernidade carioca, estabelecida a partir da demarcação de lugares de brancos e de negros, se expressa como uma modernidade desejável, a ser alcançada. Esta reflexão pode, portanto, tencionar a ideia que o Brasil busca se mostrar ao (inter)nacional enquanto uma democracia racial, em especial por meio dos seus discursos diplomáticos. Em outras palavras, essas perguntas me fazem pensar que não existem apenas uma narrativa de Brasil circulante na política (inter)nacional, mas vários Brasis, que podem convergir ou não. Como apresentei acima, essas são apenas reações pouquíssimo elaboradas, no entanto, confesso que as indagações me deixaram inquieta.

Nesta Dissertação, trabalhei a seguinte hipótese: o controle da circulação do corpo negro é condição de possibilidade para formação do Rio (turístico). Para desenvolvê-la, recorri a uma concepção mais ampla sobre a funcionalidade da segurança (pública), em que esta tem a função de construir e manter uma ordem social-estética urbana. Neste contexto, um olhar sobre a segurança (pública) enquanto dispositivo me fez observar como diversos atores e tecnologias estão envolvidos na produção de segurança para além da instituição policial per se. No entanto, o conceito de dispositivo tem a capacidade de agregar e conectar elementos em uma rede *infinita* (BONDITTI, 2012). Por conta disso, esta Dissertação não conseguiu lidar com todas as nuances — e nem teve esse objetivo — que participam da produção de segurança (pública). Entretanto, há um desejo

¹¹⁹ O nome dessa amiga internacionalista é Alice Martins. Obrigada, Alice. Você me deixou desconfortável, e esse é o melhor sentimento que uma pesquisadora pode experimentar.

peçoal desta pesquisadora em trabalhar o papel da cultura televisa na construção deste dispositivo. O sinônimo entre negritude e criminalidade é constantemente reforçado em nosso imaginário por diferentes mecanismos, de forma que não podemos deixar de lado o papel da mídia — em especial, do jornalismo televisivo — em construir essa correlação. Acredito que o controle mais assertivo da movimentação da população negra em relação às demais é alimentado pelas constantes imagens, que recebemos diariamente, sobre como é um criminoso; e, portanto, quem deve ser temido na sociedade. Há, deste modo, uma conexão que me parece fundamental entre esses imaginários sociais e sentimentos como "repulsa" e "medo", e como essa dinâmica atravessa e é atravessada pelo dispositivo de segurança (pública).”

O estudo do Rio (turístico) rompe com uma percepção ocidental de que o desenvolvimento só ocorre em meio a condições pacíficas. Ao trazer raça ao centro de minha análise, discuto como diversas violências participam da constituição da cidade apresentada ao (inter)nacional. Esta perspectiva me possibilitou apreender as sutilezas da violência para com o corpo negro no processo de construção do Rio de Janeiro enquanto uma cidade (inter)nacional. Este corpo é violentado seja ao considerá-lo como criminoso e/ou serviçal por excelência. A partir dessa perspectiva, comecei a rabiscar intervenções na literatura do nexa segurança-desenvolvimento, em que considero: a) como o desenvolvimento do Rio (turístico) é condicionado a partir de políticas de (in)segurança para com os corpos negros; b) como o *subdesenvolvimento* do Rio (não) turístico — da não-Zona Sul — também é condição de possibilidade ao desenvolvimento do Rio (turístico). Percebo, todavia, que o nexa segurança-desenvolvimento possa ser expressado/articulado de outra forma quando pensamos as favelas como parte do Rio (turístico)¹²⁰. Um estudo sobre o desenvolvimento das favelas enquanto produtos turísticos abre outras questões, que essa Dissertação não se dispôs a pensar.

Os conceitos de Norte e Sul Global não foram trabalhados com tanto afínco teórico nesta Dissertação. Embora a minha empreitada investigativa sobre

¹²⁰ Faço referência aqui ao movimento de "turisficação" das favelas.

o Rio (turístico) pretenda mobilizar Norte e Sul Global enquanto categorias de análises, ao não restringi-las a uma perspectiva cartográfica, reconheço que faltou um trabalho teórico essencial por parte da autora para avançar essas ideias com maior propriedade. No entanto, acredito que apreender Norte e Sul Global desde raça seja investigar como um imaginário sobre o Norte Global — em especial, da Europa e dos Estados Unidos — enquanto um espaço majoritariamente branco e economicamente desenvolvido ainda se mantém presente em nossas concepções. Para além disso, como esse imaginário mobiliza desejos e projetos de construção, por exemplo, de uma cidade. A partir da análise do Rio Lifestyle, depreende-se que a construção do Rio de Janeiro enquanto uma cidade moderna se traduziu em construir um Rio, sobretudo, racializado como branco. Dessa forma, a análise do Rio (turístico) abre espaço para algo, que não foi explorado em profundidade em minha pesquisa: a relação entre branquitude, Norte Global e modernidade. Como esses termos podem estar relacionados?

Concluo este trabalho por onde ele começou — na Riotur. Em semanas próximas a entrega desta Dissertação, acessei a conta da Riotur na rede social *flickr* depois de muito tempo, e me deparei com uma revira-volta. A empresa anexou dois novos álbuns de fotografia, com o título de “O jeito carioca de ser”¹²¹ e o “Dia a dia do carioca - 2021”¹²². Para minha surpresa, boa parte das fotografias têm pessoas negras em seu foco, no primeiro plano da imagem. Fiquei curiosa por essa mudança de postura por parte da empresa, em que o corpo negro aparece de maneira mais humanizada na imagem oficial do Rio. Estaríamos diante de uma alteração da narrativa da Riotur, em que o corpo negro passa a ser incorporado enquanto pertencente e não apenas produtor do “estilo de vida carioca”? Não podemos, no entanto, ser ingênuas perante a esses novos álbuns. Pois, mesmo que o corpo negro apareça como um dos representantes do jeito de viver do Rio de Janeiro, existem inúmeros mecanismos — como vimos nessa pesquisa — que o impedem de estar plenamente na cidade. Perceba, não nego que

¹²¹ Caso seja de interesse da leitora, ver: <https://www.flickr.com/photos/riotur/albums/72177720296241183>

¹²² Caso seja de interesse da leitora, ver: <https://www.flickr.com/photos/riotur/albums/72157719147059021>

esse corpo vá à praia e viva o hedonismo peculiar da "carioquice"; a capacidade desses corpos em romper com a ordem estética-política da cidade nunca fora questionado (TELLES, 2020). Contudo, o ponto é pensar sobre como várias tecnologias de controle e vigilância são acionadas para lidar com essa ruptura. Em uma cidade construída através de hierarquias raciais, a representação mais humana do corpo negro pela Riotur só significa uma mudança de foco — uma escolha do fotógrafo — que não reflete o quão difícil é estar naquele lugar de branco, no Rio (turístico).

Referências

AOUN, S. (2001). **A procura do paraíso no universo do turismo**. Campinas: Papirus.

ANDERSON, Elijah. "The White Space". **Sociology Of Race And Ethnicity**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 10-21, jan. 2015. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/2332649214561306>.

ANIEVAS et al. Confronting the global colour line: an introduction In: _____.

Race and Racism in International Relations. Nova York: Routledge, 2015, p. 1-17

ASHCROFT, Bill et al. **Key concepts in post-colonial studies**. Psychology Press, 1998

BANCO MUNDIAL. **O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro: Uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs**. Washington, D.C.: BANCO MUNDIAL, 2012, 144p.

BARROS, D. R. **Lugar de Negro, Lugar de Branco?: Esboço para uma crítica à Metafísica Racial**. São Paulo: Hedra, 2019.

BARBOSA, Anderson Duarte. **Segurança, Biopolítica e Educação: o empresariamento da segurança pública como dispositivo pedagógico**, 2018.

BARBOSA, Jorge. Paisagens da natureza, lugares da sociedade. In: SOUZA e SILVA; BARBOSA; FAUSTINI. **O novo carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012, p. 23-42.

BARDER, Alexander. **Empire within: International hierarchy and its imperial laboratories of governance**. Routledge, 2015.

BARKAWI, Tarak. Decolonizing war. **European Journal of International Security**, v. 1, n. 2, p. 199-214, 2016.

BASHAM, Victoria M. Liberal militarism as insecurity, desire and ambivalence: Gender, race and the everyday geopolitics of war. **Security Dialogue**, v. 49, n. 1-2, p. 32-43, 2018.

BATISTA , Vera Malaguti. Introdução. In: BATISTA , Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003. cap. 1, p. 19-41.

BELL, Colleen; SCHREINER, Kendra. The international relations of police power in settler colonialism: The “civilizing” mission of Canada's Mounties. **International Journal**, v. 73, n. 1, p. 111-128, 2018.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos pagu**, 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

BERNSTEIN, Henry. Modernization theory and the sociological study of development. **The Journal of Development Studies**, v. 7, n. 2, p. 141-160, 1971.

BIGO, Didier. International Political Sociology. In: WILLIAMS, Paul. **Security Studies: An Introduction**. Nova York: Routledge, 2008. p. 117-120.

BIGO, Didier. Michel Foucault and International Relations: Cannibal Relations. In: BONDITTI, Philippe. **Foucault and the Modern International**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2017, p. 33-56.

BHAMBRA, Gurinder. **Rethinking modernity: Postcolonialism and the sociological imagination**. Springer, 2007.

BONDITTI, Philippe. Act Different, Think dispositif. In: SALTER, Mark; MUTLU, Can. **Research Methods in Critical Security Studies**. Oxon: Routledge, 2013, p. 101-104.

BUUR, J et al. The Security–Development Nexus. In: _____. **The Security–Development Nexus: Expressions of Sovereignty and Securitization in Southern Africa**. Cape Town: HSRC Press, 2007, p. 9–33.

BRAVO, Barbara; DRUMOND, Paula. Challenging Modernities in Rio de Janeiro: barbara bravo. In: KENKEL, Kai Michael (org.). **Controlling Small Arms**. Nova York: Routledge, 2014. p. 218-236.

BRITO, Márcia Elizabeth Gatto et al. **Os Indesejáveis: das práticas abusivas e ideologia dominante no enfrentamento aos sujeitos indesejáveis no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) - Curso Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ, 2017, 393f

BRODEUR, Jean-Paul. **The Policing Web**. Oxford: Oxford University Press, 2010, 404p.

CAMPBELL, David. _____. **Writing Security: United States foreign policy and the politics of identity**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1992.

BRUM, Eliane. **Eca do B**. Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eca-do-b-por-eliane-brum/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

CAMPELLO, Ricardo Urquizas. Dispositivos de monitoramento e a máquina penal: separar a boa circulação da má. **Contemporânea-revista de sociologia da UFSCar**, v. 7, n. 1, p. 211-211, 2017.

CALVO-GONZALEZ, Elena; DUCCINI, Luciana. On ‘black culture’ and ‘black bodies’: State discourses, tourism and public policies in Salvador da Bahia, Brazil. **Tourism, power and culture: Anthropological insights**, p. 134-152, 2010.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

COLLIER, Paul; ELLIOTT, V. L.; HEGRE, Håvard; HOEFFLER, Anke; REYNAL-QUEROL, Marta; SAMBANIS, Nicholas. **Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2003, 239p.

CRIANÇA LIVRE DO TRABALHO INFANTIL. **Estatísticas**. Disponível em: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas/>. Acesso em: 03 jan. 2022.

CROTTI, Roberto; MISHARI, Tiffany. **The Travel and Competitiveness Report 2017**. Cologny: World Economic Forum, 2017, 371p.

CVB Rio. **O RIO CONVENTION & VISITORS BUREAU**. Disponível em: <https://rcvb.com.br/o-rio-cvb/quem-somos>. Acesso em: 02 set. 2021.

DADOS, Nour; CONNELL, Raewyn. The global south. **Contexts**, v. 11, n. 1, p. 12-13, 2012.

DAFLON, Verônica. Uma leitura das representações da identidade carioca em guias turísticos. In: MOTTA, Luiz Eduardo. **Comum**. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Helio Alonso, 2007, p. 145-167.

DA SILVA, Luiz. Introdução. In: _____. **Vida sob cerco: violências e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Novas Fronteira S.A, 2008, p. 13-26.

DE AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites--século XIX**. Annablume, 1987.

DE OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: entre o rural e o urbano. **Illuminuras**, v. 18, n. 45, 2017.

DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos CEBRAP**, v. 47, p. 155-76, 1997.

DE RUJITER, Anna; Klausen. **O papel de raça no capitalismo**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 150f.

DU BOIS, W. E. B. **The Souls of Black Folk**. New York: Crest Books, 1961.

DUFFIELD, Mark. Introduction: Development and Surplus Life. In: _____.

Development, Security and Unending War: Governing the World of Peoples. Cambridge: Polity Press, 2007, p. 1-31.

DUFFIELD, Mark. The liberal way of development and the development—security impasse: Exploring the global life-chance divide. **Security dialogue**, v. 41, n. 1, p. 53-76, 2010.

DESENROLA RIO: o desafio da ordem pública. Entrevistado: Brenno Carnevale. Entrevistador: Edimilson Ávila: G1, 09 set. 2021. **Podcast**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/podcast/desenrola-rio/noticia/2021/09/09/desenrola-rio-104-o-desafio-da-ordem-publica.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2022.

DIÁRIO DO RIO. **Conheça o perfil dos turistas que visitam o Rio de Janeiro**. [S. l.], 27 nov. 2019. Disponível em: <https://diariodorio.com/conheca-o-perfil-dos-turistas-que-visitam-o-rio-de-janeiro-na-alta-temporada/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

DÍAS-BENÍTEZ, María; MATTOS, Amanda. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. In: SIQUEIRA, Isabel. **Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos Vol II**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2019, p. 67-94.

DOS REIS PERON, Alcides Eduardo; ALVAREZ, Marcos César; CAMPELLO, Ricardo Urquiza. Apresentação do Dossiê: Vigilância, Controle e Novas tecnologias. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 1, p. 11-31, 2018.

DOTY, Roxanne Lynn. **Imperial encounters:** the politics of representation in North-South relations. U of Minnesota Press, 1996.

ENLOE, Cynthia. Introduction: being curious about our lack of feminist curiosity. In: _____. **The Curious Feminist**. Los Angeles: University Of California Press, 2004. p. 1-12.

_____. Lady Travelers, Beauty Queens, Stewardesses, and Chamber Maids. In: _____. **Bananas, Beaches and Bases**. Los Angeles: University of California Press, 2014, p. 37-83.

FANON, Frantz. Da Violência. In: _____. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 23-75.

_____. Introdução. In: _____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 25- 32.

_____. Sobre o pretense complexo de dependência do colonizado. In: _____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 83-102.

FARIAS, Patrícia. A praia carioca, da colônia aos anos 90: uma (s) história (s). **Revista Contracampo**, 2000.

FICK, Carolyn E. **The making of Haiti**: The Saint Domingue revolution from below. Univ. of Tennessee Press, 1990.

FIERKE, K.M. Definitions and Redefinitions. In: _____. **Critical Approaches to International Security**. Cambridge: Polity Press, 2007, p. 11-28.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. Curso no Collège de France (1982-1983). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Sociedade, Território e População**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 2008, 572p.

_____. Truth and Power. In: RABINOW, Paul. **The Foucault Reader**. Nova Iorque: Vintage, 1984b, p. 51-75.

FURTADO, Henrique Tavares. Confronting the gated community: Towards a decolonial critique of violence beyond the paradigm of war. *Review of International Studies*, v. 48, n. 1, p. 91-110, 2022.

FLAUZINA , Ana Luiza. A criminologia de ponta-cabeça. In: FLAUZINA , Ana Luiza. **Corpo negro caído no chão: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Brasília: Brado, 2017. cap. 1, p. 21-45.

FRANCO, Marielle. **UPP–A redução da favela a três letras: uma análise da**

política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2018. Dissertação (Mestrado) - Curso Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, UFF, Rio de Janeiro, 2014, 134f.

FRASER, N. Por trás do laboratório secreto de Marx, Por uma concepção expandida do capitalismo. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 06, p. 704-728, 2015. ISSN 10

FREYRE, Gilberto. Introdução. In: FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** São Paulo: Global, 2019.

GHADERI, Zahed; SABOORI, Behnaz; KHOSHKAM, Mana. Does security matter in tourism demand?. **Current Issues in Tourism**, v. 20, n. 6, p. 552-565, 2017.

GIL, Gilberto. **Aquele Abraço.** Salvador: Estúdios J.S, 1969. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zFGMLQ3q15c>.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro como contracultura da modernidade In: _____. **O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência.** São Paulo: Editora 34, 2000, p. 33-100.

GÓES, Geraldo Sandoval; MARTINS, Felipe dos Santos; NASCIMENTO, José Antonio Sena. O trabalho remoto e a pandemia: o que a PNAD covid-19 nos mostrou. **Carta Conjunt.(Inst. Pesqui. Econ. Apl.)**, p. 1-16, 2021.

GOMES, Carina. A cidade, o turismo e a (re)invenção dos lugares. **Oficina do CES**, n. 366, p. 1-20, 2011.

GOMES, Mariana. La construcción del brasil como un paraíso de mulatas: del imaginario colonial al marketing turístico. **Sociedad Hoy**, Concepción, v. [S.I], ed. 17, p. 75-87, 2009.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, **ANPOCS** n. 2, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, LÉLIA. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 9-66.

GROSGOUEL, Ramon. What is racism?. **Journal of World-Systems Research**, v. 22, n. 1, p. 9-15, 2016.

G1. **PM inicia 'Operação Verão' para coibir arrastões na orla da Zona Sul do Rio**. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/pm-inicia-operacao-verao-para-coibir-arrastoes-na-orla-da-zona-sul-do-rio.html>. Acesso em: 07 jan. 2022.

G1. **Prefeitura do Rio antecipa início da Operação Verão para o próximo fim de semana**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/24/prefeitura-do-rio-antecipa-inicio-da-operacao-verao.ghtml>. Acesso em: 07 jan. 2022.

HALL, C. Michael; TIMOTHY, Dallen J.; DUVAL, David Timothy. Security and tourism: towards a new understanding?. **Journal of Travel & Tourism Marketing**, v. 15, n. 2-3, p. 1-18, 2004.

HETTNE, Björn. Development and security: Origins and future. **Security Dialogue**, v. 41, n. 1, p. 31-52, 2010.

hooks, Bell. Reconstruindo a masculinidade negra. In: _____. **Olhares Negros**. Bixiga: Elefante, 2019. p. 170-213.

HOWELL, Alison. Forget “militarization”: Race, disability and the “martial politics” of the police and of the university. **International Feminist Journal of Politics**, v. 20, n. 2, p. 117-136, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **A política de transporte no Rio e seus contrassensos: uma reflexão sobre a racionalização da frota de ônibus.** Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1309:uma-reflex%C3%A3o-sobre-os-impactos-sociais-da-racionaliza%C3%A7%C3%A3o-das-linhas-de-%C3%B4nibus-do-rio-de-janeiro&Itemid=180#>. Acesso em: 13 jan. 2022.

KRISHNA, Sankaran. A postcolonial racial/spatial order: Gandhi, Ambedkar, and the construction of the international. In: ANIEVAS et al. *Race and Racism in International Relations*. Nova York: Routledge, 2015, p. 139-156.

IRVING, Marta de Azevedo et al. Cidade maravilhosa?: interpretando a percepção do turista sobre o rio de janeiro. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, p. 427-442, dez. 2011.

LEMKE, Thomas. Rearticulando o conceito de dispositivo: combinando STS e Analítica do Governo. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 1, p. 32-62, 2018.

LIMBERGER, Pablo Flores; MENDES, Julio da Costa. The management model of European Foundation for Quality Management (EFQM) for tourist destinations: a theoretical discussion. **Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, v. 7, n. 4, p. 561-573, 2015.

LINKE, Uli. Formations of White Public Space: Racial Aesthetics, Body Politics and the Nation. **Transforming Anthropology**, v. 8, n. 1-2, p. 129-161, 1999.

LORETTI, Pricila. Para que serve uma UOP? Algumas considerações sobre a política de ordem pública no Rio de Janeiro. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 3, p. 501-528, 2015.

MACFARLANE, S. Neil. Security and development in the Caucasus. **Conflict, Security & Development**, v. 4, n. 2, p. 133-148, 2004.

MATAKOVIĆ, Hrvoje; CUNJAK MATAKOVIĆ, Ivana. The impact of crime on security in tourism. **Security and Defence Quarterly**, v. 27, n. 5, p. 1-20, 2019.

MATELA, Igor Pouchain. Reestruturação urbana neoliberal e as empresas de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos Metr pole**, v. 16, n. 31, p. 151-169, 2014.

MARTINEZ, Luciana Teixeira. Rio, uma cidade fundamentalmente portuária. In: _____. **O DIA EM QUE O PASSADO SURTIU NO HORIZONTE DO PAÍS DO FUTURO**. Rio de Janeiro: Puc Rio, 2018. p. 20-53.

MAXWELL, Simon. Where next for development studies? Coverage, capacity, communications. **Journal of International Development: The Journal of the Development Studies Association**, v. 21, n. 6, p. 787-791, 2009.

MEMMI, Albert. Part One: Portrait of the Colonizer. In: _____. **Portrait du Colonise precede du Portrait du Colonisateur**. Londres: Earthscan Publications Ltd, 1974, p. 45-120.

MIGNOLO, Walter D. The Global South and world dis/order. **Journal of Anthropological Research**, v. 67, n. 2, p. 165-188, 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Indicadores de efetividade da Política Nacional de Mobilidade Urbana**. *Br silia*: Governo Federal, 2018.

MOLLOY, Caroline. The image of whiteness: contemporary photography and racialization. **Journal Of Visual Art Practice**, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 364-366, 2019. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14702029.2019.1687150>.

MOOVIT. **Fatos e estatísticas do transporte público para o Rio de Janeiro e Região**. 2021. Disponível em: https://moovitapp.com/insights/pt-br/Moovit_Insights_ ndice_sobre_o_Transporte_P blico_Brasil_Rio_de_Janeiro-32. Acesso em: 17 jan. 2022.

MORRISON, Toni. **Playing in the Dark**. Penguin Random House Audio Publishing Group, 2020.

MONTEIRO, Caroline Oliveira. Análise da valorização imobiliária na cidade do Rio de Janeiro: foco nos bairros de Copacabana, Ipanema e Leme. **Rio de Janeiro: Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2014

MÜLLER, Tânia MP; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

MBEMBE, Achille. O sujeito racial. In: _____. **Crítica da Razão Negra**. [S.I]: n-1 edições, 2018, p. 27-78.

NASCIMENTO, Abdias Do. Sincretismo ou Folclorização. In: _____. **Genocídio do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2016, p. 133-141.

NASCIMENTO, Bruno Pereira. Gentrificação na zona portuária do Rio de Janeiro: deslocamentos habitacionais e hiper precificação da terra urbana. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 41, p. 45-64, 2019.

NEOCELOUS, Mark. Policy Begets Good Order. In: _____. **The Fabrication of the Social Order**. Londres: Pluto Press, 2000, p. 1-44.

_____. Ordering Insecurity II: On social security. In: _____. **The Fabrication of the Social Order**. Londres: Pluto Press, 2000, p. 63-91.

_____. Introduction. In: _____. **War Power, Police Power**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2014, p. 1-16.

NEWELL, Peter. Race, class and the global politics of environmental inequality. **Global environmental politics**, v. 5, n. 3, p. 70-94, 2005.

NÔMADES DIGITAIS RIO. **O Rio está pronto para receber os trabalhadores remotos**. Disponível em: <https://www.nomadesdigitais.rio>. Acesso em: 16 dez. 2021.

OBSERVATÓRIO FLUMINENSE DE TURISMO. **Perfil do turista estrangeiro que visita o estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação CEPERJ, 2019.

O'DONNEL, Julia. Uma Civilização à Beira Mar. In: _____. **A invenção de Copacabana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O GLOBO. **Operação Verão começará neste fim de semana**. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/operacao-verao-comecara-neste-fim-de-semana-com-fiscalizacao-em-praias-onibus-que-acessam-zona-sul-do-rio-25173755>. Acesso em: 07 jan. 2022.

PAVEL, Fabiana. Turismo e mercantilização da cidade. **Revista espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade**, v. 5, n. 1, p. 21-28, 2017.

PEREIRA, Rafael. **Mapa racial da cidade do Rio de Janeiro**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PIZAM, A; MANSFELD, Y. Toward a Theory of Tourism Security. In: _____. **Tourism, Security and Safety: From Theory to Practice**. New York: Butterworth – Heinemann, pp. 1–27.

PORTAL, Daniela Chies. **Segurança pública SA: um estudo sobre o dispositivo de policiamento privado**. 2017. 196f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, PUC-RS, Porto Alegre, 2017.

PUMAR, Louise. **Análise da rede de transporte de ônibus do Rio de Janeiro com base em modelos tipológicos utilizando redes sociais**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Cefet, Rio de Janeiro, 2017, 118f.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais.

Perspectivas latino- americanas. Buenos Aires: **CLACSO**, v. Colección Sur Sur, 2005.

RAMALHO, Laís de Oliveira. **Entre Planos e Fugas: Narrando histórias da relação corpo-cidade no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018, 106f.

RAMOS, Silvia et al. **Elemento suspeito: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

REID-HENRY, Simon. Spaces of security and development: An alternative mapping of the security–development nexus. **Security Dialogue**, v. 42, n. 1, p. 97-104, 2011.

RIO CBV. **O Rio Conventions and Visitors Bureau**, 2022. Disponível em: <https://rcvb.com.br/o-rio-cvb/quem-somos>. Acesso em: 03 nov. 2021.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 4642, de 17 de novembro de 2005, PROÍBE E VEICULAÇÃO, EXPOSIÇÃO E VENDA DE POSTAIS TURÍSTICOS QUE USEM FOTOS DE MULHERES, EM TRAJES SUMÁRIOS, QUE NÃO MANTENHAM RELAÇÃO OU NÃO ESTEJAM INSERIDAS NA IMAGEM ORIGINAL DOS CARTÕES-POSTAIS. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-4642-2005-rio-de-janeiro-proibe-e-veiculacao-exposicao-e-venda-de-postais-turisticos-que-usem-fotos-de-mulheres-em-trajes-sumarios-que-nao-mantenham-relacao-ou-nao-estejam-inseridas-na-imagem-original-dos-cartoes-postais>

RIO PREFEITURA. Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro. In: **Eduardo Paes** . [S. l.], [2022]. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/ccnlep/eduardo-paes>. Acesso em: 16 nov. 2021.

RIO PREFEITURA. **Conheça a SEOP**. Disponível em: <https://ordempublica.prefeitura.rio/evolucao-organizacional-da-secretaria-de-ordem-publica/>. Acesso em: 03 jan. 2022.

RIO PREFEITURA. **Empresa de turismo do município do Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur>. Acesso em: 01 set. 2021.

RIO PREFEITURA. **Grupamento de Apoio ao Turista.** Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/gmrrio/apoio-ao-turista>. Acesso em: 07 jan. 2022.

RIO PREFEITURA. **Mais segurança para carioca e turistas.** Disponível em: <https://prefeitura.rio/noticias/mais-seguranca-para-cariocas-e-turistas-prefeitura-inaugura-carro-comando-em-acesso-ao-corcovado/>. Acesso em: 07 jan. 2022.

RIOTUR. **Life style.** Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/riotur/albums/72157717938824121>. Acesso em: 01. set. 2021

_____. **Perfil Oficial da Cidade do Rio de Janeiro.** 2021. Instagram: @riotur.rio. Disponível em: <https://www.instagram.com/riotur.rio/>. Acesso em: 05 set. 2021.

_____. **Página Oficial da Cidade do Rio de Janeiro.** 2021. Facebook: RioTur. Rio. Disponível em: <https://www.facebook.com/riodejaneiro>. Acesso em: 05 set. 2021.

_____. **Planejamento Estratégico RioTur.** Rio de Janeiro, 2019. p. 29.

_____. **O Rio tem ritmo.** Disponível em: <http://visit.rio>. Acesso em: 01 set. 2021.

_____. **O Jeito Carioca de Ser.** Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/riotur/albums/72177720296241183>. Acesso em: 20 mar. 2022.

_____. **Dia a dia do Carioca - 2021.** Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/riotur/albums/72157719147059021>. Acesso em 20 mar. 2022.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 144-154, 2001.

RODRIGUES, Juciano Martins; BASTOS, Pedro Paulo Machado. Ações do Estado no campo do transporte urbano na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre a racionalização da frota de ônibus. In: SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, nº 21, 2015, Rio de Janeiro. **Artigo.** Rio de Janeiro: Ufrj, 2015. p. 1-15.

RODRIGUES, Thiago; FILHO, Marcos Kalil. Discursos, verdade e linguagem: indicações metodológicas para as RI. In: SIQUEIRA, Isabel. **Metodologia e Relações Internacionais I.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018, p. 17-52.

ROJAS, Cristina. Contesting the colonial logics of the international: Toward a relational politics for the pluriverse. **International Political Sociology**, v. 10, n. 4, p. 369-382, 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Brasiliense, 2017

ROSA, Cristiano Neves da. **Círculos discursivos, juventudes e dispositivos de segurança pública: paisagens do Guajuviras, território de paz**, 2012.

SANTIAGO, Patrícia Elizabeth; LANÇA, Viviane Soares. A importância do bem receber no espaço público: estudo de caso da empresa RIOTUR e seu serviço de informações turísticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 1, 2019.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. In: SANTOS, Boaventura. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Coimbra: Edições Almedina**, 2009, p. 23-72.

SILVEIRA, LÉLIAN; BAPTISTA, MARIA MANUEL. A mercantilização e exotização do outro no turismo. **Cultura e turismo: Interfaces metodológicas e investigações em Portugal e no Brasil**. João Pessoa: Editora da CCTA, p. 23-48, 2017.

SILVA, Caroline Lyrio; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Teoria crítica da raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil. **Objetivos e metas de desenvolvimento do milênio da ONU: direitos dos conhecimentos**. Florianópolis: Conpedi, 2015.

SILVA, Janice Caiafa Pereira E. A questão da circulação nas cidades. In: _____. **Jornadas urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016, p. 18-39.

SIMAN, Maíra; SANTOS, Victória. Interrogating the security–development nexus in Brazil’s domestic and foreign pacification engagements. **Conflict, Security & Development**, v. 18, no 1, 2018, p. 61-118.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 207-223, 2015.

SOUZA, Rolf Ribeiro. As representações do homem negro e suas consequências. **Revista Fórum Identidades**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 97-115, 2009.

SHILLIAM, Robert. What the Haitian Revolution might tell us about development, security, and the politics of race. **Comparative Studies in Society and History**, v. 50, n. 3, p. 778-808, 2008.

SMITH, Malinda. The Constitution of Africa as a Security Threat. In: BRODIEU, Jamine; WRIGHT, Joanne. **Globalization and the Re-constitution of Security**. Alberta: Centre for Constitutional Studies, v. 10, n. 1, 2, 2005, p. 163-206.

STERN, Maria; ÖJENDAL, Joakim. Mapping the security—development nexus: conflict, complexity, cacophony, convergence?. **Security Dialogue**, v. 41, n. 1, p. 5-29, 2010.

TATKE, Sukhada. **Not French Enough: what it means to be an immigrant in france**. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2021/3/2/not-french-enough-what-it-means-to-be-an-immigrant-in-france>. Acesso em: 15 fev. 2022.

TELLES, Ana Clara. **Violência na cidade pós-colonial: Imaginações, materialidades e experiências da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Puc Rio, 2020, 187p.

TCMRJ. **Auditoria Operacional (2005)- Riotur**. Rio de Janeiro, 2005.

TSCHIRGI, Necla. International Security and Development. In: Alexandra Gheciu and William C. Wohlforth (eds.). **The Oxford Handbook of International Security**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

UNITED NATIONS. *A More Secure World: Our Shared Responsibility, Report of the Secretary-General's High-Level Panel on Threats, Challenges and Change*. New York: United Nations, 2004.

JOBIM, Tom; DE MORAES, Vinicius. **Garota de Ipanema**. Nova York: Verve Records, 1962. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WuenyQ4NCQE>.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das letras, 1994, 280p.

V.L et al. Tourism, Power and Culture. In: _____. **Tourism, Power and Culture**. Bristol: Short Run Press, 2010, p. 3-20.

WAETGE, Marina. **PLANEJAMENTO DO TRANSPORTE COLETIVO NA ZONA SUL DO RIO DE JANEIRO**. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2014/relatorios_pdf/ctc/IND/IND-Marina%20Waetge.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

WALKER, R.b.j.. International/Inequality. **International Studies Review**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 7-24, set. 2002. Oxford University Press (OUP).

WE WORK. **Encontre seu espaço de trabalho flexível aqui**. Disponível em: <https://www.wework.com/pt-BR>. Acesso em: 12 dez. 2021.

WILSON, James Q; KELLING, Geroge L. **The Police and Neighborhood Safety: Broken Windows**. The Atlantic Monthly, n^o 127, 1982 pp. 29-38

WISE, Nicholas et al. User-generated insight of Rio's Rocinha favela tour: Authentic attraction or vulnerable living environment?. **Local Economy**, v. 34, n. 7, p. 680-698, 2019.

ZACONNE, Orlando. Pacificação, Militarização e Segurança Cidadã no Brasil. In: _____. **Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 207-258.

ZALEWSKI, Marysia. 'All these theories yet the bodies keep piling up: theory, theorists, theorising. **International theory: Positivism and beyond**, 1996.